



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**ANA PAULA DA SILVA AZEVEDO**

**O MOVIMENTO AMBIENTAL E O #FLORESTAFAZADIFERENÇA NO FACEBOOK:**

**Um Diálogo sobre Ciberativismo na Sociedade Mdiatizada**

**João Pessoa**

**2014**

**ANA PAULA DA SILVA AZEVEDO**

**O MOVIMENTO AMBIENTAL E O #FLORESTAFAZADIFERENÇA NO FACEBOOK:**

Um Diálogo sobre Ciberativismo na Sociedade Midiatizada

Texto do exame de qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGC do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA da Pró-Reitoria de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Linha de pesquisa:

Audiovisual

Orientadora: Profa. Dra. Olga Tavares

João Pessoa

2014

A994m Azevedo, Ana Paula da Silva.

O movimento ambiental e o #florestafazadiferença no facebook: um diálogo sobre ciberativismo na sociedade midiaticizada / Ana Paula da Silva Azevedo.- João Pessoa, 2014.

104f. : il.

Orientadora: Olga Tavares

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA

1. Comunicação. 2. Tecnologias de comunicação.  
3. Midiaticização. 4. Redes sociais. 5. Movimento ambiental.

UFPB/BC

CDU: 007(043)

ANA PAULA DA SILVA AZEVEDO

O MOVIMENTO AMBIENTAL E O #FLORESTAFAZADIFERENÇA NO FACEBOOK:

Um Diálogo sobre Ciberativismo na Sociedade Midiatizada

Texto apresentado para o exame de qualificação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGC do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA da Pró-Reitoria de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/2014

BANCA EXAMINADORA

---

Professora Dra. Olga Tavares – PPGC/UFPB (Orientadora)

---

Professor Dr. Cláudio Cardoso Paiva – PPGC/UFPB (Examinador)

---

Professor Dra. Sandra Raquew dos Santos Azevedo – CCTA/UFPB (Examinadora)

## Agradecimentos

Os desafios são individuais, mas com certeza fica mais fácil e bem mais agradável quando sentimos que não estamos sós. Não estive. E manifesto toda a minha gratidão pelos familiares e amigos que escolheram me apoiar durante esta fase que vai se encerrando.

Alguns nomes precisam ser citados, Maria e José os meus pais amados que ofereceram sempre um apoio incondicional. A minha Orientadora Olga Tavares, um modelo que sempre terei como inspiração, soube me compreender e orientar da forma que eu precisava. Grata, por tudo!

Minha gratidão a todos os professores e colegas com quem tive a oportunidade de conviver e aprender, que souberam fazer das aulas, também, momentos de confraternização.

Agradeço aos amigos – Alan Mascarenhas e Elane Gomes – amizades para vida toda que a academia me presenteou. E por meio da presença fundamental e generosa de Suami, venho prestar meus sinceros agradecimentos à família UEDAC. A todos que acreditaram que era possível, mesmo nos momentos que eu não acreditava.

Agradeço pela oportunidade de ter vivenciado este curso tão almejado. Todas as fases de nossa vida nos ensinam algo sobre nós mesmos se estamos atentos. Posso dizer que esta etapa foi uma experiência rica.

Graças a Deus, graças a Jesus!

Muita paz e luz a todos!

*“(...) a liberdade é e será sempre a busca da liberdade, isto é, um exercício permanente de confronto com as forças da dominação.”*

*(Liszt Vieira)*

## RESUMO

As tecnologias de comunicação que fazem parte do nosso cotidiano propiciaram novos modos de interagir e mesmo, realizar antigas demandas da vida em sociedade. No âmbito das ações coletivas, especificamente no ativismo ambiental, a comunicação mediada se apresenta como recurso de notável relevância, mas de consequências e desdobramentos ainda pouco conhecidos. Nesse contexto, a presente pesquisa objetiva analisar a apropriação da internet e das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) pelo ativismo ambientalista, tendo por base a trajetória do Movimento Floresta Faz a Diferença - FFD no Facebook. Verificamos como o ciberativismo é desenvolvido pelo Movimento Ambiental - MA, considerando que o FFD foi realizado pelo comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável que reuniu cerca de 200 organizações da sociedade civil para mobilizar pessoas contra a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PCL 30/2011) com propostas de alterações para o código florestal do país. O norte de nossas reflexões será o conceito de midiaticização como o processo pelo qual a sociedade vem transformando as bases de sua organização pela incorporação dos valores midiáticos nas práticas sociais individuais e coletivas. Buscamos a compreensão acerca do fazer ativista propiciado pelas NTICs discutindo a suposta perda de radicalidade do MA brasileiro, conforme defende Alexandre Agripa (2000). A pesquisa evidencia o potencial mobilizador das redes sociais como fruto da ecologia midiática que orquestra o convívio e a relação de mútua influência que vem se estabelecendo entre as mídias mais novas (emissor/indivíduo) e as mídias tradicionais (corporações capitalistas). Identificamos a forte presença do capital midiático nas práticas ciberativistas do FFD nas redes sociais, ao mesmo tempo em que, enfatizamos o status da cooperação no processo referente à dinâmica cultural de apropriação da internet, como a ambiência onde medram novas práticas de uma cultura em constante formação. O MA representado pelo FFD segue uma atuação ativista que prima pela midiaticização de seus atos em prol da mobilização que reforça, no mundo online, a construção de uma identidade multissetorializada (VIOLA, 1992). Aponta para a importância de distinguirmos este forte caráter mobilizador, marca da comunicação em rede, do poder de transformação política diante da complexidade que envolve a comunicação na contemporaneidade e os riscos concernentes ao esvaziamento de conteúdo da mensagem ambientalista diante das adaptações discursivas para a convivência entre os diferentes setores que o compõem, sobretudo, com a midiaticização de seu ativismo.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Ciberativismo – Midiaticização - Redes sociais - Movimento ambiental

## ABSTRACT

Communication technologies that are part of everyday life are creating new ways to interact and even rearrange old society demands. Inside the collective actions context, specifically in environmental activism, mediated communication is presented as a source of considerable importance, but the consequences and ramifications are still little known. In this context, this research aims to analyze the appropriation of the Internet and New Technologies of Information and Communication (NTIC) thru environmental activism, based on the trajectory of the movement “Floresta Faz a Diferença” – FFD - on Facebook. We try to verify how cyberactivism is developed by the Environmental Movement - MA, whereas the FFD was conducted by the Committee in Defense of Brazil Forests and Sustainable Development which brought together nearly 200 civil society organizations to mobilize people against the adoption of the “Projeto de Lei Complementar” (PCL 30/2011) with proposed changes to the forest Code of the country. The north of our reflections relies on the concept of mediatization as the process by which society has transformed the basis of its organization, incorporating new media values to the individual and collective social practices. We look forward to understand how the making process of activist generated by NICT works, discussing the supposed loss of its Brazilian MA roots, as Alexander Agrippa (2000) argues. The research highlights the mobilizing potential of social media networks generated by media ecology that orchestrates the interaction and relationship of mutual influence which has established itself among the most new media (transmitter / individual) and traditional media (capitalist corporations). We identify a strong presence of the media capital in the cyber activists FFD practices in social media networks as we emphasize the status of cooperation in the proceedings on the cultural dynamics of appropriation of the internet as the ambience in which new practices thrive in a culture of constant training . The MA represented by FFD follows an activist role that excels in media coverage of their actions in favor of mobilization that strengthens, in the online world, building a multiple sensorial identity (VIOLA, 1992). Thus, reinforces the importance of distinguishing this strong mobilizer character of network communication, the power of political transformation on the complexity brand that involves communication in contemporary society and matters concerning some risks on emptying the content of environmentalist message caused by discursive adaptations among different sectors that compose it, especially with the media coverage of its activism.

Keywords:

Cyberactivism – Mediatization - Social Media Networks - Environmental Movement

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>Capítulo 1 – ATIVISMO AMBIENTAL BRASILEIRO</b> .....	16
1.1 ‘O verdejar do ser’ em crise na sociedade capitalista.....	21
1.2 Comunicação e ativismo ambiental.....	24
<b>Capítulo 2 – CÓDIGO FLORESTAL</b> .....	28
2.1 O novo código florestal.....	29
<b>Capítulo 3 – COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA</b> .....	29
3.1 Biopoder e a ecolítica no mundo do capital.....	36
3.2 Socialização democrática na internet e as novas resistências.....	39
<b>Capítulo 4 – COMUNICAÇÃO ATIVISTA NA SOCIEDADE EM REDE</b> .....	41
4.1 Ciberativismo em formação.....	42
4.2 Redes sociais e cooperação na rede.....	45
4.2.1 Facebook.....	51
4.3 Ciberativismo e construção da subjetividade .....	54
4.4 Ativismo e mediatização: relações e conflitos .....	58
<b>Capítulo 5 - FLORESTA FAZ A DIFERENÇA NO FACEBOOK: ATIVISMO E MEDIATIZAÇÃO NA INTERNET</b> .....	64
5.1 Campanha Veta, Dilma! .....	81
5.2 O ciberativismo ambiental: comunicação, possibilidades e riscos.....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	93
<b>ANEXOS</b> .....	99

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

**FFD** – Floresta Faz a Diferença

**MA** – Movimento Ambiental

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Protesto do estudante Carlos Alberto Dayrell – 1975 – página 17
- Figura 2** – Fanpage no Facebook AnonymousBrasil – página - 48
- Figura 3** – Mark Zuckerberg - página - 49
- Figura 4** - Cartaz saímos do Facebook - página - 49
- Figura 5** - Rede Social do AnonymousBrasil - página -50
- Figura 6** – Mapa mundial de redes sociais – 2013 - página - 51
- Figura 7** – Campanha falsa no Facebook - página - 53
- Figura 8** – Imagem do Instagram - atriz Paloma Bernardi com o olho roxo - página - 61
- Figura 9** – Repórter da Folha de S. Paulo Giuliana Vallone com o olho roxo - página – 61
- Figura 10** – Como participar do FFD - página - 65
- Figura 11** - Linha do tempo - FFD Dezembro/2011 - página - 70
- Figura 12** – Cartaz na mão - página - 74
- Figura 13** - Entrega das assinaturas - página - 77
- Figura 14** - Ato Nacional em BSB - página - 79
- Figura 15** – Evento Manifeste no Museu de Arte Moderna - página - 80
- Figura 16** - #Vetadilma - página - 82
- Figura 17** – Linha do tempo - FFD 03/05/2012- página - 83
- Figura 18** – Imagens manipuladas – Campanha Veta, Dilma! - página - 84

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1** – Postagens da comunidade #florestafazadiferença correspondentes ao período de agosto de 2011 a maio de 2012 - página - 67

**Tabela 2** - Evolução dos números de assinaturas (curtidas) e interações da página - página - 68

**Tabela 3** – Lnks de Notícias postadas na página do Facebook do FFD – Agosto 2011 à dezembro de 2011- página – 72

**Tabela 4** – Vídeos aos senadores – entre 21/10 e 29/11/ 2011 - página - 75

## INTRODUÇÃO

O modelo da comunicação de um para muitos, a rapidez de disseminação da mensagem e a sua relativa democratização são alguns dos fatores que configuram a internet como um meio que possui características consideradas favoráveis para a disseminação de conteúdo de cunho ativista, ou seja, de mensagens contra-hegemônicas de alguma ordem. A comunicação mediada por computador se tornou elementar para as relações sociais e aqui destacamos o seu uso estratégico pelas organizações empenhadas na defesa de causas sociais, ou seja, como ferramenta de mobilização dos movimentos sociais na cultura atual - a cibercultura.

Entender qual o papel da comunicação mediada, considerando seus limites e potencialidades, se revela como uma missão complexa, haja vista se tratar de um processo que envolve uma série de fatores conjunturais, mutáveis. Uma nova técnica em comunicação renova o campo de possibilidades e altera o quadro de relação estabelecido entre as tecnologias precedentes. Ao mesmo tempo em que provoca mudanças, se choca com outras variantes não tão fáceis de modificação, pois compreender a comunicação social hoje é considerar seu papel num contexto sócio-político e cultural determinado pensando uma relação entre mídias – ecologia midiática.

A reflexão sobre essas novas possibilidades comunicacionais oferecidas pela internet e todo o complexo em formato de rede, a disposição de um número cada vez maior da população, pode melhorar a compreensão, em âmbito acadêmico, dos rumos tomados pela apropriação social da internet e a dinâmica da ecologia midiática em vigor.

Para o sociólogo Manuel Castells (1999) o movimento ambiental se destacou como o movimento que melhor soube se adaptar as inovações surgidas a partir da incorporação das tecnologias de comunicação na mobilização. A seu turno, recentemente o Brasil vivenciou a polêmica alteração do código florestal. Criado em 1934, o texto que era considerado um dos mais completos do mundo sofreria graves modificações que, em linhas gerais, abrandaria a punição aos desmatadores e relaxaria a coibição ao desmatamento, o que gerou grande repercussão e a resposta de grupos ambientalistas.

O objetivo geral desta pesquisa é realizar um estudo sobre as práticas ciberativistas do movimento *Floresta Faz a Diferença* para compreender o caráter da apropriação da internet da prática ativista no ambientalismo. E para isso, traçamos como objetivos específicos identificar

as práticas comunicacionais utilizadas pelos ativistas do movimento *Floresta Faz a Diferença* no Facebook. Traçar os caracteres do ativismo ambiental em curso na cibercultura. E analisar a apropriação ativista da mídia internet, tentando vislumbrar o futuro do uso das tecnologias virtuais de comunicação na mobilização popular ambientalista e potenciais consequências para sociedade.

Desse modo, consideramos a confluência do fenômeno da midiatização na prática ciberativista do movimento *Floresta Faz a Diferença* como uma resultante da busca ativista pela aproximação da linguagem, estratégias e lógicas da comunicação que lhe correspondem. Discutimos aspectos relativos cooperação em rede formato de conversação social proposto no Facebook brasileiro que colaboram para situarmos as redes sociais dessa natureza como espaços férteis para a construção coletiva de novos modos de vivenciar a democracia.

Nosso interesse pela pesquisa surge na graduação, quando, oportunamente, atuando como pesquisadora no Grupo de Estudos em Divulgação Científica - GEDIC, elaboramos os primeiros artigos científicos e travamos o primeiro contato com as temáticas relacionadas a comunicação, meio ambiente e ciberativismo. Tais experiências influenciaram na escolha do tema do Trabalho de Conclusão de Curso em formato monográfico “Amazônia.vc: entre aspectos de marketing verde e ciberativismo”.

O ímpeto de dar continuidade à pesquisa em comunicação sempre existiu e aumentou com a crescente importância da interação mediada e o desenvolvimento que o ciberativismo vem apresentando. A proposta central deste estudo é entender como a apropriação da internet enquanto instrumento cultural delineou o exercício do ativismo ambientalista a partir da prática do Movimento Floresta Faz a Diferença em sua página Facebook.

Ao conceber a virtualização das interações sociais como marca da midiatização, tentaremos refletir sobre esse processo realizando uma análise de campanhas, contra uma proposta de alterações no Código Florestal Brasileiro, realizadas pela sociedade civil organizada, representadas pelo Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável na internet responsável pelo movimento Floresta Faz a Diferença. Jairo Ferreira (2012) oferece a base conceitual adotada para discutir a midiatização neste trabalho, pois a concebe como um processo no qual a interação mediada aciona os valores da mídia que são incorporados pelas instituições sociais não-midiáticas e indivíduos.

A metodologia a ser adotada é relativa a uma pesquisa de abordagem qualitativa, compreendendo a investigação exploratória de um recorte da realidade, através do estudo de caso sobre a ação ciberativista do movimento *Floresta Faz a Diferença*, em página no Facebook, fundamentado em pesquisa bibliográfica, observação sistemática e descrição analítica do objeto a partir de um método inspirado na etnografia adaptada aos meios digitais ou a netnografia (FRAGOSO, 2012); (KOZINETS, 2010). Com a observação realizada a partir de conta pessoal extraímos as principais estratégias de conscientização e mobilização utilizadas durante a campanha.

O capítulo 1, apresenta um breve panorama do ativismo ambiental com breve resgate histórico necessário a uma compreensão sobre o ativismo ambiental no país, enfoca as principais concepções em torno do ambientalismo, como o pensamento de Agripa (2000) quanto à perda de radicalidade do MA no Brasil.

No segundo capítulo, pontuaremos a criação do código florestal brasileiro com suas alterações, situando-o no contexto histórico de surgimento, até a proposta de total reformulação descrevendo os principais aspectos do processo de tramitação da proposta nas instâncias competentes e sua respectiva repercussão.

O capítulo seguinte problematiza a relação estabelecida entre comunicação e democracia na cultura em andamento na sociedade contemporânea considerando a previsão de Pierry Levy e André Lemos (2010) de gestação de uma nova democracia a partir da apropriação da internet.

O quarto capítulo deste estudo faz uma reflexão sobre alguns pontos referentes à socialização nas redes sociais, com ênfase no Facebook, abordando a presença de ativistas nessas redes com o ciberativismo, a formação de subjetividade e a cooperação que marcam o uso da citada plataforma para redes sociais na internet e reforçam a ação dos ciberativistas.

O capítulo quinto versa sobre as possibilidades e riscos em torno da prática ativista ambiental na cibercultura, tendo em vista a problemática da mediatização discutida por Muniz Sodré, Fausto Neto e outros autores a partir de um estudo da realização e repercussão do movimento Floresta Faz a Diferença em sua trajetória no Facebook<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>Segundo o instituto Social Bakers (<http://www.socialbakers.com/facebook-statistics/>), o Brasil é o segundo país com maior número de usuários cadastrados no facebook, sendo os Estados Unidos o primeiro colocado.

A pesquisa evidencia o potencial mobilizador das redes sociais potencializado pela ecologia midiática que orchestra o convívio e a relação de mútua influência que vem se estabelecendo entre as mídias mais novas (emissor/indivíduo) e as mídias tradicionais (corporações capitalistas). Reforça, no entanto, a importância de distinguirmos este caráter mobilizador, do poder de transformação política diante da complexidade que envolve a comunicação na contemporaneidade. O MA representado pelo FFD segue uma atuação ativista que prima pela midiatização de seus atos em prol da mobilização potencializando no mundo online a construção de uma identidade multissetorializada que, em certos momentos, beira ao esvaziamento de conteúdo da mensagem ambientalista.

Crise não solucionada e talvez esteja bem distante de sua resolução, assim, a assertiva que segue atualíssima e sendo repaginada frente aos avanços nos campos da política, economia, ciência e nas novas formas de contestação desempenhada pelos movimentos sociais, especificamente, ambientalista e a relação estreita dessas inovações no fazer ativista com a evolução social da comunicação atual.

## 1. ATIVISMO AMBIENTAL BRASILEIRO

O ambientalismo - no conceito de Héctor Leis e José D'Amato (1996), “expressa, então, uma tendência vital e orgânica de caráter defensiva, consequência da alta entropia de nosso modelo civilizatório”- em outras palavras é uma reposta natural de autodefesa diante dos riscos eminentes com a multiplicação de problemas ambientais correspondentes ao estilo de vida pautado pela corrida desenvolvimentista na qual a destruição sistemática da natureza era consequência. Fruto do despertar para a necessidade de uma relação homem x natureza diferenciada da que concebe o homem como um ser distinto do meio natural e seu predador.

Com os avanços científicos e as consequências da degradação começa a surgir, na década de 50, as ações de grupos preservacionistas. Em 1955, são criadas as primeiras entidades preocupadas com a causa ambiental no Brasil, entre elas: a União Protetora do Ambiente Natural – UPAN, fundada em 1955 no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro em 1955, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN, ambas de caráter conservacionista, priorizavam a luta pela conservação da fauna e da flora. A década seguinte é marcada pela atuação centrada na defesa da floresta amazônica na Campanha em Defesa e Desenvolvimento da Amazônia – CNNDA, no ano de 1966. Em 1971, é criada a primeira entidade com uma proposta de atuação mais ampla, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN, visava promover a ecologia e questionava os impactos oriundos da poluição ambiental proveniente da indústria (JACOBI, 2003).

Com a realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972 - fica evidente que a problemática ambiental passa a figurar na pauta das preocupações de ordem global influenciando as relações internacionais entre países. Conhecida como a Conferência de Estocolmo, Viola (1987) define este momento como “o despertar da consciência ecológica no mundo”, pois tem início uma série de questionamentos quanto ao valor pago em troca do desenvolvimento baseado na promoção do crescimento industrial e da urbanização desenfreada. No ano posterior e, em âmbito governamental, são implementadas as primeiras agências ambientais com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA, de caráter nacional; e agências estaduais nas cidades consideradas com maior concentração de poluição provocada pela intensiva atividade das indústrias.

O autor Pedro Jacobi (2003) pondera sobre os reais motivos que impulsionaram tais medidas por parte do governo brasileiro na época, o mesmo alerta que o que parece representar uma real adesão ao pensamento ambiental, se trataria de preocupação com a imagem deixada pelo país por ocasião da Conferência de Estocolmo, haja vista que o Brasil, juntamente com a China, liderou o grupo dos países periféricos que negaram a importância da problemática ambiental naquele momento.

A esta altura, uma nova cena se apresenta no ambientalismo nacional, agora dividido entre entidades ambientalistas e as agências ambientais criadas pelo governo. E do relacionamento que se instalaria entre estes dois âmbitos surge a bissetorialidade, que mais tarde daria lugar a uma multissetorialidade do MA, defendidas por Viola (1992) e Pádua (1995).

Os anos 70 marcam o início dos protestos públicos enquanto instrumento de ativismo ambientalista, acontecem ações coletivamente organizadas com caráter de denúncia, mobilização, manifestações de rua e de campanhas em torno de diferentes temas (OLIVEIRA, 2009). Em 1975 o estudante de engenharia Carlos Alberto Dayrell foi pioneiro ao subir em uma árvore para evitar seu corte e protagoniza o maior ato público do movimento até então. (Figura 1)



Figura 1 – Protesto contra corte de árvore, estudante Carlos Alberto Dayrell – 1975

Foto: Carlinhos Carneiro

Fonte: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2014/05/ambientalista-revisita-arvore-que-salvou-ha-quase-40-anos-em-porto-alegre-4496794.html>

Até 1982 a maior parte dos ativistas era contra qualquer envolvimento do movimento na política. Nesse período ocorre pela primeira vez no Brasil a reunião entre grupos ambientalistas de diferentes regiões para juntos lutarem contra uma causa. A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu - conforme uma obra dessa envergadura - resultou em muitos impactos ambientais, dentre os quais o desaparecimento do Parque Nacional de Sete Quedas.

Mais um episódio histórico que ilustra as mudanças nas formas de organização e protesto do MA foi a luta contra a instalação do II Pólo Petroquímico, à beira da Lagoa dos Patos, nas proximidades de Porto Alegre. Os protestos contra a decisão governamental em favor da obra contou, ainda, com o apoio e a participação de diversas organizações não vinculadas às lutas ambientalistas, tais como organizações de profissionais, associações comunitárias e políticos de oposição.

Tais mobilizações se caracterizaram pela inauguração de novas formas de fazer protesto, que foi a realização de shows, seminários, acampamentos à beira da “Lagoa dos Patos”, divulgação de cartilhas e pela manutenção de um intenso debate na imprensa acerca do projeto. (OLIVEIRA, 2009)

Ao longo dessa trajetória, o movimento ambientalista - MA apresenta diferentes repertórios de ações empreendidas na defesa de sua causa decorrentes de “transformações significativas nas bases sociais do ativismo ambiental” (OLIVEIRA, 2009, p. 227). Composto por lideranças oriundas de classes sociais mais elevadas e com ligações em importantes grupos das elites econômicas, militares, políticas e culturais da época. Com o tempo esse quadro se modifica, e tem espaço uma militância caracterizada pela participação de atores de classes sociais mais baixas, vinculados as organizações partidárias, estudantis ou a outros movimentos sociais, o que ocasionou a aproximação entre as lutas ambientais e as lutas de caráter sociais e políticas relevantes naquela conjuntura.

Em 1985, alguns ambientalistas começam a apoiar partidos e candidatos que apoiam a causa verde (idem, 1987). E é na segunda metade da década de 80 que, segundo Viola (1992), o movimento se torna mais complexo e multissetorial, passando a se dividir em cinco setores: associações e grupos comunitários ambientalistas; agências estatais; o socioambientalismo que engloba as ações de ONGs, sindicatos e os movimentos sociais; instituições científicas que pesquisam sobre a problemática ambiental e um pequeno número de empresários que consideram o critério da sustentabilidade em suas empresas.

Quatro décadas após a primeira conferência mundial sobre meio ambiente, as reuniões para discussão das problemáticas ambientais, com representantes dos principais países do globo, ainda refletem forte descompromisso dos governantes em efetivar as metas estabelecidas em prol de um meio ambiente equilibrado e pela vida. Incluído nesse hall do descompromisso, o governo brasileiro, e convém ressaltar que as leis ambientais ainda não são amplamente aplicadas em nosso país.

A seu turno, Agripa Alexandre (2000) defende a perda de radicalidade do movimento ambiental e contesta a multissetorialidade (VIOLA, 1992) como característica do MA. Para o autor, o ambientalismo perdeu sua radicalidade à medida que segmentado e incorporado pela sociedade, pelo mercado e pela burocracia do estado, o MA perde sua essência de movimento social, pois “passa a perder sua espontaneidade, o seu ativismo político-crítico, e ganha força enquanto bandeira oportunista para empresários, publicitários, agências setoriais de governo.”(ALEXANDRE, 2000).

A militância ambientalista, também, passou por transformações ao longo do tempo, a década de 80 marca o surgimento de novas expressões do engajamento em prol da causa ambiental no Brasil (OLIVEIRA, 2009). Tais inovações concorreram para o desenvolvimento do ativismo dito especializado, pontuado pela profissionalização de ativistas, bem como, a institucionalização das associações defensoras do meio ambiente com o surgimento das ONGs.

Conforme Lúcia Ferreira, em um esforço compartilhado entre ONGs, governos, agências multilaterais, financiadores e instituições de ensino e pesquisa, o ambientalismo sai de uma fase e inaugura um novo modelo de atuação:

O discurso político anterior de contestação e crítica social está perdendo intensidade em nome de um esforço pactuado para dar uma destinação social ao conhecimento técnico-científico interdisciplinar, visando a sustentabilidade dos sistemas naturais e melhoria de vida às coletividades pobres que deles dependem diretamente. (FERREIRA L., 1999, p. 47).

FURRIELA (2002) acredita que não há perda de radicalidade, mas uma mudança de estratégia em que a contestação social dá lugar a um esforço partilhado para a conscientização popular e a implementação de políticas de públicas ambientais. Pádua apud Furriela (2002) considera que a multissetorialização concede um dinamismo a atuação do movimento e entende

que os grupos de ativistas ambientalistas possuem uma relação constante e um efeito catalisador sobre cada um dos setores que o compõem, o autor classifica essa divisão em nove segmentos (ver quadro abaixo):

Quadro 1: Tipos de ambientalismo<sup>2</sup>

<b>Tipologia</b>	<b>Atuação</b>
<b>Ambientalismo governamental</b>	Atuam na defesa ambiental desenvolvida pelos profissionais encarregados de atuar nas agências estatais.
<b>Ambientalismo dos cientistas</b>	Formado pelos grupos de cientistas que se colocam no debate social por meio de denúncias, opiniões e alertas para pressionar a sociedade na defesa de causas ambientais com base no conhecimento científico.
<b>Ambientalismo das ONGs de desenvolvimento social</b>	Incorporação da temática ambiental com a criação de departamentos responsáveis pelas questões relativas ao tema.
<b>Ambientalismo sindical</b>	Teve início com a adesão de grupos de seringueiros sob a liderança de Chico Mendes e se ampliou para outros agrupamentos de profissionais, como a CUT – Central Única dos Trabalhadores.
<b>Ambientalismo religioso</b>	Registro da presença do discurso ambientalista em várias religiões.
<b>Ambientalismo dos políticos</b>	Tem início com a eleição de políticos que defenderam a bandeira ambientalista em sua plataforma de campanha eleitoral.
<b>Ambientalismo dos educadores</b>	O trabalho educativo sobre a questão ambiental em sala de aula. A preocupação com o desenvolvimento de uma educação ambiental.
<b>Ambientalismo dos artistas</b>	Artistas se inspiram defendem o meio ambiente a partir de suas obras ou participam diretamente do movimento.
<b>Ambientalismo de empresários</b>	O esforço do meio empresarial em realizar adequações para reduzir poluição ou qualquer tipo de degradação do meio em resposta a grupos de pressão ou de iniciativa própria; a criação negócios com o mínimo de impacto ambiental.

PÁDUA, José Augusto. Exposição no evento “Desafios e perspectivas do movimento ambientalista no Brasil”. Org. Fundação Francisco, Brasília, 1995. FURRIELA, Rachel Biderman. In: **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Anablume, 2002.

Na fala de Castells (2009), essas diferentes vozes tendem a criar uma “dissonância criativa” que seria uma das principais marcas a do movimento e a causa central de sua disseminação levando-o ao posto de um dos movimentos mais importantes dos últimos tempos. Segundo Lúcia Ferreira (1999), é condição *sine qua non* para uma possível compreensão do movimento ambiental brasileiro e mesmo seu reconhecimento enquanto movimento social concebê-lo como resultado “contingente de uma tensão permanente entre a realidade das peculiaridades dos vários segmentos que o compõem e sua promessa de universalidade, entre sua vocação para a contemporaneidade e a concretude da democracia e do bem estar social no país.” (FERREIRA L., 1999, p. 47-48).

Eduardo Viola que defende a multissetorialidade do movimento ambiental como dado de fortalecimento do mesmo e Hector Leis, reconhecem que:

A importância discursiva da questão ambiental traduziu-se numa legislação comparativamente avançada (embora não consolidada); porém, os comportamentos individuais estão muito aquém dos conteúdos dos discursos, sendo muito poucas as pessoas (inclusive entre os ambientalistas militantes) que pautam conscientemente seu cotidiano pelos critérios da eficiência energética, reciclagem de materiais, redução do consumo suntuário e participação voluntária em tarefas comunitárias de limpeza ambiental. (VIOLA; LEIS, 1992 p. 01)

Assim, continuamos nossa reflexão buscando elementos que traga a compreensão do lugar ocupado pela questão ambiental na sociedade, quando a noção de colapso ecológico que caracteriza o globo segue em paralela a uma apatia de governantes e da existência de Leis que não funcionam a contento na prática.

No entanto, deve ser considerado em seu caráter de potencial transformador de realidades, pois elegem um campo de luta, conseguem se articular para mobilizar instituições e pessoas em defesa de uma causa em comum.

### 1.1 ‘O verdejar do ser’ em crise na sociedade contemporânea?

A ecologia, é oriunda do campo das ciências biológicas e preconizou as bases de uma revolução nos estudos sobre as plantas e os animais, se espalha para outras áreas na academia,

outras disciplinas como a sociologia, por exemplo, e se tornara um dos ícones centrais do imaginário (PÁDUA, 2005), responsável por fomentar a construção do “dispositivo meio ambiente” na sociedade como afirma Carneiro (2012):

A ecologia contribuiu para a construção do dispositivo meio ambiente ao reunir práticas e verdades em torno da conservação da vida no planeta e mostrar uma interação maior entre população e meio. Devido à força das verdades ecológicas, consolidou-se uma associação mais forte entre meio ambiente e a noção de natureza, o sentido de natureza se assimila ao termo meio ambiente no dispositivo. (CARNEIRO, 2012, p.06)

Nos fins dos anos de 80 Listz Vieira (1989) problematiza a crise do pensamento que se estabelece diante da emergência de uma nova Razão para nortear a sociedade em formação diante de suas novas demandas e preocupações pós-descoberta da física quântica e o relativismo decorrente que se instalara. Para o autor,

“(...) a crise ecológica propõe ao homem um desafio global, inclusive epistemológico. Há que buscar uma Razão Alternativa aos modelos da Razão clássica e da Razão Dialética. É preciso ‘repensar o pensar’, produzir novos modos e estilos de vida, em busca de uma nova estética de existência.” (LISTZ, 1989, p.07).

O pensamento ecológico alerta a humanidade para sua interdependência com as demais formas de vida o que propõe mudanças na relação homem x natureza e com isso profundas modificações comportamentais. A sociedade antes marcada pela razão cartesiana, positivista, que separava para melhor compreender cada organismo, assiste ao despontar de um pensamento sistêmico que valoriza as relações estabelecidas entre os seres em seu habitat, dos homens entre si e com o espaço natural. O homem precisa sair do lugar de dominador para se parte de um todo.

Assim, o discurso científico, sobre as catástrofes anunciadas, o risco da extinção da vida na Terra em decorrência do mau uso dos recursos naturais e da poluição desenfreada participam da elaboração do dispositivo meio ambiente, bem como, da inserção do tema na mídia e da aceitação dos ideais ambientalistas na sociedade. Entretanto, a carência pela atuação do movimento é tão presente como a época do nascimento do próprio movimento ambiental, visto que, a mudança proposta possui raízes profundas, tendo caráter comportamental-cultural em escala global e vai de encontro com toda a base social capitalista.

A ideia de ecologia, enquanto identificadora de um complexo de percepções, inquietações e elaborações intelectuais sobre os dilemas da relação entre a humanidade e a natureza, vem se tornando ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização. A própria imagem da globalidade planetária, em grande parte, é uma construção simbólica deste campo cultural complexo. (PÁDUA, 2005, p. 61)

No livro *Pela mão de Alice*, Boaventura Santos explica o paradoxo que a mudança paradigmática para ele em curso propõe, desde o final do século passado, como utopia ecológica e democrática:

Esse princípio de realidade consiste na contradição crescente entre o ecossistema do planeta Terra, que é finito, e a acumulação de capital, que é tendencialmente infinita. Por outro lado, a utopia ecológica é utópica, porque a sua realização pressupõe a transformação global, não só dos modos de produção, mas também do conhecimento científico, dos quadros de vida, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos e pressupõe, acima de tudo, uma nova relação paradigmática com a natureza. É uma utopia democrática porque a transformação a que aspira pressupõe a repolitização da realidade e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, incluindo nela a carta dos direitos da natureza. (Santos, 1999, p.42)

Ao se chocar com os principais pilares do capitalismo os preceitos ecológicos encontram graves barreiras que, diante da emergência do tema na ordem global com a disseminação de riscos eminentes ancorados por prognósticos científicos, as ações coletivas alcançam um espaço teoricamente concedido, institucionalizado e regulamentado em leis cujas aplicações não se efetivam a contento, a saber:

As políticas públicas estão hoje a meio caminho entre um discurso-legislação bastante ambientalizados e um comportamento individual-social bastante predatório, sendo que, por um lado, as políticas públicas têm contribuído para estabelecer um sistema de proteção ambiental no país, mas, por outro, o poder político é incapaz de fazer os indivíduos e as empresas cumprirem uma proporção importante da legislação vigente. (VIOLA, 1992, p. 02)

É importante considerar ainda, o peso que a causa ambiental ganha sob o ponto de vista simbólico num momento que emergiram na sociedade os preceitos da responsabilidade individual e institucional quanto aos problemas de ordem sociais, antes considerados de exclusiva responsabilidade do governo. “O faça você também a sua parte” implícito na onda de responsabilidade social foi rapidamente assimilado pelo empresariado por meio do marketing social que troca ações sociais em nome da boa imagem e, em alguns casos, também

por abatimentos de impostos. Com a percepção da importância que a questão ambiental atingiu e na tentativa de incorporação desses valores pela iniciativa privada surge o marketing verde.

A “TV meio ambiente conversas que mudam o mundo” é um projeto colaborativo realizado por profissionais da área da comunicação entre eles jornalistas e produtores de TV que se afirmam “apaixonados pela causa ambiental”. O site reúne notícias de outras páginas e produz conteúdo voltado a discutir a sustentabilidade no cotidiano. A iniciativa recebe o apoio de algumas empresas.

Destarte, consideramos que o aprofundamento das discussões e as mudanças mais urgentes são da ordem da construção de iniciativas que culminem na efetiva educação de um sujeito mais ecologicamente consciente e mais politizado, ciente de seus direitos e deveres para que uma massa crítica exerça a cidadania cobrando das instituições e empresas uma conduta ambientalmente responsável e ao, mesmo tempo, faça a própria parte.

## 1.2 Comunicação e ativismo ambiental

Podemos inferir que os movimentos sociais, hoje, refletem uma série de descontentamentos diante da globalização e suas consequências, são os movimentos sociais antiglobalizantes. A compreensão desses movimentos deve considerar sua profunda ligação com os processos de informacionalismo, estabelecimento da cibercultura, da crise da política representativa e da “predominância da política simbólica no espaço da mídia” (CASTELLS, 1999, p.95). O autor segue afirmando que a morfologia atual colabora para a existência de novas formas de mobilização coletiva e reestruturação das antigas.

Proponho a hipótese de que existe uma relação direta entre os temas abordados pelo movimento ambientalista e as principais dimensões da nova estrutura social, a sociedade em rede, (...): ciência e tecnologia como os principais meios e fins da economia e da sociedade; a transformação do espaço; a transformação do tempo; e a dominação da identidade cultural por fluxos globais abstratos de riqueza, poder e informações construindo virtualidades reais pelas redes da mídia (CASTELLS, 1999, p. 154).

Embora seja paradoxal que um movimento antiglobalizante tenha crescido tanto com a globalização, o fato é que a evolução tecnológica, em especial no âmbito da comunicação,

propiciou o estabelecimento de um modelo comunicacional que colabora com a disseminação dos ideais anti-hegemônicos, em especial do movimento ambientalista. Sociedade da informação ou em rede seja qual for a denominação, o fato é que a estrutura e a dinâmica da sociedade contemporânea está imersa em contradições.

Autores apontam que uma série de características fazem do Movimento Ambientalista (MA) um dos mais importantes da atualidade (VIOLA, 1987);(FERREIRA, L., 1999);(CASTELLS, 1999). Entre elas destaca-se a universalidade da causa, a linguagem do MA prescinde de raízes culturais já que a defesa do meio ambiente se confunde com a luta pela vida ou por melhores condições de vida, são demandas que independem da nacionalidade, dos costumes, expressões religiosas etc. Esse caráter universal colaborou para que o ideal ambientalista se encontre em ampla expansão social, segundo confirma o *status* que adquiriu este refletido em diferentes esferas da sociedade.

De forma própria, e pela dissonância criativa de suas múltiplas vozes, o ambientalismo também lança desafio à desordem ecológica global, ou seja, o risco de suicídio ecológico, provocado pelo desenvolvimento global desenfreado e pelo desencadeamento de forças tecnológicas sem precedentes sem que sua sustentabilidade social e ambiental tenha sido avaliada (CASTELLS, 1999, p.94).

Além disso, com o respaldo de instituições de grande poder e influência social tais como a ciência com as inúmeras pesquisas acadêmicas que demonstram graves danos ao meio ambiente consequências frutos da ação humana sobre o meio nos últimos tempos. Essas características e certa flexibilidade colaboram para que o MA se adéque à globalização, participando da própria formação da noção de global, já se reconhece que um desastre ambiental na Ásia, por exemplo, pode afetar o equilíbrio de planeta. O local interfere no que é global.

Hoje, a dimensão ecológica vem se tornando uma característica de desenvolvimento e sinônimo de civilização, ou seja, uma organização societária evoluída tende a valorizar a preservação ambiental.

Ainda segundo Manuel Castells, movimento ambientalista merece destaque por reunir peculiaridades que fazem dele o movimento mais afinado com a comunicação na sociedade em rede:

Boa parte do sucesso do movimento ambientalista deve-se ao fato de que, mais do que qualquer outra força social, ele tem demonstrado notável capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilização apresentadas pelo novo paradigma tecnológico. (CASTELLS, 1999, p.161)

Assim, a influência da mídia sobre atuação dos grupos ativistas como o Greenpeace, Avaaz.org, SOS Mata Atlântica, MST, com a forte presença da internet em campanhas repletas de atos midiáticos com a exploração da imagem na defesa de causas das mais diversas refletem a própria natureza das formas de contestação dos movimentos sociais da atualidade.

Ressaltamos a possibilidade de que esta abertura maior à incorporação dos meios tecnológicos em prol da causa ambientalista, no Brasil, em par com a perda de radicalidade que o movimento sofreu ao longo da sua trajetória se refletiu numa midiaticização do movimento nas campanhas contra o novo código florestal em estudo. Em maio de 2012, a presidente Dilma Rousseff vetou 12 pontos do texto da lei e propôs a alteração de 32 outros artigos. Após o anúncio dos vetos da Presidente Dilma a Revista Exame na internet<sup>3</sup> divulga que a Senadora Katia Abreu - presidente da Confederação Nacional da Agricultura – CNA, e representante da bancada ruralista no Senado:

A senadora destacou o fim da "hegemonia" das organizações não governamentais (ONGs) sobre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ibama como um dos principais avanços proporcionado pelo novo Código Florestal. Ela entende que os dois órgãos, livres da pressão das ONGs, tornam-se novamente republicanos. "Se eu não estou 100% satisfeita como produtora rural, eu me considero 100% contemplada como cidadã, democraticamente todos nós teremos espaço para debater", afirmou (EXAME, 2012).

As ONGs tiveram ao seu lado a força da comunicação disposta em redes, seu discurso foi emitido e repercutiu na sociedade por meio da midiaticização em torno do processo de votação do novo código. Até onde o ativismo ambiental está conseguindo convencer e argumentar sobre seu ponto de vista e, assim, efetivamente influenciar as decisões políticas, como outrora foi possível? É uma questão importante para pensar os caminhos da prática ciberativista desenvolvida pelo movimento ambiental nos dias de hoje.

---

<sup>3</sup> VENILSON, Ferreira; COSTA, Rosa. **Ruralistas não foram derrotados, diz Kátia Abreu.** <http://exame.abril.com.br/meio-ambiente-e-energia/noticias/ruralistas-nao-foram-derrotados-diz-katia-abreu>. Acesso em: 15 de jul. de 2013.

Tendo em vista que os sites de redes sociais, no Brasil, acabam se configurando um espaço para a disseminação dos mais variados conteúdos, pontos de vista e apresentam uma apropriação peculiar, destacamos a presença das mensagens de ordem contra-hegemônicas e demandas da sociedade civil, por meio do movimento ambiental brasileiro representado pela união de organizações não-governamentais que ocuparam espaço nas redes sociais na internet, em oposição à proposta de alteração no código florestal brasileiro, defendendo que a *Floresta Faz a Diferença* e tomaram parte nas discussões do processo de elaboração do novo código. Para a compreensão deste caso, vamos a um aparte sobre o Código Florestal e o processo de mudança da Lei.

## 2. CÓDIGO FLORESTAL

A existência de um conjunto de leis que se visa assegurar a manutenção e preservação das florestas e a biodiversidade que delas dependem sugere a compreensão de que tal preservação é de interesse da sociedade. São premissas para a existência de um Código Florestal “a conservação do patrimônio florístico e o estabelecimento de regras para o seu uso” (CBPC, 2011).

Em 1934, por meio do Decreto 23.793, foi lançado o primeiro Código Florestal do Brasil, instituído pelo Decreto no 23.793. Posteriormente revogado pela Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965. Como uma de suas medidas determinava a preservação de 25% da área de terras de propriedade particular com a cobertura de mata original. O código foi atualizado em 1965 (Lei nº 4.771), a alteração previa que metade dos imóveis rurais da Amazônia deveria ser preservada. E a partir do ano seguinte, o Código Florestal passou a ser modificado por diversas Medidas Provisórias.

Em 1981 foi criada a lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, com o objetivo de resguardar “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.”<sup>4</sup>.

Héctor Leis argumenta sobre uma incapacidade do poder governamental de gerir a problemática ambiental e ressalta a importância das ONGs nesse contexto. Segundo o autor:

Em particular, que os problemas ecológicos são transnacionais e produzem efeitos naturais inesperados, enquanto que a política tradicional é nacional ou internacional e se regula a partir de efeitos artificiais esperados. Em outras palavras, os componentes biofísicos da realidade contemporânea não têm uma fácil tradução dentro dos atores e do pensamento político que são tradicionais”. (LEIS, p. 74, 1999)

A legislação ambiental no Brasil estava se consolidando em meio às pressões internas dos grupos ambientalistas e a pressão da comunidade internacional que ao despertar para a questão ambiental, exige dos países uma postura atuante para a preservação e combate à degradação do meio. A importância do código florestal é reconhecida à medida que reúne o

---

<sup>4</sup> Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm) Acesso em: 06 jul. 2013

conjunto de regras voltadas à preservação e conservação das florestas que são responsáveis pela manutenção de serviços ambientais indispensáveis à vida humana.

## 2.1 Novo código florestal

Por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 189 nações assinam a Declaração do Milênio, em setembro do ano 2000, se comprometendo a combater algumas das questões que representam entraves para o alcance do estabelecido dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dando origem ao ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – são oito objetivos que encerram as metas para combater diversos males da sociedade como a extrema pobreza, redução da mortalidade infantil, igualdade entre os sexos e etc., a serem atingidas até 2015 pelas nações inseridas no acordo.

Com o pacto renovado em setembro de 2010, a comunidade mundial reafirma o compromisso assumido e se compromete com a aceleração dos oito objetivos, que trás entre eles o ODM 7 - Garantir a Sustentabilidade Ambiental, este objetivo é formado por quatro metas e uma delas é “Reduzir a perda de diversidade biológica e alcançar, até 2010, uma redução significativa na taxa de perda” (PNUD, 2012)<sup>5</sup>.

Outras questões de caráter universal são pauta dos novos movimentos sociais como o preconceito contra negros, homossexuais, mulheres e a violência contra minorias, entretanto, é possível que nenhum deles tenha se adequadado ao cenário informacional da globalização como o movimento ambiental. Os problemas ambientais representam uma preocupação de todas as nações, por isso, vem sendo prática da política internacional a realização de sucessivas conferências para os debates dessas questões que dão origem ao estabelecimento de metas para cada país contribuir com sua parcela para a minimização e combate a tais problemas. O Brasil, detentor de patrimônio natural do planeta por conter a maior biodiversidade do mundo, tem assumido compromissos internacionais que visam à preservação desse patrimônio, como por exemplo, os compromissos selados na Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas; na Convenção da Diversidade Biológica – CDB e na Convenção de Áreas Úmidas – RAMSAR (SBPC, 2011).

---

<sup>5</sup> PNUD, 2012. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/ODM7.aspx> Acesso em: 26 de jul. de 2013.

A propositura de uma alteração do código florestal vigente no Brasil até 2012 movimentou o país e dividiu opiniões, o debate envolveu diversas instituições como a sociedade civil organizada liderada pelos ambientalistas, a comunidade científica e a política. As bancadas do Senado e Câmara se dividiram, uma parte a favor do novo código conhecidos como os ruralistas ao lado da agroindústria; a outra a favor da manutenção da lei em vigor, formada por produtores e sindicatos rurais e os políticos que os apoiam.

O Projeto de Lei – PL 1.876 de autoria do deputado federal de Rondônia Sérgio Carvalho (PSDB), é apresentado dia 19 de outubro de 1999 dando início a um processo de modificação da legislação vigente que versa, principalmente, sobre a demarcação de Áreas de Preservação Permanente - APP, Reserva Legal, exploração florestal e etc. Em 2009, o deputado Aldo Rebelo do PCdoB foi designado relator do projeto, em 2010, o mesmo emitiu um relatório favorável à lei. A Câmara dos Deputados aprovou o projeto pela primeira vez no dia 25 de maio de 2011, encaminhando-o ao Senado Federal.

O processo foi marcado por intenso debate social, a comunidade científica, representada pela Academia Brasileira de Ciências - ABC e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, participou elaborando um estudo intitulado “O Código Florestal e a Ciência: contribuições com a finalidade de gerar subsídios para as discussões a respeito das mudanças no Código Florestal expressas no substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.876/99”. A frente SOS florestas composta pelas ONGs: Apremavi, Greenpeace, Imaflora, Instituto Centro de Vida - ICV, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, Instituto Socioambiental - ISA e WWF-Brasil, divulgaram em janeiro de 2011 a cartilha “Código Florestal: Entenda o que está em jogo com a reforma de nossa legislação ambiental” e explica a importância do código florestal para a sociedade demonstrando as consequências de uma flexibilização excessiva das leis.

O Ipea lançou um comunicado<sup>6</sup> em junho de 2011, informando que conforme avaliação dos técnicos do instituto, na melhor das hipóteses, cerca de 29 milhões de hectares de mata nativa deixariam de ser recuperados no país por consequência da aprovação do novo código. Os institutos científicos IMAZON e o ProForest, em parceria com o Greenpeace, elaboraram o

---

<sup>6</sup> IPEA. Implicações do PL 1876/99 nas áreas de reserva legal. 2011. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110608\\_comunicadoipea96\\_apresentacao.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110608_comunicadoipea96_apresentacao.pdf)  
Acesso em: 5 de jul. de 2013.

estudo lançado em outubro de 2011, a partir da análise comparativa da legislação florestal de onze países (China, França, EUA, Alemanha, Japão, Indonésia, Índia, Holanda, Suécia, Polônia e Reino Unido) que teve o objetivo de perceber até que ponto haveria alguma originalidade no código brasileiro, a pesquisa concluiu que há muitas proximidades entre as leis dos países analisados e o código florestal vigente no Brasil, principalmente quanto à rigidez das leis, reafirmando que desde o século passado o fim do desmatamento, não o contrário, é característica de desenvolvimento.

Em 14 de outubro de 2011, a Associação Juízes para a Democracia – AJD emite a “Nota<sup>7</sup> Pública Sobre o Projeto de Lei do Novo Código Florestal” o texto é categórico ao opinar contra a proposta, afirmando sua inconstitucionalidade com base nas pesquisas até então divulgadas. Segue trecho da nota:

A AJD diz NÃO ao PLC 30/2011, por sua patente inconstitucionalidade material, à luz dos dados científicos desvelados, e protesta por sua rejeição, ou, por ora, ao menos, que o Senado Federal conceda à ciência o prazo solicitado (mínimo de dois anos) para elaboração aprofundada de estudos de impactos ambientais, que sirvam de subsídios técnicos e públicos às alterações legislativas pretendidas. (AJD, 2011).

Os pontos mais polêmicos do projeto aprovado pelo Senado reportavam às Áreas de Preservação Permanente - APP, Reserva legal e a anistia a crimes ambientais. Áreas de Preservação Permanente são os espaços considerados mais vulneráveis em propriedades particulares rurais ou urbanas, como as margens de rios e reservatórios, topos de morros, encostas situadas em terreno inclinado ou matas localizadas em nascentes e leitos de rios. Essas áreas apresentam maior risco de deslizamento, erosão ou enchente, por isso devem ser protegidas. O texto do PL que versa sobre as APPs reduz sua extensão mínima de 30 metros para 15 metros de faixa marginal e opta pela demarcação das matas ciliares protegidas a partir do leito menor do rio e não do nível maior do curso d’água. Desse modo, ocorre uma flexibilização na extensão e uso dessas áreas, especialmente nas margens de rios já ocupadas.

A Reserva Legal é a parte da propriedade rural que a legislação determina a manutenção da vegetação nativa a fim de garantir a biodiversidade local, protegendo sua flora e fauna. Sua extensão varia de acordo com a região do país: 80% do tamanho da propriedade na Amazônia, 35% no Cerrado nos Estados da Amazônia Legal e 20% no restante do

---

<sup>7</sup>Disponível em: [http://www.ajd.org.br/documentos\\_ver.php?idConteudo=96](http://www.ajd.org.br/documentos_ver.php?idConteudo=96) Acesso em: 29 de set. de 2013.

território. O novo código propõe a isenção de reserva legal para imóveis de até quatro módulos fiscais, ou seja, o módulo fiscal varia de cinco a 110 hectares conforme a região, e com base na nova lei, uma propriedade com até 440 hectares estão desobrigadas a recuperar a reserva legal.

Conforme a nova lei, os proprietários de terras estariam desobrigados a recuperar áreas de reserva legal e APPs desmatadas ilegalmente e determina a suspensão do pagamento de multas emitidas até 22 de julho de 2008, esta resolução ficou conhecida como Anistia aos desmatadores. Para ambientalistas um retrocesso que estimula o desmatamento, para ruralistas uma mudança necessária em favor da produção agrícola dos pequenos produtores.

No entanto, apesar de todos os argumentos contrários, no dia 6 de dezembro de 2011, o Senado Federal aprovou, por 59 votos a 07, o projeto de relatoria do deputado Aldo Rebelo. No dia 25 de abril de 2012, a Câmara aprova uma versão alterada da lei, que privilegia muito mais os ruralistas, deixando descontentes os ambientalistas e toda a sociedade civil preocupada com a preservação das florestas brasileiras. Nesse momento as expectativas se voltam para a avaliação presidencial, as mobilizações passam a focar o pedido pelo veto geral a todos os artigos que favorecem ao desmatamento florestal.

### 3. COMUNICAÇÃO E DEMOCRACIA NA CIBERCULTURA

A democratização de um país deve ir além da possibilidade de escolha dos representantes que o governam, pois exige maior participação popular por meio de monitoramento do poder público aliada a cobranças pelo atendimento aos direitos, assim, envolve uma série de comportamentos sociais. Para que a democracia seja exercida de fato demanda um amadurecimento da consciência política da população que, na sociedade atual, não ocorre fora diálogo mediado pelas telecomunicações entre as diversas instituições que compõem a sociedade com destaque para os cidadãos, a mídia, os políticos e os movimentos sociais.

Na análise de Marilena Chauí (2012) a democracia pressupõe o conflito, ao contrário do que está marcado no imaginário, ela faz dele um requisito quando a entendemos como “a atividade democrática social” a mesma “realiza-se como um poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes” (CHAUÍ, 2012, p. 151).

Justamente porque opera com o conflito e com a criação de direitos, a democracia não se confina a um setor específico da sociedade no qual a política se realizaria – o Estado -, mas determina a forma das relações sociais e de todas as instituições, ou seja, é o único regime político que é também a forma social da existência coletiva. (CHAUÍ, 2012, p. 151)

Dominique Wolton (2007) reconhece as novas tecnologias, especialmente a Web, como espaço de liberdade individual, de autoemancipação. Mas alerta que em par com o desempenho relativo à dimensão técnica do seu uso, das interfaces e formas de interação que propiciam há uma expectativa exagerada em torno delas que são geradoras de utopias a permeiam o meio social contemporâneo. Em seu característico tom crítico o autor nos alerta para a importância de considerar a conjuntura como um aspecto vital para a compreensão da comunicação. Sem que o deslumbre pela técnica nos prive do olhar crítico sobre as práticas comunicacionais emergentes, no caso, nos auxiliar a pensar essas ações coletivas que se estruturam dentro do ambiente virtual e que se espraiam ou não para o offline.

Ainda segundo o autor, a mídia não consegue exercer sua função como propulsora da democracia, de forma ampla, porque está muito ligada a interesses políticos e econômicos. Logo, a autonomia pessoal viabilizada pela abertura do polo de emissão, promovido pela comunicação mediada por computadores conectados via redes telemáticas, bem como, a

relação que se estabelece entre este fluxo de conteúdo online produzido coletivamente e a mídia enquanto corporação não realiza por si só maior expressão da democracia. Mas pode condicionada a uma série de fatores que regem a estrutura social, sobretudo a tríade – economia, política e educação colaborar para a formação mais participativa dos cidadãos nos processos decisórios da coletividade a qual pertence. Pois, “a mídia é a condição da igualdade de democracia para o cidadão, o lugar da discussão dos interesses políticos e, ao mesmo tempo, o pulso da democracia” (WOLTON, 2009, p.5).

E o ciberespaço surge como o palco principal, no qual se engendram os termos dessa possível renovada democracia devido à liberdade de emissão, por possibilitar diferentes formas de compartilhamento de informações e incitar a cooperação, culminando em:

(...) novas formas de moderação da palavra, distribuição de conteúdo livre e em rede, emergência de um “jornalismo cidadão”, disseminação de arquivos em redes cada vez mais capilares em pares (P2P), profusão de opiniões sobre todo e qualquer assunto em wikis, blogs, softwares sociais, produção de programas de computador de fonte aberta desafiando aqueles de origem proprietária, uso de tecnologias móveis para “reclamar as ruas” e realizar mobilizações políticas rápidas e descentralizadas... (LEMOS; LÉVY, 2010).

Hoje e cada vez mais a noção de ciberespaço enquanto lugar circunscrito vai se diluindo em meio a incorporação das tecnologias comunicacionais a vida das pessoas. A mescla entre o virtual e o real já é fato.

Segundo Castells (2010, p.279), “a internet é a conexão global-local, que é a nova forma de controle e de mobilização social”, é preciso reconhecer que ela se firma como o meio de comunicação que melhor se afina com ideais de liberdade e igualdade, conseguiu dar voz ao indivíduo e permite o acesso a uma quantidade e diversidade de informações inimagináveis antes da sua existência. Ao mesmo tempo, não deve ser vista como o oásis da democracia e liberdade de expressão, isenta de controle, pois além de ser uma posição ingênua, seria irreal.

Muniz Sodré (2012, p. 251) alerta para os diversos interesses que permeiam o mercado da mídia e afirma que a mera inclusão tecnológica não significa, necessariamente, maior participação política do cidadão, pois:

Aceitar a utopia de uma nova cidadania por uma pura inserção igualitária do indivíduo no mercado e nas teletecnologias, confiando na racionalidade da transparência comunicacional, é reconhecer ingenuamente o irracionalismo dessas novas formas de sociabilização e sua profunda conexão com o lado

irracional (na verdade um outro tipo de racionalidade) do sistema capitalista. (SODRÉ, 2012 p. 251)

No entanto, ao permitir que instituições ou mesmo indivíduos tenham um espaço de fala na arena que, enquanto mídia, representa hoje uma extensão do espaço público (MORAES, 2006), a internet pode se revelar como mídia base para ações ativistas dos grupos contrários à ordem vigente ou alguns aspectos dela, sobretudo, quando o que se busca modificar é da ordem do simbólico, como é o caso dos movimentos sociais contemporâneos.

O campo midiático, delineado por interesses políticos e econômicos, se torna cada vez mais concorrido se configurando um privilégio de poucos. Mais complexo a partir da segunda metade do século XX com o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação, o campo da mídia se vê obrigado a aumentar progressivamente a abertura para o diálogo com outras vozes do discurso midiático.

Vale ressaltar, a concepção defendida por Renata Dias em sua análise sobre a tematização e circulação de enunciados pelos movimentos de resistência global, de que o campo midiático é composto internamente por diferentes divisões que vão assinalar o “jogo da visibilidade pública e a disputa pelo poder na contemporaneidade” (DIAS, 2007, p. 207). Assim, o campo midiático não é formado, apenas, pela mídia comercial (informativa), mas também a mídia alternativa, de organização e radical, por exemplo, e que o campo como um todo é fruto das diferentes formas de midiaticização propostas por essas divisões. Do diálogo resultante entre essas diferentes vozes “conformando ou não convergências em sentido estrito, porém constituindo ecossistemas comunicativos cada vez mais complexos” (OROZCO, 2006, p. 84) a comunicação social se torna a cada dia mais relevante para o futuro da participação social e exercício da democracia, embora não seja a única variável que o determine.

Apesar do leque de possibilidades das novas formas de interação criadas pelo lugar de conversação em que se revelou - as redes sociais telemáticas - parte importante na midiaticização em voga nos dias atuais, existe distância entre o que é expresso e até mesmo vivenciado online e a prática off-line dos indivíduos (Sodré, 2012).

Wolton (2007) dissertando sobre os ganhos relativos ao advento da interação das novas tecnologias em comunicação e informação, em especial via internet, relativiza que a Radiodifusão sai em vantagem com relação a internet posto que, na sua opinião, a liberação do

polo de emissão para uma infinidade de vozes acaba por criar uma polifonia em que o entretenimento se sobressai em detrimento às mensagens mais substanciais que teriam maior relevância para a informação e formação cidadã. E sabemos que embora o número de opções diminua na Televisão e no rádio, em ambos, a lógica da audiência que busca atender seus interesses acaba levando o Brasil a mais de dez edições do BBB (Big Brother Brasil) e onde os números de programas de cunho educativos ou jornais ainda perdem para a novela do horário nobre.

É necessário esclarecer que a democracia levada a seu caráter mais participativo com ampla promoção do debate social - a ciberdemocracia, como vislumbraram Pierre Lèvy e André Lemos (2010) - que poderia se firmar a partir do uso das tecnologias em comunicação disponíveis, exige uma mudança política gradual e basilar refletida nas raízes do sistema educacional fundante que colabore para uma nova concepção de cidadania entre os indivíduos. Realizar mudanças profundas no exercício democrático social não se dará sem a quebra dos empecilhos estruturais da cultura relativa ao próprio sistema capitalista base dos sistemas de mídia e demais institutos que ditam a ordem social.

Ademais, considerar a presença das limitações técnicas, cognitivas, e do pensamento crítico é tão importante o quanto reconhecer os pontos positivos da nova ordem que se estabelece com a centralidade da comunicação, pois faculta melhor entendimento a respeito dos meios de controle e dos entraves em torno das práticas de resistência que florescem nesse terreno.

### 3.1 Biopoder e a ecopolítica no mundo do capital

A arte de governar descreve as muitas maneiras de guiar, dirigir, forçar ações e reações humanas (Foucault, 2008, p. 3). Em defesa de uma emergente racionalidade na prática de governar o autor defende o Estado como algo pré-existente e que, ao mesmo tempo, ainda está por construir, ou seja - em suas palavras - é a um só tempo “o que existe e o que ainda não existe suficientemente”. Nesse esforço para direcionar e controlar em nome do Estado, o crescimento populacional gera a necessidade do estabelecimento de políticas públicas de saúde em defesa da vida, voltadas ao controle de epidemias e da natalidade, por exemplo. O Estado exerce o seu poder sobre a vida humana – é a biopolítica que emerge desse paradigma

do poder – o biopoder (HARDT e NEGRI, 2001). Em busca de uma atualização do conceito de biopoder à fase atual estado do capitalismo, os autores nos apontam o seu deslocamento para a nova relação de trabalho com base na produção intelectual. Na produção e reprodução de bens intelectuais.

O mundo globalizado no qual vivemos traz aspirações de liberdade expressas no sopro de democratização da comunicação, bem como na apropriação das novas tecnologias de comunicação como agentes favoráveis à consolidação de uma sociedade democrática; também de igualdade, como preconiza a lista de metas da campanha da ONU - Objetivos do Milênio-baseada nos direitos humanos e de fraternidade, alicerçada por ideais de pacificação, união entre os povos de diferentes culturas e tolerância a tais diferenças. O que parece uma sociedade rumo ao alcance dos princípios iluministas, seria antes uma adaptação ou evolução da sociedade disciplinar que se revela na sociedade de controle? A saber:

A sociedade de controle é a sociedade que ultrapassa a potencialização da reforma pela disseminação das práticas do inacabado, acoplando soberanias e disciplinas, multiplicando seguranças, obtendo confianças por meio da economia computo-informacional e pleiteando suprimir resistências. Ela se quer universalista, incorporando culturas, e as relativiza segundo direitos multiculturais, diversidade de saberes e de práticas religiosas. Propaga novos e diversos direitos, não mais do rei em tirar a vida (soberania) ou do Estado de fazer viver (biopolítica), mas um direito de participar da vida (PASSETI, 2009).

Nessa perspectiva, a estrutura social organizada em redes descentralizadas de fluxos comunicacionais funcionaria como a própria forma de controle de nosso tempo. Essa sociedade, aparentemente mais democrática, acolhe os indivíduos em suas redes para melhor mantê-los dentro do sistema. Em constante produção de bens simbólicos este sujeito alimenta o sistema cria e/ou entra em contato com as bases intelectivas que despertam o senso crítico.

Hard e Negri, afirmam que:

A comunicação não apenas expressa, mas também organiza o movimento de globalização. Organiza o movimento estruturando e multiplicando interconexões por intermédio das redes. Expressa o movimento e controla o sentido de direção do imaginário que percorre essas conexões comunicativas; em outras palavras o imaginário é guiado e canalizado dentro da máquina de comunicação. (HARD e NEGRI, 2001, p. 51)

Nessa medida podemos entender o atual momento da prática comunicacional na sociedade dita midiaticizada, visto que nos deparamos com o que é expresso em práticas vividas, concretas enquanto caminhamos em paralelo a um constante construir onde futuros possíveis emergem em meio a utopias, sobretudo, no tocante ao desenvolvimento de ações coletivas em resistência ao *status quo* a partir da socialização em redes digitais que estimulam a produção intelectual e a criticidade que fomenta o desenvolvimento de uma nova resistência.

O empoderamento<sup>8</sup> pessoal que guarda relação com a autonomia e passa pela possibilidade de fala que o indivíduo adquire com o uso dos meios de comunicação desde a criação de rádios comunitárias, periódicos de circulação reduzida como fanzines e pequenos jornais se intensificou com a quebra com o modelo de comunicação social de um para muitos. De forma que comunicar é ter poder ou é uma forma de chegar a ele. Para um esforço de alcance os limites desse empoderamento oriundo do direito de fala no diálogo midiático.

Muniz Sodré alerta que “as transformações tecnológicas da informação mostram-se francamente conservadoras das velhas estruturas de poder, embora possam aqui e ali agilizar o que, dentro dos parâmetros liberais, se chamaria de ‘democratização’” (SODRÉ, 2002, p. 12). E entendemos que provavelmente passamos por uma fase de transição que passa pela apropriação tecnológica e as transformações subjetivas decorrentes da dinâmica social.

Thompson frisa que “de um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum” (THOMPSON, p.14, 2009). Após ter vivenciado várias transformações (ANOUTN; MALINI, 2010) desde sua criação a internet compõe um complexo midiático que opera ou dá suporte ao “momento de codependência entre diferentes campos e de reconfiguração conceitual e política.” (Bentes, 2013).

No prefácio de “Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária” (LEMOS; LÈVY, 2010), André Lemos (2010) faz o alerta de que já estamos vivenciando esse cenário de mudanças propostas pelo ciberespaço, não sendo mais novidade que ele permita a livre emissão, conexão e reconfiguração da vida em sociedade em seus diferentes aspectos (cultural, político, econômico). Entretanto, cabe avaliar os processos comunicacionais, fluxos

---

<sup>8</sup> Tradução de *empowerment* empoderamento cuja definição “é próxima da noção de autonomia, pois se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito.”

e dinâmicas que estão delineando os rumos dessas mudanças em meio aos interesses que permeiam as relações sociais forjadas a partir das novas tecnologias de comunicação.

### 3.2 Socialização democrática na internet e as novas resistências

A democratização dos meios de comunicação, alardeada com a chegada da internet precisa ser avaliada com alguma cautela, embora considerável avanço ocasionado pela liberação do polo de emissão proporcionado pela nova tecnologia e intensificado com a portabilidade dos meios digitais, com o acesso à internet via celular, seja indiscutível, não devemos perder de vista a existência dos ausentes desse processo e, ainda, os diferentes estágios de informatização dos indivíduos, delineando níveis distintos de apropriações dessa mídia de grande potencial. A Internet é o meio pelo qual as redes sociais digitais são operadas (DI FELICE, 2012).

Helder Prior (2011) destaca três consequências centrais decorrentes da socialização das tecnologias de comunicação de base microeletrônica, a primeira se refere a uma alteração na estrutura institucional da comunicação; as mutações no espaço deliberativo e, por último, o aumento da vigilância eletrônica. Com muitas inovações, desconfianças e possibilidades as “revoluções” tecnológicas e culturais em processo no âmbito da comunicação vem se delineando permeadas de contrastes. Ao mesmo tempo, que libera a emissão, inaugura uma nova forma de controle. Propondo se não uma renovação, mas uma reconfiguração das relações de poder onde o poder-saber se estabelece enquanto alvo dos piratas de hoje, moeda de troca e/ou arma fatal nas guerras na sociedade da informação.

Para Henrique Antoun e Fábio Malini (2010, p.02) a zona de liberdade que a internet oferece é definida pelos “mecanismos e atos autônomos de cooperação social que permitem o exercício do poder (e contrapoder), a produção social e a ativação psicológica de afetos.”

Devemos considerar a exclusão digital existente no país, segundo o Mapa da Inclusão Digital, elaborado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em parceria com a Fundação Telefônica/Vivo. A pesquisa afirma que, num universo de 156 países, o Brasil ocupa a 72ª posição no Índice Integrado de Telefonia, Internet e Celular de Inclusão Digital e, com base em dados do Censo 2010 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do

Instituto Gallup, 51,25% da nossa população teria acesso ao computador, à internet, ao telefone fixo e ao celular.

O estudo divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em maio de 2013 com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD que trata do Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal revela que de 2005 para 2011 o acesso à internet no país cresceu 143,8% entre a população com 10 anos ou mais, a um crescimento populacional de 9,7%. Apesar do aumento considerável, é preciso não perder de vista que 53,5% dos brasileiros dessa faixa etária ainda não utilizam a rede. O fato é que a população do Brasil ainda caminha para uma informatização.

O nosso país ainda engloba uma boa parte de pessoas excluídas do mundo digital ou não inseridas na vida virtual de forma mais ampla. Considerando que a exclusão digital de boa parcela da população é uma realidade e que a apropriação social da internet, no Brasil, é um processo novo, este assume o caráter concernente a uma maioria que conheceu a internet já na fase jovem e não teve essa forma de comunicação como integrante do processo de formação desde a educação básica, ou seja, não é uma população composta por uma maioria de nativos nesse mundo virtual. Não basta ter acesso ao meio para estar mais informado, o que o indivíduo está acessando é determinante para que seu uso da internet contribua para sua formação enquanto cidadão.

#### 4. COMUNICAÇÃO ATIVISTA NA SOCIEDADE EM REDE

Ao pensar a relação que se estabelece entre a mídia e os movimentos sociais na contemporaneidade, haja vista que cada vez mais estes movimentos sociais perseguem seus espaços na mídia, ressalta o caráter global destes, que ao mesmo tempo, estão comprometidos com a transformação de realidades locais – seja ambiental, de gênero, pelos direitos humanos ou cidadania (VIZER, 2007); (CASTELLS, 2009). De forma que podemos identificar uma atuação midiática dos movimentos sociais em práticas ativistas, que buscam a modificação do *status quo*, numa escala global a partir de ações locais. Ao longo de sua fala Vizer (2007) nos oferece, ainda, uma compreensão do papel da comunicação na construção de uma “ecologia social” - os processos de informação e comunicação são dispositivos culturais que os agentes sociais utilizam como recursos para a construção e manutenção de “contextos e ambientes com relações previsíveis e estáveis”.

A seu turno, nos últimos tempos, as guerras civis existentes foram marcadas pela presença pontual e decisiva das novas tecnologias de comunicação, como no caso do fenômeno conhecido como Primavera Árabe, nas ações do grupo Anonymous, nos protestos de repercussão mundial ocorridos em junho e julho no Brasil. Ferreira e Vizer (2007) trazem algumas informações acerca da relação mídia e ativismo e afirmam o quanto a história está repleta de exemplos de momentos em que indivíduos organizados lutaram para modificar o *status quo* e que em cada momento histórico uma mídia diferente servia de base para divulgação de ideais. E, hoje, verificamos que a internet pode ser adotada como espaço onde ocorrem as ações ativistas ou como ferramenta de apoio para ações que acontecerão fora da rede.

Da liberdade proporcionada pela disseminação do computador pessoal e demais tecnologias interconectadas em rede, surge o espaço da autonomia (Castells, 2013) onde o sujeito antes habituado a consumir os bens simbólicos vai se transformando no sujeito afeito ao consumo e, também, a produção destes, na conceituação de Orozco (2012) – “sujeitos audiências” e “sujeitos redes”, respectivamente.

Portanto, o ativismo na cibercultura é esse conjunto de ações e práticas orquestradas por instituições ou indivíduos visando realizar, organizar e/ou divulgar mobilizações sociais em torno de diferentes demandas da sociedade e se assenta numa conjuntura na qual o status

assumido pela tecnologia e a informação na sociedade é central. A “sociedade em rede” como um modelo social abre espaço para o surgimento de novas formas de ações coletivas e/ou reorganização das antigas (Castells, 2009).

Para André Lemos (2002, p.132), “o grande interesse sociológico e antropológico do ciberespaço reside, justamente, no vitalismo social que ele permite canalizar. Todas as formas de socialidade contemporâneas encontram, nesse ambiente rizomático, um potencializador, um catalisador, um instrumento de conexão.” Embora a ideia de ciberespaço, hoje, não deva ser entendida como um lugar circunscrito e separado da realidade, mas diluído na a própria realidade imersa entre as redes digitais e seus fluxos contínuos de informação, trazemos a afirmativa de Lemos que nos remete a essa imagem de rizoma que tão bem exemplifica e demonstra o modelo social que se constrói em torno do uso da comunicação mediada como principal forma de interação social. Talvez assinar petições ou compartilhar mensagens em apoio a alguma causa ainda não signifique uma manifestação aceita e reconhecida, pelas instituições de uma forma geral e mesmo pela totalidade de nossa população, como exercício de cidadania e democracia, mas já faz parte das práticas de um grande número pessoas conectadas online e as bases de como isso vem se desenvolvendo devem ser averiguadas pelas disciplinas e campos científicos competentes.

#### 4.1 Ciberativismo em formação

Em 1995, o Exército Zapatista de Liberação Nacional – EZLN, em Chiapas, México - realiza o primeiro Movimento de Guerrilha Informacional. Anos mais tarde (2001), acontece em Porto Alegre (RS) O Fórum Social Mundial (FSM), fazendo contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, que reuniu as principais potências econômicas. A partir de sua atuação na internet, o FSM passou a ter abrangência mundial em 2001 (CASTELLS, 2009).

A Primavera Árabe, fenômeno de grande repercussão midiática que teve início em 2010, foi uma série de protestos realizados em países do mundo árabe nos quais a internet foi crucial para a mobilização e organização dos atos. Entre eles a Tunísia, Egito e Líbia lutavam

contra o regime ditatorial durante décadas em vigor nesses países. E por meio de telefones celulares e computadores, o mundo acompanhou as mobilizações populares no Oriente Médio.

*Ocuppy Wall Street* foi a palavra de ordem que circulou na internet e convocou os americanos descontentes com o governo Obama e a forte influência do empresariado no processo eleitoral americano. Após ter chegado ao poder com o auxílio das redes de comunicação se depara com um levante popular orquestrado pelo mesmo recurso tecnológico que o ajudou a chegar à presidência. Para Manuel Castels, o *Ocuppy Wall Street* nasce digital e por maior que seja a importância da ação off-line, de ocupação das ruas, “foi o processo de comunicação que permitiu ao movimento obter coesão interna e apoio externo.” (CASTELLS, 2013, p. 130).

Em 29 de junho o Brasil assistiu ao ápice do maior movimento nacional organizado na internet e noticiado em tempo real pelos próprios manifestantes por meio das redes sociais, em matéria o Estadão chama de “epidemia de manifestações” o movimento que envolveu 353 cidades e contabilizou quase um protesto por hora (ESTADÃO, 2013).<sup>9</sup>

Para Dênis de Moraes (2000, p.144) “a internet projeta-se como fórum online capaz de revitalizar lutas e movimentos civis, na atmosfera de permutas próprias da cultura de redes.” Assim, o ciberativismo é, na concepção de Sérgio Amadeu (p. 04, 2010), “um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet.” Tais práticas podem acontecer exclusivamente na rede (online) ou se realizarem em parte fora da rede (offline) de forma complementar.

E, conforme ressalta Lemos (2008, p.136), “o ciberespaço é um ambiente mediático como uma incubadora de ferramentas de comunicação, logo, com uma estrutura rizomática, descentralizada, conectando pontos ordinários, criando territorialização e desterritorialização sucessivas.” Nesse espaço, ganha força as ações de movimentos de contestação, ou seja, que professam ideais contrários ao *status quo*, consequência da própria globalização que também ampliou e foi ampliada pela cultura do digital.

---

<sup>9</sup>Disponível em: ‘Epidemia’ de manifestações tem quase 1 protesto por hora e atinge 353 cidades. Estadão. <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,epidemia-de-manifestacoes-tem-quase-1-protesto-por-hora-e-atinge-353-cidades,1048461.0.htm>. Acesso em: 25 de jun. de 2013.

Definido por Rigitano (2005, p.251) como “a utilização da internet por grupos e/ou indivíduos como recurso ou âmbito de ação para suas reivindicações.” Uma série de críticas e questionamentos quanto aos resultados dessa mudança de postura por parte dos coletivos ativistas de nosso tempo, com a inserção desses grupos no meio virtual, mas ressaltamos que nos levam a pensar em certa acomodação ou apatia diante das problemáticas sociais.

Segundo David Ugarte (2008), o poder que a comunicação digital institui e distribui entre as redes de computadores pessoais interconectados através do ciberativismo se dá pela união entre discurso, ferramentas e visibilidade que formam o “mantra” regente do ciberativismo, que ele traduz pelo “empoderamento” de pessoas (*empowering people*), oriundo do uso e apropriação social dos meios. É importante destacar a disseminação de ferramentas de cunho ativista na rede como uma marca da prática ativista nas redes sociais, dentre o diverso e volumoso fluxo de informações compartilhadas constantemente. E ocorre uma verdadeira ‘panfletagem’ virtual, no ‘boca a boca’ dos compartilhamentos.

David de Ugarte amplia o conceito de ciberativismo, e aceita como ação ciberativista qualquer conteúdo produzido e veiculado na rede com a intenção de provocar mudanças sociais e, assim, concebe:

“ciberativismo” como toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal. (UGARTE, 2008, p.55).

Sandor Vegh (2003) propõe uma categorização para o ciberativismo. A primeira categoria, denominada Conscientização/ Apoio, compreende as disseminações de notícias, de material com o intuito de informar, e a busca por informações úteis à causa defendida. Essa troca de informações pode visar outros ativistas e/ou o público em geral. A segunda, Ação/Reação, diz respeito ao uso da Rede como espaço onde a ação ativista acontece ou reação em resposta a algum fato ou entidade opositora. Nessa categoria, se inserem as invasões hackers, cujo propósito seja, por exemplo, retirar do ar algum site para chamar atenção de autoridades. E a terceira e última categoria, Organização/Mobilização, consiste na utilização da rede para organizar alguma ação ativista *off-line* ou *on-line*. Na prática, essas categorias aparecem, geralmente, de forma simultânea e em relação de complementaridade.

A priori, o ciberativismo pode ser confundido com a atitude de uma sociedade acomodada que não está disposta a lutar por seus ideais, que evita enfrentamentos porque a correria do cotidiano tolheu sua “rebeldia”, calando vozes como a da nossa juventude, que noutros tempos causaram importantes mudanças no status quo. Manuel Castells (2010) afirma que a internet não molda os comportamentos, mas potencializa as tendências já existentes.

Fábio Malini (2013) identifica duas formas de ações coletivas o midialivrismo e o ciberativismo. Para o autor, “o midialivrismo de massa quer se liberar do poder concentrador da propriedade dos meios de comunicação; o ciberativista quer radicalizar os direitos fundamentais (ou mesmo subverter o sentido liberal destes), sobretudo a liberdade de expressão (Malini, 2013, p.)”.

E é assim que, no cotidiano online descrito nas redes sociais brasileiras se fundam as principais páginas onde são escritas as narrativas que fazem oposição às narrativas dos conglomerados de comunicação – as narrativas midialivristas (Bentes, 2013). As grandes corporações habituadas ao monopólio da fala, por sua vez, se veem pressionadas a realizar o esforço de adaptação e reconfiguração do próprio fazer comunicacional diante da constante relação de diálogo que se estabelece com os novos atores da ecologia simbólica emergente.

#### 4.2 Redes sociais e cooperação na rede

Ao incorporar novas formas de relacionamento mediadas pelas novas tecnologias de comunicação, a sociedade demonstra uma propensão para a formação de grupos de indivíduos afins em torno de interesses e/ou sentimentos em comum, e assim, uma série de comunidades vão se formando em âmbito virtual.

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação – NTICs oferecem possibilidades de agregação social, de ações coletivas, de socialização, ou seja, faculta um canal para livre expressão individual e coletiva diante das questões sociais e políticas atuais, sustentando quadros como o da conversação estabelecida nas redes sociais presentes em plataformas específicas. Essa conversação em tempo real, debatendo e demonstrando a vontade de uma maioria popular, vem fortalecendo ações que já ocorriam, no sentido de potencializar as organizações e divulgação das iniciativas que visam à mudança ou à participação popular nas decisões políticas. Os sites de redes sociais, no Brasil, acabam se

configurando um espaço para a disseminação dos mais variados conteúdos e pontos de vista, sobretudo devido a peculiar preferência das pessoas no tempo que destinam ao acesso diário a internet.

Em seu estudo sobre as redes sociais na internet Raquel Recuero (2009) enfatiza a diferença entre as redes sociais propriamente ditas, formadas pelos atores e suas interações no ambiente virtual, e a estrutura que possibilita e molda em certa medida sua formação. Conhecidos como sites de redes sociais (Twitter, Facebook, Orkut, Fotologs, weblogs e etc.) são sistemas estruturados de tal forma a permitir a individualização (construção de perfil, personalização) dos atores e revelam as redes sociais de cada ator publicamente, além de viabilizar interações entre os eles.

A formação da rede “centra-se em atores sociais, ou seja, indivíduos com interesses, desejos e aspirações que tem papel ativo na construção de suas redes sociais.” (RECUERO, 2009, p. 143). E a autora alerta, ainda, que “a verificação do tipo de valor construído em cada site pode auxiliar também na percepção do capital social construído nesses ambientes e sua influência na construção e na estrutura das redes sociais.” (Idem, 2009, p. 107).

Tomando a rede como a metáfora que melhor explicaria as relações sociais estabelecidas, sobretudo na fase atual, Castells (1999); Cardoso (2007), enfatizamos as redes sociais na internet que, segundo Raquel Recuero (2009), podem ser compreendidas como o fruto do conjunto formado pelos nós da rede que são os atores (pessoas, movimentos sociais, instituições, empresas) e suas conexões, que são as interações realizadas entre esses atores (nós).

Alex Primo (2008, p.13) compreende a interação “como a “ação entre” os participantes do encontro (inter+ação)”. Raquel Recuero (2009, p. 31) complementa que a interação é sempre aquela “ação com reflexo comunicativo entre o indivíduo e seus pares, como reflexo social”. E, segundo Alex Primo (2008), o relacionamento entre os agentes pode sugerir dois tipos de interação mediada por computador: a interação mútua e a interação mediada. A primeira se caracteriza por apresentar “relações interdependentes e processos de negociação, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada do relacionamento, afetando-se mutuamente”, são exemplos as trocas de emails, conversação instantânea etc.. A interação reativa, a seu turno, é aquela “limitada por relações determinísticas de estímulo e resposta” (idem, p. 57) exemplo clicar em links ou jogar videogame.

Diferente da interação mútua que promove a invenção conjunta de soluções temporárias aos problemas, durante a própria interação e em virtude dos fatores contextuais envolvidos, o desenvolvimento da interação reativa depende das fórmulas previstas (que viabilizam a própria interação). Em vez de ser negociada, a relação insiste em perseguir os trilhos demarcados (PRIMO, 2008, p.154).

Considerando a busca pelo estabelecimento de uma relação entre os ativistas e demais internautas na rede, muitas vezes, é proposta uma interação reativa como forma de adesão à causa proferida no ciberespaço, por exemplo, o clic das assinaturas de petições online, o encaminhamento de e-mails, é a lei do menor esforço para uma contribuição, a comodidade de fazer a sua parte num clic. Interessa pensar no que, à parte a certa falta de cuidado, da avaliação criteriosa com o que é compartilhado nas redes sociais, leva esse indivíduo ao anseio de colaborar, de cooperar com.

Assim como na Primavera Árabe, nos Estados Unidos, propostas de lei que ficaram conhecidas pelas siglas SOPA (*Stop Online Piracy Act*) e PIPA (*Protect Intellectual Property Act*) desencadearam uma série de ações *online* em protesto contra a aprovação de tais leis que visavam estabelecer mecanismos de proteção dos direitos autorais na rede, com ações consideradas uma ameaça à liberdade aos internautas, os protestos virtuais tiveram como autores um grupo conhecido como *Anonymous*.

Nos dois eventos, o mundo se deparou com a força que pode ter o uso da internet, pela apropriação social do meio na realização de protestos, sensibilização de pessoas, na defesa de alguma causa. As redes sociais foram amplamente utilizadas na organização de ações offline e/ou online, dando a tônica a essas ações coletivas e demonstrando seu potencial na mobilização em busca da mudança social pela via da cooperação.



Figura 2 – Fanpage no Facebook AnonymousBrasil.  
Fonte: <https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil>

Presente no facebook por meio de algumas páginas, grupos, e comunidades o movimento Anonymous deu a tônica da recente avalanche de manifestações pelo Brasil. Representado pela máscara.

Depois do que pareceu o despertar de um gigante o movimento anonymous brasileiro ganhou força e figurou na rede como um articulador dos atos de protesto e disseminou imagens, vídeos e textos com informações sobre a ação dos manifestantes e o desfecho do protestos e dialogou com a mídia tradicional, respondendo as notícias e editoriais veiculados relativos às manifestações em todo o país. De forma que, em junho de 2013 o mundo acompanhou na mídia o que poderia ser mais um protesto isolado contra o aumento de passagens acabou se tornando a maior manifestação nacional com repercussão fora do país e o apoio de outras nações do globo. Personalidades nacionais também apoiaram os protestos, conhecido como a primavera árabe brasileira, nas redes sociais<sup>10</sup>.

Em sua proposta para um modelo dos movimentos sociais na era da internet Manuel Castells (2013), especificamente as manifestações ocorridas em acredita que uma das características desses movimentos é que a mudança social decorre da união entre a crise ou problemática e uma condição emocional específica. Para o autor a indignação se desdobra em mobilização real quando os indivíduos se sentem emocionalmente motivados.

<sup>10</sup> Famosos vão às ruas e comentam protestos pelo Brasil. G1. 18 de jun. de 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2013/06/famosos-vaio-ruas-e-comentam-protestos-pelo-brasil.html>. Acesso em: 25 de jun. de 2013.



Figura 3 – Cartaz - saímos do Facebook

Fonte: <http://virgula.uol.com.br/lifestyle/geek/manifestacao-popular-com-reacao-violenta-da-policia-repercute-nas-redes-sociais>

Figura 4– Mark Zuckerberg

Fonte: Glamurama. **Mark Zuckerberg dá seu apoio às manifestações brasileiras?** Vem ver Disponível em: <http://glamurama.uol.com.br/mark-zuckerberg-da-seu-apoio-as-manifestacoes-brasileiras-vem-ver/>.

O grupo Anonymous Brasil que teve grande destaque na organização e divulgação de informações relativas às manifestações brasileiras iniciadas em junho deste ano, cria a plataforma para redes sociais AnonySocial. O layout da página que guarda clara referência ao facebook convida ao compartilhamento de ideias, essa é a tônica desse movimento que se define com o uso da internet, é a cooperação com o intuito de contribuir para o crescimento do movimento e o alcance de uma causa que não é centrada num só foco. Mas pela liberdade e democracia, por isso se colocam contra tudo o que inibe essas esferas, se colocando contra a corrupção e em favor da observação dos direitos básicos reclamados pela sociedade – saúde, educação, segurança.

Em 29 de julho de 2013 o Anonymous Brasil divulgou em seu site o lançamento de um servidor de IRC - Internet Relay Chat, com o fim de resguardar toda informação relacionada ao movimento de alguma tentativa de rastreamento de logs, IP e etc. O IRC é um protocolo de comunicação livre e gratuito utilizado para conversação em grupo ou privada. No IRC Anonymou Brasil será permitida a entrada de qualquer pessoa interessada em discutir assuntos relacionados ao movimento, articulação de protestos por meio das salas existentes ou da criação de uma nova. Foi utilizada a criptografia SSL de 256 bits que permite a criptografia da conversação nos modos de conexão usuário-servidor e servidor-usuário, segundo o grupo, isto garante acesso seguro e livre de monitoramentos (ANONYMOUS BRASIL, 2013). Todo o

investimento, nesse sentido, demonstra o reconhecimento da importância e a necessidade da socialização via redes sociais na internet para o fortalecimento das ações coletivas de nosso tempo.

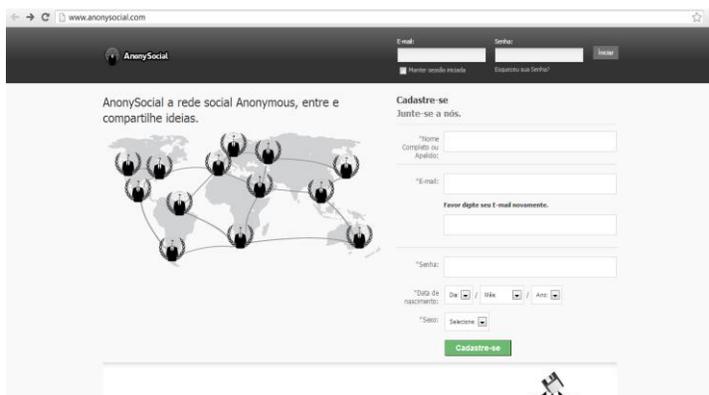


Figura 5- Rede Social do AnonymousBrasil

Fonte: AnonySocial. Disponível em: <http://www.anonymsocial.com/> Acesso em: 26 de junho de 2013.

A evolução tecnológica em si não faz uma revolução, mas propicia outra forma de revolucionar, o que podemos entender como uma nova forma de resistência que se funda em meio as redes interativas da comunicação mediada. A cooperação existente na vida social desde tempos remotos evoluiu ou se modificou com o surgimento de novas tecnologias de comunicação. O compartilhar, colaborar passa a compor o espírito dessa nova cultura que emerge a partir da inserção da internet na sociedade; a pirataria, os softwares de código aberto, os fóruns, a wikipedia, o ciberativismo representam a atividade dessa cooperação na rede (RHEINGOLD, 2002). Em seu estudo, Rheingold (2002) defende, ainda, que da relação entre a mídia e as ações coletivas podem surgir novas formas de enriquecimento e destaca que as grandes empresas descobriram na forma de cooperação surgida com a internet uma maneira de lucrar - é o compartilhamento por interesse próprio, por exemplo, quando uma banda disponibiliza seu CD para download, que é uma forma de divulgação do artista e promoção do show. Fábio Malini esclarece que:

Por ter uma realidade virtual, ao invés de atual, a Internet pode funcionar na casualidade feliz, a forma da epoché fenomenológica, permitindo-nos pôr entre parênteses o mundo que se confunde com nossas crenças correntes. Deste modo poderíamos entender a democracia, não como um processo de tomada de decisão e, sim, como "forma de vida", ou seja, como sendo

baseada no aumento de certas características da existência individual e social. (Malini, 2013, p.78)

Seguindo o pensamento de Malini, poderíamos citar entre essas características a lógica da cooperação (RHEINGOLD, 2002), presente no uso e formação das redes sociais no âmbito virtual como uma das matrizes da subjetividade do sujeito contemporâneo que se afina com uma nova dinâmica de participação social na esfera política – a ciberdemocracia anunciada por Levy e Lemos (2010).

#### 4.2.1 Facebook

O Facebook é uma espécie de país virtual, pois já abriga mais de um bilhão de pessoas conectadas (VINCOSBLOG, 2013). E o azul que se sobressai no Mapa mundial de redes sociais de 2013, não deixa dúvidas que o Facebook é a rede social de maior abrangência do mundo, predominando em 127 dos 137 países analisados na pesquisa (ver figura).

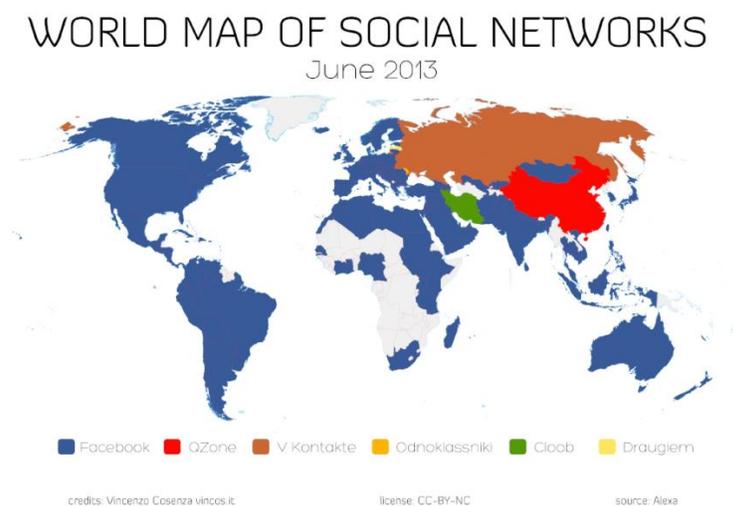


Figura 6 – Mapa mundial de redes sociais – 2013.

Fonte: Vincosblog. Disponível em: <http://vincos.it/world-map-of-social-networks/> Acesso em: 25 de jul. de 2013.

As redes sociais na internet como campo de sociabilidade destaque, sobretudo no Brasil, que em 2012 se tornou o segundo país com maior número de usuários cadastrados no

Facebook, conforme pesquisa do Instituto Social Bakers<sup>11</sup>, 29.723.760 milhões de brasileiros passaram a utilizar a rede em 2012, o país com o maior número de novos usuários. Com vertiginoso crescimento, em 2013, quase 100% dos internautas brasileiros com acesso às redes usam redes sociais (IDGNOW, 2013).

E, assim, tem se constituído um importante espaço de conversação, marketing e para debates sobre diversos assuntos na web. A prática de emissão de opiniões sobre os mais variados assuntos em pauta na atualidade é uma marca das redes sociais na internet, sobretudo na apropriação do Facebook, no Brasil. A todo instante o sujeito conectado é convidado a opinar, cada post e/ou compartilhamento seu está imbuído de valor simbólico que dão pistas de quem é aquele ator dentro da rede, e assim vão surgindo incontáveis pseudo especialistas de diferentes áreas proferindo comentários ou compartilhando opiniões afins sobre diversas temáticas e níveis de relevância no debate social.

Além disso, as redes potencializam a expressão de afetos, sentimentos e emoções, também, presentes nas atuações de cada autor que a compõe abrindo espaço para os excessos de toda a ordem. Nesse contexto, há uma espécie de viral da boa vontade fazendo com que as pessoas se sintam compelidas a traçar ações na rede em função de auxiliar outras pessoas, sensibilizando-as a cumprir com algum tipo de solidariedade dentro da rede. Assim, surgem correntes de auxílio por meio de compartilhamentos que seriam revertidos em doações em dinheiro em prol de suposta arrecadação de fundos para custeio do tratamento médico de crianças doentes (ver figura 7).

---

<sup>11</sup>Segundo o instituto Social Bakers (<http://www.socialbakers.com/facebook-statistics/>), em 2012 o Brasil chega ao posto de segundo país com maior número de usuários cadastrados no facebook, sendo os Estados Unidos o primeiro colocado.



Figura 7 – Campanha falsa no Facebook

Fonte: <http://www.e-farsas.com/compartilhe-a-foto-e-ajude-esse-bebe-com-doenca-grave-no-rosto.html>

Trazemos o caso acima, a fim de ilustrar um lado emotivo, em algum sentido irracional, característica importante do comportamento dos usuários do Facebook no Brasil - a cooperação - que é referendada pelo pesquisador Rheingold (2002), como um dado de grande relevância para nos ajudar a pensar a comunicação enquanto ferramenta e catalisadora de ações ativistas em meio virtual. O ciberativismo em construção se firma nessa solidariedade forjada na apropriação social da internet que se reflete na ampla adesão às campanhas.

A campanha Não Foi Acidente, iniciada em 15 de outubro, de visa coletar assinaturas para uma petição online em favor do projeto de lei de iniciativa popular cujo objetivo é alterar a legislação de trânsito brasileira aumentando a pena de quem provoca acidentes por ingestão de bebidas alcoólicas, com o argumento de que a lei vigente seria branda nesses casos. Até 20 de janeiro de 2013, a comunidade contava com 308.389 curtidas. Com postes diversificados quanto aos formatos (vídeo, imagem e texto), notamos a alta incidência de imagens manipuladas aliadas a textos criadas ou apropriados pela comunidade e adaptados para os seus fins, e que vem recebendo o apoio do Programa CQC exibido pela Rede Record de televisão.

A *timeline* da comunidade apresenta uma série de imagens de diferentes tipos e origens que carregam o discurso da campanha de forma rápida e fácil como exige a comunicação nas redes sociais. Além disso, no facebook o fácil compartilhamento de conteúdo eleva as hiperimagens (MESSA, 2007) à condição de ferramentas de divulgação conforme propõe Ugarte (2008), a partir de uma tendência já existente na rede.

### 4.3 Mobilização, ciberativismo e construção da subjetividade

A mobilização é, ao longo da história, propulsora da emancipação social e sinaliza liberdade e autonomia individuais, elementares para a fundação das sociedades democráticas. Para Bernardo Toro e Nisia Werneck (1996), mobilizar é “convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. Fica evidente o caráter obrigatório da comunicação para a mobilização social e ao mesmo tempo a exigência para que a mobilização tome um caráter dinâmico e atualizado.

Sob o olhar da perspectiva relacional, em que busca compreender a mobilização social a partir da comunicação, Mafra (2010) considera a mobilização social como um processo que é, a um só tempo, circular, dinâmico e recursivo. O autor entende todos os sujeitos envolvidos no processo de comunicação para a mobilização como sujeitos ativos, a saber: “Dessa forma, é preciso que os próprios sujeitos, como interlocutores autônomos, apropriem-se dos discursos recebidos, reelaborem-nos para, a partir de então, trazê-los para as próprias realidades.” (MAFRA, 2010, p. 116).

Trazemos aqui o ciberativismo como essa prática que vem se delineando com o uso diário dos meios, fazendo parte da apropriação da internet que está em curso e cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, embora ainda existam indivíduos fora desse processo. Muito se fala sobre os reais efeitos alcançados por estas ações ativistas que se desenvolvem em âmbito exclusivamente virtual e certo saudosismo, compreensível diante de um cenário de mudanças em andamento, tende a comparar a prática ciberativista ao ativismo realizado tempos atrás. Vale considerar que se no passado a conjuntura exigia outro tipo de engajamento mais centrados nas saídas às ruas, hoje nos deparamos com algo que pode ser confundido com certa apatia popular.

Mas os movimentos sociais que ainda existem com suas organizações fora da internet, conquistaram uma posição considerável na sociedade atual em influência e relevância nos debates sociais, ao mesmo tempo, em que se inseriram nas agendas midiáticas e conquistaram meios de difusão de suas ideias construídas pelos próprios ativistas por meio do computador conectado via web.

Defendemos assim, que o sujeito imerso no mundo das tecnologias informáticas estaria mais afeito ao tipo de participação política engendrada a partir da apropriação dessa

tecnologia, ou que o uso das NTICs estará presente nesta prática, como tem feito parte da vida humana, mas também pode representar sim uma nova forma de sair para protestar. A participação ativa na arena política está perpassada hoje pela informação presente na mídia, com destaque para a internet, na criação e a adesão popular a campanhas virtuais.

Os princípios de simulação e interação que se impuseram às tecnologias do espírito no último decênio radicalizaram essa situação, possibilitando-nos não apenas ver, mas avançando, participar, ainda que virtualmente, da criação e recriação da totalidade da experiência humana (RÜDIGER, 2002, p. 101).

A internet teria contribuído para a instalação dessa apatia na população? O sociólogo Manuel Castells (2010), estudioso da organização social contemporânea, a qual ele denomina “sociedade em rede”, defende que “a internet é um instrumento que desenvolve, mas que não muda os comportamentos; ao contrário, os comportamentos apropriam-se da internet, ampliam-se e potencializam-se a partir do que são” (CASTELLS, 2010, p. 273). E complementa afirmando que a internet não muda comportamentos, os comportamentos é que mudam a internet.

Para Manuel Castells, a construção das identidades coletivas forma um dos pontos chaves da sociedade em que vivemos. Sobre essa construção indentitária, merece destaque neste trabalho a participação das mídias digitais, especialmente a internet através da sociabilidade nas redes sociais nela construídas. As redes sociais estabelecidas em meio virtual (online) interferem nas relações fora dele (*offline*), Scherer-Warren ressalta que:

Ao nível da sociabilidade encontramos as redes sociais do cotidiano, que se constroem a partir das tradicionais redes sociais primárias (famílias, círculos de amigos, comunidades, grupos identitários locais, etc.), que são penetradas por redes virtuais (intersubjetividades decorrentes de exposição a mídia ou a intercâmbios por meios eletrônicos, como a internet), e que em conjunto vão formando as novas identidades na era da informação. (SCHERER-WARREN, 2003, p32).

E, conforme ressalta Rüdiger (2002), na cibercultura o sujeito constrói sua subjetividade a partir das relações que o mesmo estabelece na vida social cada vez mais perpassada pelas tecnologias de comunicação. Desse modo, com as redes sociais na internet percebemos indícios da formação de um indivíduo que estaria mais propenso a exercer uma nova forma de participação política.

Francisco Rüdiger escreve sobre uma antropologia da cibercultura, trazendo a reflexão relacionada à apropriação das tecnologias em comunicação e a construção da subjetividade humana e afirma que:

Através da máquina, começamos a viver situações não apenas em que o referido eu tornou-se múltiplo, fluido e aberto mas, além disso, está surgindo uma nova forma de identidade. A sociedade cibernética permite a refração da personalidade em múltiplos eus e radicaliza as possibilidades de emprego na ficção do comércio cotidiano. As pessoas estariam passando a ter chances de, virtualmente, trocarem de sexo, modificarem a idade e assumirem novos papéis e identidades (RÜDIGER, 2002, p. 100).

A produção de subjetividade passa pela experiência humana em contato com o mundo exterior, do contato social com outras pessoas, instituições e com máquinas, utensílios, instrumentos que compõem a cultura na qual está inserido. Na contemporaneidade, isto inclui, principalmente, as tecnologias de comunicação e a mídia. É do híbrido homem-tecnologia que se tecem as novas formas de se inventar e da inventividade de enxergar e interagir com o mundo em torno “Assim, a nossa potência inventiva ou criativa não estaria em algum atributo capaz de nos opor, como humanos, à artificialidade da tecnologia, mas justamente na potência aberta pelos agenciamentos com que compomos nossos processos de subjetivação” (CALVINO, 2009, p. 48).

Conforme assevera Debord, “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediadas por imagens” (DEBORD, p. 14). Não é difícil perceber a espetacularização a que as pessoas têm se submetido com a apropriação das redes sociais na internet, e essa corrida pela visibilidade a todo instante “não se trata da exteriorização de uma interioridade que, já tendo se constituído, decide se expor, mas antes de uma subjetividade que se constitui no ato mesmo de se fazer visível ao outro” (CALVINO, 2009, p.47), é a espetacularização dos atos cotidianos e/ou não, dos atos humanos, da realidade que o cerca e é por ele construída, cuja principal linguagem é a imagética.

Essa construção da subjetividade, a partir da experiência no meio virtual, se firma na identificação do indivíduo delineada em cada escolha durante sua atuação na rede. E no que diz respeito ao ciberativismo, em sua essência requer a adesão dos usuários da rede para que repercuta e tome proporções relevantes na arena política ou na esfera social que pretende atuar, modificar. E percebemos que há algo que impulsiona os interagentes a participar,

opinar, muitas vezes apenas curtindo, compartilhando. Não basta possuir um espaço de expressão, a ação ativista precisa entrar no agendamento da mídia e, assim, repercutir socialmente para que atinja seu fim. E para fazer parte do agendamento midiático esse ativismo lança mão da espetacularização da própria prática.

Assim, o ativismo nas redes sociais, embora na maioria das vezes esteja ainda no hall dos laços fracos das relações que compõem os nós das redes dos indivíduos, pode, por isso mesmo, ser ao mesmo tempo, o mais adequado ao perfil geral dos interagentes que mais acessam a internet no Brasil e por consequência o mais eficaz na aquisição de adeptos, bem como, instrumento de informação. Pois é uma voz em diálogo com a mídia, respondendo às principais decisões e acontecimentos de ordem política, econômica e/ou social. Conforme assevera Fonseca:

“Em um projeto mobilizador, é imprescindível empregar os meios de comunicação para, em um primeiro momento, difundir informações, estimular os vínculos de solidariedade, favorecer os laços de identidade e promover o engajamento e a co-responsabilidade, no sentido de articular os sujeitos e estimular a participação de todos nas decisões coletivas. Em seguida, é necessário conquistar a atenção e a confiança da sociedade para obter o apoio da opinião pública e legitimar a causa.” (FONSECA, 2011, p. 70).

Mais do que nunca, mobilizar é comunicar para transformar realidades, trabalhar informações para tocar subjetividades e produzir pontos em comum entre os interlocutores e posteriormente, mudanças internas que culminem em novos comportamentos. Desde a origem da “comunicação rebelde”, que mídias alternativas requisitadas para dar voz de forma não oficial a diferentes grupos (DOWNING, 2004) já anunciava a estreita ligação entre o ato de mobilizar e a comunicação mediada.

Quanto mais valor agregado tenha determinada causa ativista para o indivíduo dentro de sua rede, maior a probabilidade de interações desse indivíduo em prol de alguma campanha ciberativista. Uma marca importante do fazer ativista nas práticas desenvolvidas na e com a internet é o envolvimento e/ou a possibilidade de um número incontável de pessoas participar dos protestos e diversos movimentos ao mesmo tempo.

Quanto ao discurso, destaca-se o fato de que este já não está arraigado ideologicamente como outrora esteve. Pois o ativismo de hoje não propõe fórmulas de conduta prontas como um manual a ser seguido, mas se estrutura para e pelo indivíduo pluralizado e a partir de uma

variedade de identificações que compõem a subjetividade humana na cibercultura. Desse modo, a mensagem ativista na internet deve ser clara, direta e conter informações suficientes para envolver o leitor mostrando-o como a problemática colocada na mensagem lhe diz respeito e o afeta.

#### 4.4 Ativismo e midiatização: relações e conflitos

Com a mídia digital, percebe-se alguma emancipação dos movimentos sociais, quanto à midiatização dos acontecimentos de seu interesse, visto que devido às possibilidades oferecidas, especialmente pela internet, com a descentralização da produção e veiculação de produtos midiáticos, os movimentos tem a oportunidade de produzir agendamentos midiáticos. Convencionalmente, os movimentos sociais pertencem à ordem da contestação e rebeldia, enquanto a grande mídia representando a instituição responsável pela mediação da comunicação na sociedade e, sobretudo, é uma empresa comercial integrante de um sistema capitalista, portanto, segue uma editoria que prima pela ordem vigente ou ao estabelecimento daquela que melhor atenda aos seus interesses.

Nesta perspectiva, constatamos que não é por acaso que as ações coletivas e os movimentos sociais realizam verdadeiras encenações em atos previamente orquestrados para atrair a atenção da mídia, buscando cada vez mais inserção na agenda midiática e, a seu turno, as campanhas online crescem em número e em repercussão. O pesquisador Muniz Sodré reconhece a existência de uma nova ambiência criada pelo uso social dos meios, a qual ele denomina como sendo o novo ethos ou bios – o bios midiático, a saber:

O ethos é a atmosfera afetiva (emoções, sentimentos, atitudes) em que se movimenta uma determinada formação social. O ethos midiatizado caracteriza-se pela manifesta articulação dos meios de comunicação e informação com a vida social. Ou seja, os mecanismos de inculcação de conteúdos culturais e de formação das crenças são atravessados pelas tecnologias de interação ou contato. Passamos a acreditar naquilo que se mostra no espelho industrial (SODRÉ, 2009).

Para André Lemos, o surgimento da cibercultura é uma “consequência da atitude social em relação à informática” (2008, p. 108), o que nos autoriza dizer que ela é regida pela

apropriação social do ciberespaço, tendo em vista o desenvolvimento tecnológico dos meios, pois:

A tecnologia, como a linguagem, é uma mediação nas interações entre o humano e os objetos. Seu desenvolvimento condensa e transforma as práticas sociais, renovando algumas, atrofiando outras, inclusive quando se trata de produção de mensagens. Ela opera, junto com as técnicas (ações), sobre os materiais significantes, na medida em que agenciam diferentes formas de inscrição de registros semióticos múltiplos (FERREIRA, 2006, p. 7).

E devido a suas características intrínsecas, a Internet se configura hoje esse cenário de ampla mediatização das ações coletivas e discussões sobre as temáticas mais relevantes da sociedade ou não. Assim, compreendendo que “a sociedade se constrói diferentemente conforme os processos interacionais a que dá maior relevância e hegemonia” (BRAGA, 2006, p.3), enfatizamos a importância de considerar ainda a mediatização na análise de fenômenos da apropriação social da internet, como é o caso do ciberativismo, pois:

Os processos tecnológicos e operacionais de interação, disponibilizados através de mediatização crescente da sociedade, abrem possibilidades sociais. Os modos segundo os quais a sociedade (por seus diferentes setores, segundo seus variados objetivos) realiza, escolhe e direciona aquelas possibilidades, é que compõem a processualidade interacional/social que vai caracterizar a circulação comunicacional – logo, a construção de vínculos, de modos de ser, do perfil social a que chamamos de realidade (BRAGA, 2006, p. 06).

A seu turno, Ferreira (2006, p. 04) enfoca o capital midiático - “o relacionado aos sistemas de produção de sentido singulares aos processos midiáticos, os quais agregam valor aos materiais significantes que circulam entre as instituições midiáticas e não midiáticas”, deste modo, buscamos evidenciar como as ações ciberativistas de cunho ambiental tem se caracterizado pela utilização desse capital midiático nas intervenções que intenta realizar na sociedade, visto que:

Assim, um agente ou uma instituição buscam o reconhecimento pelo campo das mídias acionando, reversivelmente, os mesmos sistemas de produção que regulam as disposições e dispositivos no campo das mídias. Agentes individuais e instituições não midiáticas se ofertam “prêt-a-être-perçu”, para ser “bien vu”, ou como “jamais vu”, produzindo eventos conforme as mesmas regras de apreciação do campo das mídias (FERREIRA, 2006, p. 08).

O olhar sobre a comunicação a partir dos referenciais da mediatização favorece a fuga ao tecnicismo que atribui as mudanças às inovações tecnológicas, pois relativiza a importância

da técnica encetando reflexões do campo comunicacional que consideram os aspectos alusivos aos processos, às interações e ações comunicativas (FERREIRA, 2009) como fatores socialmente construídos. Di Felice considera que:

Nas organizações, na cultura, nos processos inovativos, as tradicionais hierarquias política e socialmente consolidadas estão sendo progressivamente substituídas por formas colaborativas e experiências de trabalho em rede. Para todos os tipos de instituições e de organizações, a mutação identitária e a heterogênesse tornam-se as práticas fundamentais e constantes no interior de um contínuo processo de adaptação aos novos territórios interativos, dinâmicos e instáveis das redes digitais. (DI FELICE, 2012, p.18)

Comumente, o termo midiatização propõem o estabelecimento de uma nova cultura, a cultura das mídias, pois a mídia passa a ser mais que uma instituição de apoio na dinâmica social, conforme Fausto Neto (2008, p. 92), “sua existência não se constitui fenômeno auxiliar, na medida em que as práticas sociais, os processos interacionais e a própria organização social, se fazem tomando como referência o modo de existência desta cultura, suas lógicas e suas operações.”

Hjarvard (2012) distingue a midiatização de outros processos nos quais a mídia influencia a sociedade em algum nível e a concebe como a fase atual, onde a instituição midiática estaria acima das demais instituições, ao passo que os meios de comunicação e a comunicação mediada estariam regendo a vida em sociedade. Ele ressalta, ainda, que se trata de um processo em andamento, diretamente relacionado ao contexto e que se caracteriza por situar-se numa dualidade:

(...) em que os meios de comunicação passaram a estar *integrados* às operações de outras instituições sociais ao mesmo tempo em que também adquiriram o *status* de instituições sociais *em pleno direito*. Como consequência, a interação social – dentro das respectivas instituições, entre instituições e na sociedade em geral – acontece através dos meios de comunicação (Hjarvard, 2012, p. 65, grifos do autor).

Diferentes ferramentas podem ser reunidas para servir de plataforma da comunicação ciberativista, com baixo custo para criação, manutenção e alimentação blogs, sites e/ ou redes sociais podem ser utilizados isoladamente ou fazer parte de um conjunto de ações de mobilização. O nível de sucesso da campanha se medirá pelo número desses clics e compartilhamentos, pois é o que garantirá a repercussão na rede e em outras mídias (TV, rádio, revistas, jornais). Então, observamos que o discurso ciberativista tem buscado se

aproximar do discurso midiático, no sentido que reconhecendo e bem utilizando o capital midiático (FERREIRA, 2006) poderá mais facilmente dialogar com as outras mídias defendendo e trazendo para a discussão social a sua causa. E se faz necessário compreender essas apropriações que são, na prática, o que define a cibercultura (Lemos, 2008) e, assim, entender o mundo do qual fazemos parte, bem como, e aqui está o nosso foco, o papel assumido pela comunicação nesse processo, tendo em vista os avanços das tecnologias de comunicação e o destaque crescente na organização da vida em sociedade nos dias atuais.

E uma vez que, o espaço público se amplia com o desenvolvimento tecnológico para além do espaço físico se estende e se virtualiza com a comunicação mediada e os processos midiáticos de conversação social, as ações dos movimentos são pensadas para a criação de um evento midiático.

Segundo Kellner, “a experiência e a vida cotidiana são moldadas e mediadas pelos espetáculos” (KELLNER, 2006, p. 123). E o capital midiático reforça essa espetacularização das ações humanas. E conscientes da valorização do midiático pela sociedade, a comunicação ativista se molda cada vez mais pelo formato dos produtos da mídia, conforme constata Ferreira (2006 p. 05) “assim, um agente ou uma instituição buscam o reconhecimento pelo campo das mídias acionando, reversivelmente, os mesmos sistemas de produção que regulam as disposições e dispositivos no campo das mídias.”

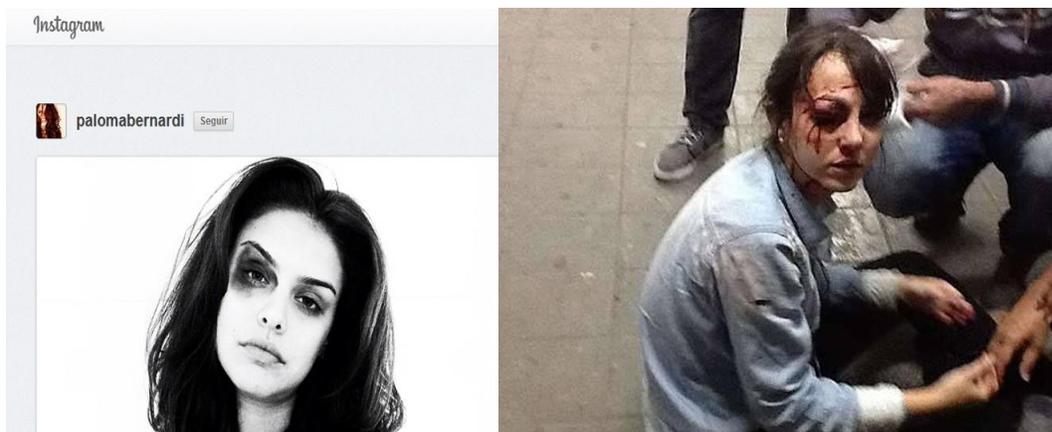


Figura 8 – (direita) “A atriz Paloma Bernardi publicou em seu perfil no Instagram foto com o olho roxo”

Fonte: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2013/06/fotografo-diz-que-artistas-de-olho-roxo-representam-soco-de-todo-dia.html>

Figura 9– (esquerda) “repórter da "Folha de S. Paulo"Giuliana Vallone”

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1295067-reporter-da-folha-ferida-no-olho-volta-a-enxergar.shtml>

Após a repórter da "Folha de S. Paulo"Giuliana Vallone, ter se machucado na cobertura de um protesto ao ser vítima de um tiro de bala de borracha deflagrado pela polícia, o fotógrafo Sardenberg realiza um ensaio ao movimento, que contou com 100 pessoas no domingo, para registrar atores com o olho esquerdo maquiado de roxo simbolizando o fato ocorrido com a repórter, segundo o fotógrafo a imagem serviu de inspiração apenas por ser “forte” esteticamente.

A midiaticização como um processo que prioriza a virtualização das interações, a centralidade de relações mediadas nas principais instituições sociais e a ênfase da influência da mídia nessas instituições que compõem a sociedade (H J A R V A R D, 2012); (SODRÉ, 2012), propicia o surgimento do capital midiático (Ferreira, 2006) - o valor agregado aos processos midiáticos e a influência deles sobre o não midiático - destacamos a importância do estudo em comunicação firmado nas práticas emergentes nesse contexto como é o caso do ciberativismo, que se amplia e ganha cada vez mais espaço na internet estando presente nas principais discussões políticas de nosso tempo.

Quanto à relação da mídia com os movimentos sociais da atualidade, Cardoso dispõe que tais grupos:

Usam a mobilização simbólica e dispõem de recursos flexíveis, de acesso mais fácil a algumas mídias, de mobilidade geográfica e de interação cultural mais rápida e barata, e contam com a colaboração de diversos tipos de outras organizações em rede para a organização simplificada de campanhas temáticas. (CARDOSO, 2007, p. 476)

Ferreira (2006) propõe duas tensões no campo da midiaticização que são importantes para o proposto estudo, visto que se referem à relação que passa a se estabelecer no meio social através de um diálogo no qual a linguagem e a lógica midiática prevalecem. A saber:

As tensões em torno da midiaticização resultam dessa dupla demanda – finalizações próprias (o campo das estratégias de instituições não midiáticas) e operações singulares (o campo em que as estratégias são constituídas pelas lógicas midiáticas) – que se intrinca com a tensão entre as objetivações midiáticas e a comunicação enquanto conversação social. (FERREIRA, 2006, p.02)

Buscando evidenciar as especificidades da mobilização social realizada na internet, Castells (2010) traça três pontos cruciais na relação entre este meio e os movimentos sociais. O primeiro ponto destacado pelo pesquisador é a crise das organizações tradicionais, neste trabalho abordamos o processo de midiaticização como um dos fatores dessa crise.

O outro ponto se refere à estrutura dos movimentos que se fundamentam em torno de “códigos culturais, de valores”. John Downing (2004) reforça a idéia de uma reconfiguração dos movimentos sociais, se antes os movimentos buscavam alteração do regime político, mais adiante representados pelo movimento operário se preocuparam com questões mais pontuais como aumento salarial. Hoje nos deparamos com movimentos, entre eles os movimentos feminista, homossexual, negro e o movimento ambientalista, cuja moeda seria a conscientização em torno de alguma idéia, que propõe mudança de valores e comportamento, embora eles também possam exercer influência direta na elaboração e revogação de leis.

Terceiro ponto ressaltado por Castells diz respeito à forma de funcionamento do poder nos dias atuais, na sociedade contemporânea o poder se estabelece em “redes globais”. E, uma vez que a vivência e a construção de valores das pessoas se estruturam no contexto local, “a internet permite a articulação dos projetos alternativos locais através de protestos globais” (2010, p.278).

É fato que “os movimentos sociais não podem deixar de transformar a sua luta por reconhecimento em uma luta por visibilidade nas mídias” (FONSECA, 2011, p. 70), no entanto, Orozco, oportunamente, alerta que esse reconhecimento como vem se moldando na cultura atual diz respeito a todos os campos e instituições sociais, como também, ao indivíduo rompendo os limites da dependência.

## 5. FLORESTA FAZ A DIFERENÇA NO FACEBOOK: ATIVISMO E MEDIATIZAÇÃO NA INTERNET

Lançado em Brasília, no dia 07 de junho de 2011, o Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável (<http://www.comiteflorestas.org.br/>) é uma resposta de representantes da nossa sociedade civil organizada ao Projeto de Lei Complementar - PLC 30/2011, aprovado pela Câmara dos Deputados, que prevê alterações no corpo do texto do Código Florestal em vigência. Formado por uma média de 200 organizações da sociedade civil brasileira<sup>12</sup>, a ação tem por finalidade mobilizar os brasileiros a manifestarem opinião contrária à proposta de alterações no Código Florestal a partir da organização e gerência de ações orquestradas por comitês regionais nas cidades brasileiras: Bahia; Belo Horizonte; Curitiba; Distrito Federal; São Carlos, Fortaleza, Recife; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul e São Paulo<sup>13</sup>.

Como parte de suas ações, o grupo cria o movimento *Floresta Faz a Diferença* - FFD que reúne diferentes estratégias de mobilização com foco em vários estados do Brasil através de seus representantes locais, conforme citado, e, sobretudo, por meio da comunicação mediada na internet. O endereço virtual do site do movimento <http://www.florestafazadiferenca.org.br/home/> reúne links para as principais redes sociais em uso no Brasil - Twitter, Facebook, Youtube e Flickr (ver Figura - 10), onde os ativistas estruturam ferramentas de mobilização nos formatos de áudio, imagem, links e vídeo que podem ser facilmente acessados e disseminados na internet por meio dessas redes sociais. Até julho de 2012, 42.309 atores integravam a página principal do *Floresta Faz a Diferença* no Facebook (<https://www.facebook.com/florestafazadiferenca>).

---

<sup>12</sup>Coordenação do Comitê em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável: Amazônia Para Sempre; ABONG; CNBB; Coalizão SOS Floresta (Amigos da Terra - Amazônia; APREMAVI; FLORESPI; Fundação Grupo Boticário; Greenpeace; ICV; IMAFLORA; IPAM; ISA; SOS Mata Atlântica; WWF Brasil; Sociedade Chauá SPVS). Comissão Justiça e Paz – CJP; CNS; Comitê Inter-Tribal; CONIC; CUT; FETRAF; FNUR; FASE; FBOMS; FETRAF; Fórum de Mudança Climática e Justiça Social; Fórum Ex-Ministros Meio Ambiente; GTA; IDS; INESC; Instituto Ethos; Jubileu SUL; OAB; Rede Cerrado; Rede Mata Atlântica; REJUMA; Via Campesina (ABEEF, CIMI, CPT, FEAB, MAB, MMC, MST, MPA, MPP e PJR). Disponível em: <http://www.florestafazadiferenca.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 19/05/2012.

<sup>13</sup> Comitês regionais. Disponível em: <http://www.comiteflorestas.org.br/comit%C3%AAs-regionais>. Acesso em: 19/05/2012



Figura 10– Como participar do FFD

Fonte: <https://www.facebook.com/florestafazadiferenca>

Antes da popularização da internet, ser ativista estava muito mais relacionado a uma escolha pessoal de vida, aproximando-se mesmo de uma atitude missionária, atualmente este conceito está mais diluído. O uso dado à internet tem demonstrado que hoje uma pessoa pode ser ativista de uma ou mais causas diferentes e ter uma profissão, sem que uma coisa exclua a outra, pois a autonomia e liberdade de expressão oferecidas pelo meio possibilitam isso (ANTOUN, 2007). Não podemos olvidar ainda que, dada a institucionalização do ativismo que se reflete na criação de ONGS e associações, existe forte tendência à profissionalização do ativismo. E considerando a apropriação social dos meios na cibercultura, propõe-se refletir sobre o ciberativismo ambiental a partir dos referenciais da midiatização no que tange ao uso dado às redes sociais na realização das campanhas do movimento FFD.

O presente trabalho admite a noção de internet como artefato cultural, pois “favorece a percepção da rede como elemento da cultura e não como uma entidade à parte...” e admitir a internet nesta perspectiva “oportuniza o entendimento do objeto como um local intersticial em que as fronteiras entre o on-line e o off-line são fluidas e ambos interatuam” (FRAGOSO, 2011, p.42). O método escolhido deve ser o dialético, apontando para a construção de uma visão crítica do objeto estudado, a medida em que sejam confrontadas suas contradições, visando estabelecer uma interpretação ampla e dinâmica da realidade investigada, já que os processos culturais, em geral, são mutáveis e estão em constante formação (SANTAELLA, 2001).

A busca de compreensão da comunicação ativista se dá aqui a partir de uma imersão e observação do objeto características de uma pesquisa de “inspiração etnográfica” (FRAGOSO, 2012), ou seja, não se trata de pesquisa etnográfica, mas se utiliza de alguns recursos deste aporte metodológico, uma vez que este método surge naturalmente como opção, devido as necessidades específicas dos questionamentos que direcionaram o olhar investigativo. Era preciso mapear e conhecer a prática comunicacional realizada pelo FFD na rede social Facebook em determinado período, e com isto confrontar as possibilidades que a ferramenta apresenta, a cultura que vem se delineando ou se refletindo a partir da atuação do movimento ambiental em rede e assim melhor compreender quais os rumos que as tendências do ciberativismo ambiental apontam.

A midiatização é escolhida como aporte teórico capaz de nos possibilitar uma compreensão da comunicação ativista nos tempos atuais que privilegia as relações existentes entre os aspectos técnicos e culturais que influenciam e são influenciados pela mídia, considerando assim, “os processos de comunicação” e “abrangendo, também, as interações e ações comunicativas” (FERREIRA, 2009).

Kozinets concebe o termo netnografia para definir as adequações da etnografia para a pesquisa em meio digital. “A netnografia é diferente porque não trata comunicações online apenas como “conteúdo”, mas como interações sociais, como expressões cercadas de significado e como artefatos culturais.” (KOZINETS, p. 06, 2010).

O recorte escolhido para a análise compreende o conjunto de postagens presentes na linha do tempo da comunidade *Floresta Faz a Diferença* - FFD no Facebook (<https://www.facebook.com/florestafazadiferenca?fref=ts>) a partir da data de sua criação 02 de agosto de 2011 até maio de 2012, quando é divulgada a decisão da Presidente Dilma Rousseff com o veto parcial sobre a proposta de alteração do Código Florestal Brasileiro. Após pesquisa bibliográfica inicial, realizamos a observação sistemática da página do FFD, realizamos o registro descritivo dos processos comunicacionais identificados nas postagens presentes na linha do tempo da referida página. Esclarecemos que não se trata aqui de um estudo sobre redes sociais, no que tange aos relacionamentos e laços formados a partir da rede, pois o foco de nossa análise é a prática de comunicação ativista realizada pelo movimento FFD enquanto emissor por meio da investigação do uso destinado ao espaço ocupado na plataforma do Facebook.

Com a inserção no site de relacionamento Facebook, a partir de uma conta pessoal, efetuamos a observação sistemática da comunidade, onde foi possível resgatar o histórico das postagens presentes no corpo da linha do tempo, extraindo o conteúdo necessário para a análise correspondente ao período determinado nesta pesquisa. Abaixo apresentamos os números referentes ao mapeamento realizado ao longo da linha do tempo da página. Desta maneira foi possível identificar os períodos de maior atividade, os tipos de postagens mais publicadas e avaliar a repercussão das mesmas:

Tabela 1

Postagens da comunidade #florestafazadiferença, correspondentes ao período de agosto de 2011 a maio de 2012.

Mês	Imagens	Vídeos	Links	Texto	Total
<i>2011</i>					
Agosto	04	-	09	10	23
Setembro	12	14	139	119	284
Outubro	15	96	94	72	277
Novembro	64	40	219	231	554
Dezembro	20	05	66	56	147
<b>Total</b>	<b>115</b>	<b>155</b>	<b>527</b>	<b>488</b>	<b>1.285</b>
<i>2012</i>					
Janeiro	14	02	18	14	48
Fevereiro	09	-	15	02	26
Março	20	08	72	10	110
Abril	51	10	60	58	179
Maió	99	14	132	142	387
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>34</b>	<b>297</b>	<b>226</b>	<b>750</b>

Fonte: Histórico da linha do tempo da página Floresta Faz a Diferença no Facebook

Disponível em: <https://www.facebook.com/florestafazadiferenca?fref=ts>

A observação realizada mostrou uma variação importante na repercussão das postagens pelo número de curtidas e compartilhamentos que cada uma obteve conforme a natureza e formato das mesmas. Dividimos o período estudado em dois momentos, a primeira fase corresponde ao intervalo entre a criação da página de agosto de 2011 até dezembro do mesmo ano, logo após a votação da proposta de Lei no Senado. Tem início a segunda fase quando é criada a campanha Veta, Dilma até maio de 2012 com a decisão presidencial. Algumas das informações encontradas serão apresentadas por meio de imagens, tabelas e relato descritivo

das principais ações da comunicação ativista. Inicialmente, foram considerados dois aspectos das postagens, o primeiro é referente ao formato (texto, imagem, vídeo e/ou link) e o segundo atenta para função do post na campanha quanto à diversidade concernente à natureza da mensagem, que muitas vezes apresentou foco na mobilização, divulgação de informação ou organização de ações (online e ou off-line).

Nossa análise terá ênfase nas ações online e enfatizará alguns percursos estratégicos que mais se destacaram ao longo do período em análise. Tais ações, identificaremos como: ‘Cartaz na mão’, ‘Vídeo aos senadores’, ‘Vigília FFD’, ‘Entrega das assinaturas contra o novo código’, ‘Serenata FFD’, ‘Campanha Veta, Dilma’ e as matérias de outros sites compartilhadas na linha do tempo da comunidade FFD, especialmente aquelas referente à repercussão do movimento FFD na mídia. E os dados sobre estas postagens serão apresentados em tabelas e imagens.

Tabela 2:

Evolução dos números de assinaturas (curtidas) e interações da página

Mês	Curtidas*	Pessoas falando sobre isto*
<i>2011</i>		
Agosto	2.318	2.571
Setembro	3.169	5.996
Outubro	8.549	11.784
Novembro	7.860	16.037
Dezembro	1816	8.791
<i>2012</i>		
Janeiro	691	3.157
Fevereiro	555	1.191
Março	1.178	4.214
Abril	4.938	11.365
Maio	7.764	30.208

Fonte: Histórico da linha do tempo da página Floresta Faz a Diferença no Facebook  
Disponível em: <https://www.facebook.com/florestafazadiferenca?fref=ts>

A participação das pessoas na campanha, a partir das redes sociais, era tanto via a interação usual proposta pela plataforma da rede em questão, curtir e/ou compartilhar e comentar, no caso do Facebook, como também colaborando com produção de conteúdo. O material produzido era enviado para a moderação da comunidade e, esta por sua vez, efetuar a

postagem na página, ou seja, todos os posts passavam pelo crivo da equipe moderadora. Assim, a linha do tempo da página #florestafazadiferença é composta, também, por material enviado por pessoas anônimas de diversos lugares do país. O processo colaborativo se deu a partir do envio de imagens estáticas e em movimento das manifestações, clips e imagens manipuladas ou criadas para a campanha (mais adiante traremos alguns exemplos).

Quanto ao formato dos conteúdos postados, imagem, texto e vídeo, em geral, aparecem juntos e numa relação de complementaridade, contudo, podemos notar a sobreposição de uma forma sobre outra, ou seja, situações, por exemplo, em que a imagem é o elemento principal e o texto funciona como uma legenda. Este quesito é relevante, pois percebermos uma variação importante na popularidade das postagens quanto ao formato, em alguns casos, a informação que é veiculada apenas em texto, como uma atualização de status, recebe menos curtidas e compartilhamentos do que quando publicada em formato de imagem.

As postagens exclusivamente textuais aparecem na página como atualizações de status postadas durante o acontecimento de eventos como manifestos, debates, vigílias e as votações. Em sua maioria, compreendem textos curtos com citação de personalidades que defendem a causa, entre eles Senadores, artistas e ambientalistas. A repercussão desse tipo de post foi pequena em relação às postagens de links e imagens, principalmente até a primeira fase. Em alguns casos, foi possível perceber que a informação de um evento postada apenas em texto e em seguida em formato de imagem e, comparativamente, a diferença de popularidade entre ambas foi expressiva e a imagem com a mesma informação alcança maior número de curtidas e compartilhamentos. E a moderação passa a enviar a informação acompanhada de uma imagem ilustrativa, como de algum ou banner.



Figura 11 - Linha do tempo - FFD Dezembro/2011

Fonte: <https://www.facebook.com/florestafazadiferenca?fref=ts>

O segundo aspecto observado diz respeito à natureza dos conteúdos quanto a sua função dentro da campanha. Amparados pela classificação de SandorVegh, que compreende três categorias para as ações ativistas na internet – Conscientização/ Apoio, Ação/Reação, Organização/Mobilização – procedemos à identificação dos elementos correspondentes a este ciberativismo descrito por ele, observando os traços que escapariam, de alguma forma, a esta categorização, ou que apresentam aproximação com o processo de midiaticização.

A listagem das publicações em estudo permitiu uma visualização geral das ações do FFD, postagens mais populares na rede, ações que mais se repetiram ao longo da atuação do movimento em busca dos fatores determinantes para compreender porque a campanha ‘Veta, Dilma’ foi considerada um fenômeno na internet sites como UOL, Estadão, Folha e matérias na Televisão ressaltaram a atividade do movimento que, também recebeu o prêmio Greenvama Greenbest 2012 - uma premiação voltada ao consumo e iniciativas sustentáveis do Brasil, na categoria Campanhas e Publicidade<sup>14</sup>.

O quesito informação é sempre um fator relevante a ser considerado em ações ativistas e com o qual a internet vem contribuir de forma acentuada, visto que representa a liberação do canal de emissão e o grupo, indivíduos ou instituições podem trazer à tona questões pouco

<sup>14</sup> Disponível em: <http://greenbest.greenvana.com/lista-candidato-2012/?idcategoria=4&pag=1>.

divulgadas na mídia tradicional a partir do ponto de vista próprio sem mediadores. Neste contexto, o comitê ambientalista, por meio do movimento FFD, surge trazendo luz sobre uma PEC que poderia ter passado quase despercebido ou com bem menos debate social e como tantas outras já aprovadas ter sido votada com pouca ou mínima repercussão nacional. As postagens classificadas como informativas são aquelas que visam fornecer esclarecimentos sobre a natureza da alteração proposta para o código florestal vigente e suas consequências, links de matérias sobre o assunto, entrevistas de especialistas, estudos e mesmo a publicação direta de texto ou vídeo com as informações.

A categoria mobilização ou organização reúne as postagens que visam angariar novos adeptos à causa defendida pela adesão à campanha do movimento *Floresta Faz a Diferença* e compreende qualquer incitação à participação de ato, e está dividida entre ações online e/ou offline.

a) Entre as ações offline – aquelas que são organizadas e/ou divulgadas na internet com desfecho fora da rede - foram organizados abaixo-assinados, disponibilizando no site FFD folha padrão para coleta de assinaturas e os endereços para envio das folhas assinadas; manifestações e debates em diferentes cidades do Brasil.

b) As ações restritas ao âmbito da internet ou ações online: Petição online e Tuitação, compartilhamento de conteúdo da página, favorecer os atos transmitidos ao vivo com audiência.

Tuitação – a mobilização de pessoas para postarem simultaneamente a mesma *hashtag* no Twitter visando levar o tema ao *Trend Topics* (TT) - *hanking* dos assuntos mais discutidos no microblog. Nesse tipo de ação o Facebook é utilizado para a organização do ato, fornecendo informações como o dia, horário e a *hashtag* a ser compartilhada no Twitter.

O nível de popularidade das postagens demonstra que a grande repercussão obtida pela campanha “Veta, Dilma!” nas redes sociais se delineou com o espaço oferecido pelo movimento à participação de artistas cantores e atores em sua maioria globais. Sites como o Glamurama, Caras, e colunas específicas sobre a vida de celebridades aparecem na linha do tempo devido à vinculação de artistas na campanha, bem como sessões e debates sobre o

código são transmitidos em tempo real no site do FFD. Outro grupo que teve bastante espaço na página foi a classe política contrária ao novo código e a Senadora Marina Silva desponta como a principal representante da categoria.

Tabela 3 – Lnks de Notícias postadas na página do Facebook do FFD – Agosto 2011 à dezembro de 2011

Data	Fonte (site)	Título
30/08/2011	BBC Brasil	Entenda as principais polêmicas do Código Florestal
31/08/2011	Estadão	Desmatamento na Amazônia aumenta 35% e já supera acumulado em 2010
	Caras	Spiller: indígena em prol das florestas
	Terra	Atores globais lançam comitê em defesa de florestas no Rio
	Folha	Letícia Spiller vai vestida de índia a evento sobre desmatamento
09/09/2011	CBJP	Comitês avançam contra retrocessos no Código Florestal
	Revista Quem	Letícia Spiller usa roupas indígenas em evento
	Glamurama	Agora é a vez de Wagner Moura aderir a campanha #florestafazadiferença ! Vem saber mais!
13/09/2011	G1	Debate sobre Código Florestal provoca bate-boca entre senadores
14/09/2011	10Socioambiental	Para juristas, mudanças no Código Florestal estimulam desmatamento e ferem Constituição
	Planeta Sustentável	#FlorestaFazADiferença promove vigília pelas florestas
	Estadão	ONGs fazem três dias de vigília sobre novo Código Florestal
21/09/2011	Pernambuco	Greenpeace protesta no Senado contra Código Florestal
	G1	Comissão do Senado aprova relatório do Código Florestal
	Estadão	Copa justifica corte de mata nativa, prevê Código
23/09/2011	Estadão	Vigília virtual pelas florestas reúne 40 milhões de pessoas
24/09/2011	Uol	Artistas apoiam campanha #florestafazadiferença
27/09/2011	Correio do Brasil	CDH debate Código Florestal com trabalhadores sem terra e CNBB
28/09/2011	Estadão	Marina pede mais debate sobre novo Código Florestal
01/10/2011	20Diário do Nordeste	Marina Silva lança Comitê em Defesa das Florestas no Ceará
	Rede Brasil	Reserva legal não é exclusividade da lei brasileira, mostra estudo
10/10/2011	Folha	Código Florestal não é 'jabuticaba', diz relatório
10/10/2011	Estadão	Relator do Código Florestal agora quer tirar poder estadual sobre ambiente
15/10/2011	Época	Celebridades pelas florestas
	UOL	Em vídeos caseiros, celebridades fazem apelo a senadores contra alterações no Código Florestal.
21/10/2011	G1	Personalidades do país gravam vídeo contra projeto do Código Florestal
	Estadão	A compositora que zela pela floresta perto de São Paulo
05/11/2011	Glamurama	Agora é a vez de Wagner Moura aderir a campanha #florestafazadiferença!
	Extra Globo	Gisele Bündchen, Rodrigo Santoro e outros artistas fazem campanha contra novo Código Florestal
08/11/2011	30Folha	Protesto de Estudantes contra novo código florestal acaba em agressão
	Diário de Pernambuco	Gisele Bündchen e Rodrigo Santoro fazem campanha contra novo Código Florestal
	G1	Estudante é detido pela Polícia do Senado durante manifestação
	Folha	Votação de código florestal movimentada microblog nesta terça
29/11/2011	G1	Ato pede intervenção de Dilma contra mudanças no Código Florestal
	Jornal do Brasil	Manifestantes protestam contra mudanças propostas no Código Florestal.
	Primeira Edição	Ato em Defesa das Florestas' entrega abaixo-assinado com 1,5 milhões de

06/12/2011		nomes à presidenta Dilma Rousseff
	Terra	Ambientalistas querem que Dilma vete anistia a desmatadores
	Jornal do Brasil	Código Florestal será votado nesta quarta-feira no Senado
	UOL Notícias	Manifestantes cobram paralisação do trâmite do Código Florestal
	40em.com.br	Ambientalistas querem mudar Código Florestal em ato em Brasília
	Folha	Código Florestal pode ser votado amanhã no Senado
	Exame	Ecologistas pressionam Dilma contra Código Florestal
	Terra	Marina Silva cobra compromisso de Dilma contra desmatadores
	Reuters Brasil	Descuido ameaça votação do Código Florestal esta semana
	Glamurama	Glamurama foi à manifestação da #floresta faz a diferença nessa segunda, no Rio! Olha só os registros!
	Caras	Victor Fasano apoia causa ambientalista no Rio de Janeiro
	Veja	Operação de guerra para o código florestal
	Folha	Governo admite que novo código florestal poderá levar a desmatamento

A tabela acima relaciona os links de notícias publicados no primeiro semestre de atuação na página. A amostra soma o total de 48 notícias que versam sobre o processo de alteração do código, as mobilizações organizadas pelo FFD e de outros movimentos e sobre a repercussão que a adesão dos artistas gerou para o movimento. Grafadas em verde, este último grupo de notícias equivale a cerca de um terço do total. São matérias que representam a importância que a adesão da classe artística para que o movimento atingisse a repercussão obtida na rede. Importante destacar que durante toda a campanha a página veiculou links de matérias de conteúdo relevante para a conscientização sobre a importância do tema com foco como a tramitação processual, repercussão de estudos sobre o assunto, porém, obtiveram pouca repercussão entre os atores da rede.

A ação ‘cartaz na mão’ (ver figura 12) exibiu imagens dos artistas que apoiaram a campanha, segurando cartazes com frases que reforçam a importância das florestas e de biomas como o Mangue: "O ar que você respira podia ser melhor". Entre as personalidades fotografadas estão a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, os cantores Carlinhos Brown e Arnaldo Antunes, os atores Victor Fasano e Wagner Moura e a *top model* Gisele Bündchen. E essas imagens circularam durante meses no Facebook se configurando entre as postagens mais compartilhadas pelos atores da rede.

O peso do apoio da classe artística foi bem explorado pelos ativistas do *Floresta Faz a Diferença* desde o início de sua atuação na rede, eles participaram de boa parte do conjunto de ações do movimento na rede, além da imagem dos artistas no Cartaz na Mão, participaram de

debates na Vigília no Senado, emitiram suas opiniões em vídeos que foram enviados aos senadores, grandes personalidades da MPB realizaram um videoclip com música tema da campanha (<http://www.youtube.com/watch?v=oqfKPUPaNaM>), entre eles Arnaldo Antunes, Mariza Monte e Carlinhos Brown. E toda a repercussão gerada pela participação de famosos no movimento era incorporada pela moderação resultando em compartilhamentos da comunidade<sup>15</sup>.

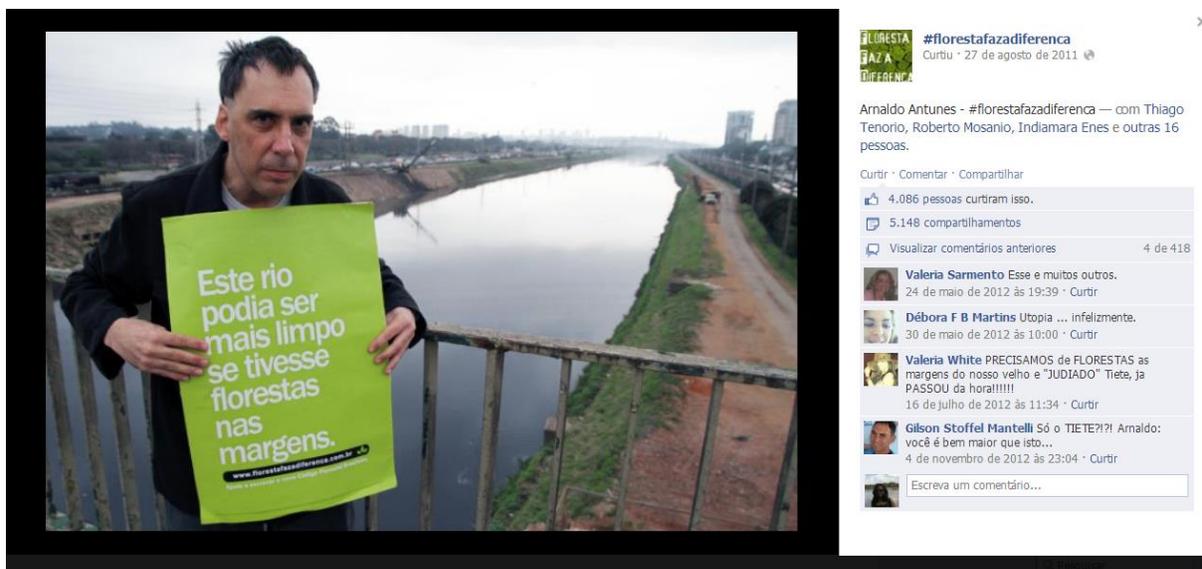


Figura 12 – Cartaz na mão

Fonte:

<https://www.facebook.com/florestafazadiferenca/photos/a.145267105559461.37791.141547522598086/152885658130939/?type=1&theater>

Os comentários nas publicações se constituem proporcionalmente a forma de interação menos utilizada pelos atores que interagem com a página e não possuem *feedback* da moderação, a imagem acima ilustra bem o fato (Figura 12), no universo de 4.086 curtidas, 5.148 compartilhamentos, apenas, 418 comentários foram registrados.

Em outubro de 2011, o Fernando Meirelles articula a ação - Vídeos aos senadores – o cineasta editou 25 vídeos ao modelo de caseiros enviados por atores, especialistas e outras personalidades fazendo seu apelo aos senadores contra a aprovação do novo código. Com boa

<sup>15</sup> **Agora é a vez de Wagner Moura aderir a campanha #florestafazadiferença ! Vem saber mais!** Disponível em: <http://glamurama.uol.com.br/verde-80694/>. Acesso em: 16 de Jan. de 2012.

**Famosos participam de campanha 'Floresta Faz a Diferença'.** Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidaefamosos-participam-de-campanha-floresta-faz-a-diferenca,787196.0.htm>. Acesso em: 16 de Jan. de 2012.

repercussão, a campanha teve o mote “mensagem aberta aos senadores”, os vídeos estão disponibilizados no Youtube no Canal #florestafazadiferença, na sessão vídeos caseiros.

A relação abaixo (tabela 3) não apresenta a totalidade dos “vídeos aos senadores” hospedados no Youtube, mas se restringe aos que foram divulgados no facebook. Conforme os números demonstram, salvo duas exceções, cada vídeo foi postado mais de uma vez. O quadro abaixo mostra a repercussão desses vídeos na página no Facebook em análise e percebemos que tanto os vídeos com os depoimentos de artistas teve maior aceitação como, também, mais espaço na linha do tempo ao ser compartilhado mais vezes pela moderação. Percebemos com isso que a repercussão das postagens, de certa forma, serve de parâmetro para guiar a moderação ao longo de suas atuações. Quando identificado o ator mais popular, ou seja, aquele que propicia maior número de curtidas e compartilhamentos na primeira postagem, seu vídeo é postado mais vezes. Assim a moderação prosseguiu também com as imagens da campanha Cartaz na Mão.

Tabela 4 - Vídeos aos senadores – entre 21/10 e 29/11/ 2011

Video	Posts*	Curtir*	Compartilhar*	Views*
Alice Braga	07	479	272	169.182
Alex Atala	03	56	09	6.303
AngeloAntonio	02	21	03	1.987
Beto Ricardo	04	86	40	2.985
Carlos A. Ricceli	03	58	36	12.018
Bruna Lombardi	05	125	74	87.021
Felipe Camargo	04	92	40	7.541
Denise Fraga	06	452	314	71.541
Fernando Meireles	05	177	143	33.124
Gero Camilo	02	28	14	2.586
Gisele Bundchen	07	583	421	189.418
José Eli da Veiga	02	28	07	944
José Padilha	06	279	154	27.798
Klaus Barreto	02	13	04	850
Luiz Vilaça	02	12	05	945
Manuela Carneiro	02	23	16	1.715
Marcus Palmeira	07	465	300	98.684
Maria Flor	03	137	64	7.637
Marina Person	03	108	74	13.475
Milton Hauton	02	29	05	1.333
Percival Caropreso	04	89	28	2.050
Monica Cabelo	03	23	04	1.357
Ricardo Abramovay	02	89	52	2.251
Rodrigo Santoro	13	1051	703	164.002
Solange T. da Silva	02	21	02	973

Sandra Peres	02	28	02	2.997
Victor Fasano	02	35	20	7.019
Vanessa da Mata	05	229	142	108.570
Washington Novaes	02	53	38	2.392
Wagner Moura	08	691	576	157.464
Fábio Bibancos	01	18	04	443
Ricardo Rodrigues	01			1.327

\*Post: Número de vezes que o vídeo foi compartilhado na linha do tempo da comunidade FFD.

\*Curtir: Total de curtidas do vídeo.

\*Compartilhar: Total de compartilhamentos do vídeo.

\*Views: Total de visualizações que o vídeo obteve no Youtube.

Durante cada sessão no senado, debate e votação sobre o novo código florestal o movimento FFD organizou a ação denominada Vigília Floresta faz a diferença, com duração de três dias em média, a ação contava com a participação de pessoas convidadas - artistas, especialistas, ativistas e políticos. As vigílias ocorriam, em geral, às vésperas da data de votação e audiências públicas e os principais debates ocorridos sobre o novo código, também, eram transmitidos online, alguns, diretamente do estúdio montado pelo FFD.

Em setembro, o movimento realiza a primeira Vigília que aconteceu entre os dias 20 e 22 de setembro de 2011. Abaixo a programação da Vigília na semana do dia da árvore, 21 de setembro de 2011:

“Programação de hoje na Vigilia: 9h: balanço geral sobre a Vigilia, 10h: acompanhamento das Comissões do Senado sobre o Código Florestal e link ao vivo, direto do mutirão de assinaturas do abaixo-assinado do Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, na Av. Paulista, em São Paulo, 14h: Pocket-show com Paulo Tatit, 16h: Acompanhamento e análise da reunião na CCJ e cobertura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Brasília, 18h: Marina Silva no estúdio do #Floresta, em São Paulo, 19h30: Bate-papo com Kageyama e Marcos Sorrentino, 21h: bate-papo com ativistas e integrantes do Movimento Brasil pelas Florestas. Fique ligado, chame + 1 amigo!” (21-set-2011).

Na oportunidade, os temas em pauta nas discussões eram sempre relacionados ao código e as consequências negativas da possível mudança. Nesse período a atividade da página foi intensa, com postagens divulgando a vigília e no decorrer do evento o transmitindo. Mas a repercussão ainda permanecia pequena, o que é, relativamente, natural para uma página em seu segundo mês de existência. As próximas vigílias acontecem nos dias 07 e 08 de

novembro de 2011 e em 24 e 25 de dezembro do mesmo ano, onde prosseguem as discussões para pressionar e sensibilizar o poder público.

As petições públicas online compõem uma importante ferramenta de mobilização do ciberativismo. Representam uma adaptação do tradicional abaixo-assinado e são a coleta de cadastros online em, geralmente, os indivíduos fornecem alguns dados pessoais e aderem com um clic a uma campanha. Inicialmente eram disseminadas na Web por email, no caso específico da campanha em questão as redes sociais foram utilizadas para a divulgação e mobilização para a coleta de assinaturas. A matriz dos abaixo-assinados foi disponibilizada no site e cada comitê regional ficava responsável por encaminhar até a data determinada. Foram coletadas em todo o país um milhão e quinhentas mil assinaturas. O ato de entrega foi um evento organizado pelo Comitê que reuniu ativistas do FFD e personalidades apoiadoras entre eles os artistas Vanessa da Mata e Victor Fasano e a Senadora Marina Silva e a imprensa (Figura - 13 Entrega das assinaturas):



Figura 13 Entrega das assinaturas

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=194683230617848&set=pb.141547522598086.-2207520000.1375650995.&type=3&theater>

Ao passo que o movimento coloca à disposição vídeos, imagens e notícias da campanha, possibilita a outros atores (não ativistas) presentes nas redes sociais, também colaborarem para a repercussão de sua causa na internet, curtindo e compartilhando material (imagens, textos, vídeos) relacionado à campanha. Os internautas usaram de certo engajamento no compartilhamento diário de diferentes imagens com o pedido de veto

presidencial para a proposta do código<sup>16</sup>, engajamento este que foi se intensificando conforme um maior número de artistas aderiam ao *Floresta Faz a Diferença*, assim como os holofotes das grandes empresas se voltaram para o clamor proferido pelas personalidades.

O sentimento de cooperação, intrínseco ao usuário das redes sociais na internet brasileira, quando aliado ao hábito de estar atualizado com as principais questões em debate no seio social do qual faz parte, bem como das questões internacionais que também são tão relevantes quanto às de ordem nacional num mundo globalizado, pode representar, realmente, o indício de uma nova forma de expressão da democracia. As demais instituições sociais precisariam se adequar a este novo sujeito conectado, o que as raízes de uma democracia representativa pouco participativa apoiada em velhos hábitos não comportam.

Os atos e eventos transmitidos online apresentam o caráter espetacular correspondente ao processo de midiaticização que vivenciamos. A midiaticização e a apropriação das tecnologias pelo social são processos em andamento que, portanto, para o início de uma compreensão devem ser considerados processos históricos e socialmente construídos.

Embora a internet represente um avanço nas possibilidades de democratização da comunicação social e, tendo em vista, o status que a comunicação midiática ocupa na sociedade atual, bem como, as transformações operadas pela inserção das novas tecnologias na dinâmica social, é preciso constatar que talvez a força que a voz popular alcance a partir da participação em campanha online ainda não possui toda a força que pode exercer diante do poder político democrático constituído. E que uma possível virtualização de práticas de ativismo não passa pela eliminação de outras formas do ativismo, pois não extingue ações offline, antes seriam um reforço ou apoio a estas pelo valor do capital midiático que lhe são conferidas diretamente pelo movimento enquanto porta-vozes do próprio discurso (ANTOUN, 2010).



Figura 14- Ato Nacional em BSB. Disponível em:

<https://www.facebook.com/florestafazadiferenca/photos/a.145267105559461.37791.141547522598086/194974603922044/?type=1&theater>

Ganhar as redes interconectadas participando do agenciamento de seus fluxos não pressupõe estar fora das ruas. A conexão entre os representantes estaduais do movimento espalhados ao longo do país possibilitaram a realização de ato com representantes de diferentes partes de um país de tamanho continental como o nosso. Realizado em Brasília, o ato nacional ilustra o uso das redes para a articulação de ações, também, fora da rede e da pressão ambientalista que guarda relação com modelos de protestos tradicionais.

Ao aparecer no Senado trajando uma roupa indígena, a atriz Letícia Spiller figurou em algumas matérias de sites especializados em acompanhar a vida de pessoas do mundo artístico ou aqueles considerados celebridades e foi postada na página do FFD<sup>17</sup>. Um exemplo da

---

<sup>17</sup> Spiller: indígena em prol das florestas.

Fonte: <http://caras.uol.com.br/noticia/leticia-spiller-usa-look-indigena-em-protesto-novo-codigo-florestal-vitor-fasano-maite-proenca#image1>

espetacularização que se fez em torno da campanha e de como a imagem foi explorada na construção da mensagem ambientalista e dos discursos que a atravessaram.

Na maior parte dos eventos que tratou da mudança do código, tenham sido realizados pelo MA ou não, algum artista se fazia presente. Na atualização de status a seguir, o FFD exalta a presença dos artistas em evento organizado pelo o movimento, em 05 de dez. de 2011, dias antes da votação do texto do código pelo Senado:

Assista hoje, às 20h, Manifesto Floresta Faz a Diferença, direto do MAM, no Rio de Janeiro. #florestafazadiferenca <http://bit.ly/n4RAgK> com a participação do Cineasta Fernando Meirelles e muitos outros artistas.



Figura 15 – Evento Manifeste no Museu de Arte Moderna – RJ  
Fonte: <http://www.ofuxico.com.br/img/galeria/2011/12/80925.jpg>

A midiaticização colabora para uma interconexão das mídias (rádio, televisão, jornal e internet) que ao mesmo tempo, se torna a expansão do espaço público de nosso tempo e se não dita, mas influencia o planejamento de ações comunicacionais dos grupos ativistas. É pontual que um movimento que critica a essência do estilo capitalista de viver encontre espaço nos setores da sociedade e tenha criado um aparelhamento jurídico e institucional para regular a ação humana sobre a natureza, as vozes que compõe hoje o círculo em volta do discurso ambientalista apropriada por ele. Ao contrário do discurso de outros movimentos cuja

identidade passa pela oposição em que se coloca perante outras vozes da sociedade, o ambientalismo consegue de forma, até certo ponto, natural potencializar o seu grito com as outras vozes que se dispõem a apoiar a causa acionando a partir disso o capital midiático.

A importância cada vez maior da técnica na comunicação humana se reflete no poder inerente às mídias digitais sobre a dinâmica social. Para uma favorável utilização do ecossistema comunicacional disponível na sociedade midiaticizada, é preciso não olvidar que pela confluência dos meios de comunicação, na nossa sociedade, tem destaque o alto poder de mobilização que possuem as redes sociais, em contraponto ao poder ainda reduzido de transformação política propriamente dita. As repostas as mobilizações desta ordem põe em cheque as relações de poder evidentes na apropriação das redes de comunicação, oferecendo uma reflexão sobre o nível de enraizamento cultural dos ideais ambientalistas.

A democratização dos meios e a abertura para o amplo debate social propiciado pelas redes sociais sozinhos não determinam o exercício de fato e direito de maior participação política que se configure um novo estágio da democracia em nossa sociedade. Haja vista que, todo processo de inovação sugere quebras e períodos de transição em que novas práticas andam em paralelo a velhos conceitos e posicionamentos de estruturas sociais determinantes para a cultura como os campos da política e economia.

### 5.1 A campanha Veta, Dilma!

Com a aprovação do texto do "Novo Código Florestal" pelo senado, os ambientalistas organizaram a “Campanha Veta, Dilma!” para fazer ecoar o pedido de veto integral ao Projeto de Lei a presidente do Brasil – Dilma Roussef. Surge a campanha que viria a ser a mais popular do conjunto de ações realizado pelo movimento *Floresta Faz a Diferença*<sup>18</sup>. O pedido “Veta, Dilma!” recebeu o apoio de anônimos e pessoas públicas (artistas e políticos) numa dimensão tal que obteve grande repercussão nas redes sociais, na internet foi considerada um fenômeno da internet, conforme matérias veiculadas em sites e jornais da época. O título #Veta, Dilma (Figura - 16) aparece na página do movimento FFD pela primeira vez no dia 07

---

<sup>18</sup> “O #VetaDilma foi uma das ações populares ambientais mais significativas em toda nossa história; o Facebook do Floresta Faz a Diferença alcançou mais de 3 milhões de usuários no Facebook e teve mais de 1,2 milhão de visualizações no Youtube”. Disponível em: <http://www.florestafazadiferenca.org.br/florestafazadiferenca-2012-balanco/#sthash.VbxApBCn.dpuf> Acesso: 02 de dez. de 2012.

de dezembro de 2011 e se tornou o mote principal do movimento até o dia 25 de maio de 2012 quando o Brasil finalmente conhece a decisão presidencial com a alteração de 35 votos e o veto de 12 artigos.



Figura 16 - #Vetadilma

Fonte: <https://www.facebook.com/florestafazadiferenca?fref=ts>

A postagem acima representa o início do que chamamos a segunda fase do Movimento FFD no Facebook. É sintomático que os links das notícias e estudos, conteúdos informativos mais substanciais não tenham alcançado em números grande aceitação, mas todo o trabalho até então realizado que refletiu na interferência no agendamento midiático em favor da discussão sobre o código levou e as características da rede propiciaram a disseminação ostensiva a ponto de se tornar um viral (atingir grande alcance na rede por meio de sucessivos compartilhamentos) da palavra de ordem que resumiu a luta ambientalista naquele momento.

A ecologia midiática da página estudada demonstra um ativismo adaptado ao cenário midiático das redes virtuais de informação e comunicação, que se demonstrou atencioso com a aceitação do público da rede social às postagens. A busca por adequar sua mensagem ao padrão que parece mais facilmente assimilado pelo público lembra a própria lógica do mercado midiático, com sua grade de programação guiada pelos números do IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística o que pode representar uma estratégia de risco se adotada sem a devida cautela. O capital midiático é um valor que essas organizações da sociedade civil vêm aprendendo a utilizar em benefício dos seus objetivos.

Contudo, o caso em estudo comprova que gerar repercussão em torno da própria causa não representa necessariamente o êxito, quando isso significar exclusivamente atingir a meta originária da campanha, no caso impedir a alteração da Lei que regulamentava o nosso código florestal. As ferramentas comunicacionais disponíveis para livre apropriação serão ativistas à medida que colaboram para a transformação de algum aspecto da realidade, e esta, no caso do ambientalismo, pressupõe reais mudanças de visão e comportamento individual.

Embora, sempre pacífico, o movimento tem sua história marcada por conquistas legadas ao suposto radicalismo perdido e às vezes à custa de vidas perdidas. Mas considerando que os primeiros anos de atuação, período no qual foi considerado radical, primava pela denúncia e conscientização (AGRIPA, 2000), é preciso reconhecer que estes aspectos fizeram parte da atuação do FFD. Os atos em que os ativistas se amarravam as árvores para chamar a atenção da sociedade e evitar que não fossem derrubadas dão lugar aos eventos em locais como o Manifeste, realizado no Museu de Arte Moderna no Rio de Janeiro ou debates com especialistas transmitidos ao vivo pelos próprios ambientalistas. Que ainda conseguem atrair a cobertura da grande mídia, seja pela presença dos artistas ou pela polêmica em torno do assunto, está inserindo a pauta ambiental na agenda midiática.

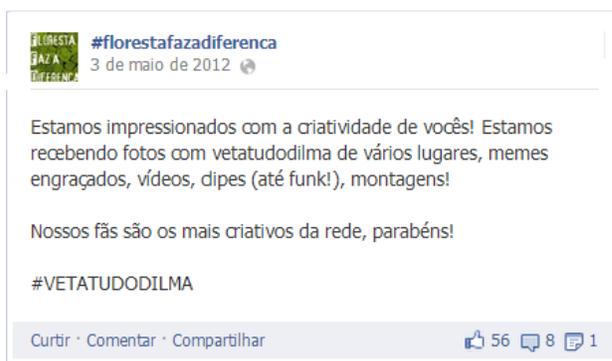


Figura 17– Postagem 03 de maio de 2012

Fonte: <https://www.facebook.com/florestafazadiferenca?fref=ts>

Acesso em: 11 de jun. de 2012

A atualização de status acima (figura 17) registra que a campanha contou com a ampla participação colaborativa de muitos que enviaram vídeos, clips musicais e imagens editadas como a releitura da obra – ‘O grito’ (Edvard Munch, 1893) ou personalidades e personagens

famosos pedindo o veto presidencial (ver figura 18) que acabaram tornando a campanha um fenômeno da internet<sup>19</sup>.



Figura 18 – Imagens manipuladas – Campanha Veta, Dilma!

Fonte: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.145267105559461.37791.141547522598086&type=3> Acesso em: 11 de jun. de 2012

Outro exemplo da ampla colaboração recebida pela campanha é que, além dessa contribuição espontânea de anônimos a campanha recebeu o apoio de alguns cartunistas, entre eles o Maurício de Souza que elaborou uma imagem reunindo sua Turma da Mônica, da qual o Chico Bento é o porta-voz para tecer o apelo em defesa das florestas.

Em seus momentos finais, dia 04 de maio de 2012, e no auge da repercussão da campanha a atriz Camila Pitanga quebra o protocolo de uma solenidade e se dirige à presidente pedindo: “Veta, Dilma!”<sup>20</sup>. Quando a atriz Camila Pitanga<sup>21</sup>, que fazia o cerimonial de solenidade em homenagem ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quebra o protocolo do evento e se dirige a Presidente Dilma proferindo o bordão mais famoso da campanha o fato ganha imediata repercussão na mídia. O movimento FFD que aceita o apoio compartilha o vídeo do Youtube correspondente ao ocorrido. Tal fato ilustra a presença marcante do apoio da classe artística ao movimento ambiental registrado desde o início da década de 90 (Pádua, 1995), intitulados pelos ambientalistas do FFD como “artistas formadores de opinião”. Em

<sup>19</sup> Mais imagens podem ser acessadas também no Tumblr. Disponível em:

<http://www.tumblr.com/tagged/vetadilma>

<sup>20</sup> Camila Pitanga pede a presidenta Dilma que vete novo Código Florestal. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=AamlFNMbeMM>. Acesso em: 06 de out. de 2012.

<sup>21</sup> CARVALHO, Janaína. No Rio, Camila Pitanga pede veto de Dilma ao novo Código Florestal. G1 RJ. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2012/05/no-rio-camila-pitanga-pede-veto-de-dilma-ao-novo-codigo-florestal.html>. Acesso em: 06 de Jul. de 2013.

certa altura da campanha, a atualização de status da página incitava a todos a pedirem o “Veta, Dilma!” sob a alegação de que o ator x estava já havia feito.

Neste momento, a campanha atinge seu ápice de popularidade, e se aproximava o momento da decisão sobre o futuro do código florestal brasileiro. Com a repercussão do ato o movimento ganha mais visibilidade e tempo de exposição nas telas e timelines do Facebook.

Em atualização de status o FFD enaltece a disseminação do conceito Veta, Dilma<sup>22</sup>:

A campanha #vetatudodilma já conquistou o imaginário da população de tal maneira que o termo "vetar" tem sido usado em várias situações. No programa CQC, Marcelo Tas lançou "Não veta, Dieckmann!" para falar das fotos que circularam na internet sem a autorização da atriz. Jovens também já utilizam a expressão "veta" para mostrar rejeição. Ela geralmente aparece após um comentário considerado bobo, ou para censurar algo com o qual discordam. (FFD, 2012)

Das imagens da campanha - Cartaz na Mão - que permearam toda a atuação do movimento em resumo no pedido - Veta, Dilma! - quando uma profusão de imagens reelaboradas, manipuladas num esforço colaborativo e espontâneo na rede, aos vídeos direcionados aos senadores e os links com as transmissões ao vivo dos principais eventos e debates em torno da campanha constatamos o lugar de destaque que a imagem ocupa, nas estratégias de mobilização adotadas pelo movimento em estudo, num esforço de identificação com a própria linguagem em uso na rede social e ainda a confirmação do espetacular, a algum tempo tão bem exemplificado pelo ambientalismo do Greenpeace, aqui potencializado pelo reconhecimento do capital midiático que leva o ativista a transformar cada ação num evento midiático, no qual representantes do MA - ativistas, atores e políticos - se reúnem para encenar a entrega oficial de assinaturas coletadas em apoio a campanha.

Infelizmente, diante do efêmero que marca a cultura das redes sociais, em breve os assuntos em pauta mudam e muita coisa cai no esquecimento da linha do tempo, entretanto, mais uma vez o ambientalismo entra para a história como um movimento atuante que se reinventa. Por outro lado, a efemeridade das redes reforça que o maior ganho da comunicação do MA, mais do que nunca, deve ser o constante esforço de cunho educativo, atuando na conscientização para modificar comportamentos. Quando o cidadão for educado para respeitar

---

<sup>22</sup> Publicado no Facebook do FFD em 09 de mai. de 2012. Disponível em: <https://www.facebook.com/florestafazadiferenca?fref=ts>

a floresta e o meio ambiente como um todo, não será mais necessário lutar, também, para assegurar a preservação das conquistas já alcançadas por meio da elaboração de leis ambientais eficientes.

## 5.2 O ciberativismo ambiental: comunicação, possibilidades e riscos

O movimento ambiental, conforme Castells (1999) se disseminou mundialmente e deve esse crescimento, em parte, a multiplicidade de vozes presentes no movimento. Contudo, com base no objeto em análise, podemos inferir que, se por um lado essa dissonância contribuiu inicialmente para a inserção múltipla da temática ambiental na sociedade, despontam riscos decorrentes dessa condição de multissetorialidade (VIOLA, 1992). A partir dessa aparente abertura para todos aqueles que se manifestem interessados pela a causa ambiental o movimento se arrisca a perder o foco, pois em meio às concessões e adaptações que precisa fazer para seguir englobando novas falas, muitas vezes, acabam por produzir uma série de ruídos e abafam, quando não diluem, a verdadeira razão de ser de um movimento social como o ambientalista que deve ser a promoção de mudanças por meio da conscientização e educação para a construção de uma consciência ecológica.

Conforme os dados coletados, podemos inferir que a participação dos artistas entre as “vozes dissonantes” do MA, neste caso, foi o aspecto decisivo para o seu despontar como um fenômeno na internet. Ao mesmo tempo em que, colaborou para fortalecer a espetacularização nos atos de mobilização do movimento e, assim, define uma constância de sua busca ainda muito presente por reconhecimento no espaço da mídia, hoje, na sociedade midiaticizada a despeito e em função dos canais de emissão conquistados.

A repercussão da campanha em defesa do código florestal representa mais o poder de mobilização das redes sociais do que um sinal da força do movimento na atualidade. A afirmativa se baseia na constatação de que as estratégias de incorporação do capital midiático pela apropriação ativista da página analisada foram capazes de gerar grande repercussão em toda a mídia, sobretudo, pela participação de artistas nacionais como parte das vozes ativas no movimento e pela construção espontânea viral “Veta, Dilma”.

Tais ações de comunicação constituíram um importante recurso para uma divulgação inicial, mas não sinaliza necessariamente para um possível fortalecimento do MA na

sociedade. O fato de setores diferentes se aliarem para lutar em alguma causa ambiental, como vem ocorrendo atualmente, não é algo novo, tampouco a espetacularização dos protestos. A repercussão obtida pela campanha não representa, a propensão a uma efetiva mudança no pensamento coletivo em relação ao compromisso individual na transformação da sociedade em função de uma relação mais equilibrada com o meio.

Em maio de 2013 sete organizações ambientalistas - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), WWF-Brasil, SOS Mata Atlântica, Instituto Centro de Vida (ICV), The Nature Conservancy (TNC), Conservação Internacional (CI) e Instituto Sociambiental (ISA) – criam o Observatório do Código Florestal para monitorar o processo de implementação do código aprovado em 2012 (Lei Federal 12.651/12) como estratégia para minimizar as consequências negativas da nova Lei e coibir mais retrocessos. A proposta inicial das páginas na internet (site e plataformas de redes sociais) seria geração, concentração e disseminação de dados, informações e análises que promovam a transparência e forneçam subsídios para o debate social a cerca da implementação do novo código<sup>23</sup>. O fato é que um ano após a criação do referido observatório, sua página no Facebook segue com o inexpressivo número de 2993 curtidas que representam a adesão na rede, o que revela uma baixíssima popularidade em se tratando de redes sociais, sobretudo, na internet brasileira. Tendo em vista o trabalho de divulgação sobre as questões relativas a tal modificação ocorrida no código florestal por meio do movimento FFD.

A página do FFD, ainda no ar, conta com 59.310 adesões (curtidas) e teve sua última atualização em julho de 2013, considerando que mais da metade das organizações da rede responsáveis pelo Observatório compõem o comitê de criação do movimento FFD, seria lógico e indicado, ao menos, utilizar o canal já aberto e o reconhecimento obtido nas redes sociais pelo FFD para esclarecer e disseminar a ideia de monitoramento no esforço de conscientizar as pessoas e alavancar acessos para o observatório, uma vez que representa uma forma de continuidade da luta em prol das florestas, após a aprovação do novo código.

É importante apontar essa falta de uma continuidade da página como um ponto negativo, dessa iniciativa. Diante do dinamismo das redes, em que os assuntos entram e saem de pauta com enorme rapidez. É importante o esforço para que a mensagem do MA não se

---

<sup>23</sup> Fonte: **O Observatório do Código Florestal**. Disponível em: [http://www.observatorioflorestal.org.br/?page\\_id=53](http://www.observatorioflorestal.org.br/?page_id=53). Acesso em: 02 de out. de 2013

perca em meio aos diversos assuntos que eclodem e se alastram pela rede, figurando nas agendas das grandes corporações, apenas em situações muito pontuais. Estar na rede, atuar enquanto instituição representante de um movimento social exige, portanto, a constante priorização das ações comunicacionais de forma estratégica sempre objetivando a transformação social ao reconhecer na comunicação seu aspecto educacional e transformador.

O que a prática firmada nas ações coletivas, sobretudo, os casos mais recentes listados ao longo desse trabalho e o movimento FFD, propriamente dito, teriam em comum é que demonstram a força mobilizadora da comunicação em rede, quando a midiatização marcada pela interdependência entre as mídias e a dependência das pessoas pela constante conexão a uma série de redes que já fazem parte do nosso cotidiano, passa a ser utilizada em prol da disseminação de mensagens politicamente engajadas, fomentando a participação cidadã nas tomadas de decisão como estímulo a criar no mundo online espaço de efetivação do fazer democrático individual, cada vez mais necessário, dada a crise da democracia representativa que caracteriza a sociedade atual, diante da desconfiança em torno dos governos e da classe política em geral, bem como, das discussões em torno da legitimidade das corporações midiáticas.

Tentar julgar quais formas de comunicação irão ou não se perpetuar em âmbito ativista não é o mais relevante, mas entender que a sociedade midiatizada se reveste também de resistência e engajamento e que as apropriações de agora guardam estreita relação com o histórico de hábitos preexistentes. Como nos alerta Manuel Castells (2009), os meios não ditam comportamentos, apenas reforçam os já existentes. E, no âmbito individual, toda a carga simbólica em que o indivíduo se vê imerso diariamente é parte responsável pela construção de suas subjetividades, conseqüentemente, da reconfiguração de práticas sociais nas diferentes esferas de organização do coletivo.

O ciberativismo ambiental se depara com dificuldades concernentes a um período em transição representando uma semente do que pode ser num futuro próximo a principal forma de participação popular na esfera pública. E o que pode a partir de um olhar superficial, representar a descaracterização da natureza do movimento, constatamos que corresponde ao movimento de adaptação ambientalista ao espaço das redes sociais com a incorporação do capital da mídia. Consideramos que os valores propostos pela midiatização propõem novas formas de atuar que podem, caso não sejam bem avaliadas e criticamente incorporadas,

interferir na essência do movimento social ou colaborar para um distanciamento de sua identidade ao longo do tempo. Porém, e tendo em vista, que a campanha em questão tinha um objetivo de curto prazo a ser alcançado e exigia a maior mobilização possível e conseguiu repercussão dentro e fora da rede, levando para o conhecimento e debate na sociedade a versão ambientalista da problemática corroborada pelas visões dos cientistas e especialistas.

Este estudo nos reporta, ainda, a riqueza existente na pluralidade das práticas fruto da apropriação coletiva das tecnologias em comunicação, que demonstra um espaço de coexistência entre práticas do ativismo ambiental em sites, blogs e redes sociais com suas características específicas, hackers no ativismo do Anonymous, os midialivristas em geral que alimentam blogs de diferentes temáticas e conteúdos relevantes e as coberturas da Mídia Ninja que juntos definem uma grande narrativa a partir de diferentes formas de narrar e pontos de vista formando uma resistência diversa que se renova a cada luta.

## **Considerações Finais**

A pouca eficácia das grandes cúpulas e conferências pela ausência de disposição dos líderes mundiais na tomada de decisões consistentes rumo a uma resolução das problemáticas ambientais vem repercutindo para o mundo que assiste a tudo isso. Neste contexto, a questão ambiental no mundo se depara com uma realidade de contradições, por meio de leis e da criação de instituições voltadas a defesa do meio ambiente convive com as barreiras que a consciência ecológica ainda encontra frente ao domínio capitalista.

Certos de que a técnica nada impõe, mas facilita e permite alguns prolongamentos ou interfere nos processos sociais, confiamos que o ciberativismo tende a se fortalecer e se enraizar como lugar e ferramenta de contestação da ordem vigente. Além disso, a conversação social via telecomunicações fundamentando a interação midiática vem colaborar para uma forma de exercício da democracia, a partir do reconhecimento desse lugar de fala por parte do Estado, bem como da própria formação identitária e cidadã dos indivíduos que se fará possível a partir do empoderamento de nativos digitais cujo pensamento crítico esteja aliado à certeza de que é preciso coerência entre discurso e prática para que haja mudança real no campo ecológico.

Os dados coletados nos apontam que a problemática em torno da mudança do código em si dividiu a cena no desfile de celebridades, cantores, atores, enfim, personalidades que ajudaram a alavancar os números que demarcam a popularidade das postagens na página e fora dela, em detrimento do cerne da causa.

E o MA com tantas vozes e em meio aos inúmeros interesses dos diversos setores que pululam em torno das oportunidades de participação de um movimento pacífico, universal e que traz consigo resquícios de um passado de conquistas ao longo da trajetória, segue se adaptando numa atitude que permite sua sobrevivência, até que o ritmo de vida que ele contesta entre, inevitavelmente, em colapso.

A democratização dos meios de comunicação derivada, entre outras razões, da liberação do polo de emissão e do decorrente empoderamento da sociedade dos smartphones interconectados e cada vez mais incorporados ao cotidiano urbano, contudo tal cenário não corresponde necessariamente ao aprofundamento da democracia. A midiáticação deve ser compreendida como processo já iniciado, mas ainda em constante invenção, não se trata de

uma força de dominação oposta às outras instituições, mas novas formas de vivência do midiático em setores ou a partir de grupos antes alheios a essa forma de interação como emissores diretos, o que vem refletir a importância que a comunicação atingiu na sociedade correlacionada às possibilidades e reconfigurações proporcionadas pela técnica. Quanto às formas de poder e controle, estas persistem e, também, se reinventam. A mesma estrutura que controla cede espaços para a formação de outros tipos de resistência e participação e/ou propicia a reconfiguração das antigas.

Ademais, mobilizar é preciso. A corrupção com seus jogos de favorecimento, ainda presentes no universo político brasileiro, ampliam a demanda pelo controle social da administração pública e por mobilizações que pressionem os governantes para que as tomadas de decisão e a construção das políticas públicas coadunem, efetivamente, com o interesse público. A Lei Ficha Limpa<sup>24</sup> - Lei Complementar nº 135, de 04 de junho de 2010 – teve origem em projeto de iniciativa popular, consta como um exemplo das possibilidades intrínsecas à força de mobilização e participação possíveis em nossa sociedade, uma vez que os próprios parlamentares são os responsáveis pela votação das leis que regulamentam o processo eleitoral, a pressão popular durante o processo foi decisiva para a aprovação da Lei.

O movimento divulgou sua avaliação da atuação do FFD com resultado favorável, apesar dos vetos parciais ao código, para os ativistas a repercussão gerada nas redes sociais em colocou o “Veta, Dilma!” na história como uma das ações populares mais significativas do ambientalismo, justificando que a mobilização evitou perdas maiores quanto as mudanças impostas ao código florestal brasileiro. Quando uma mobilização “não funciona”, não atinge o objetivo como no caso do movimento FFD, já contribuiu com o enriquecimento das “narrativas midialivristas” (Malili, 2013) oferecendo subsídios e fomentando o debate da questão.

No campo do ciberativismo ambiental, percebemos na utilização dos novos meios a conjunção de adaptações de estratégias antigas com releituras das ações online e off-line

---

<sup>24</sup> “Resultado de ampla mobilização popular e aprovada pelo Congresso Nacional em 2010, a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010) será pela primeira vez aplicada em uma eleição geral, a de 2014. A Lei da Ficha Limpa foi sancionada no dia 4 de junho de 2010 e fortaleceu as punições aos cidadãos e candidatos que burlaram a lisura e a ética das eleições ou que tenham contra si determinadas condenações na esfera eleitoral, administrativa ou criminal. A lei dispõe de 14 hipóteses de inelegibilidades que sujeitam aqueles que nelas se enquadram a oito anos de afastamento das urnas como candidatos. A proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional após receber as assinaturas de 1,3 milhão de brasileiros em apoio às novas regras.” Disponível em: <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Janeiro/lei-da-ficha-limpa-sera-aplicada-nas-eleicoes-gerais-pela-primeira-vez>. Acesso em: 24 de março de 2014.

para atender aos insulamentos da sociedade midiaticizada. Em breve, espera-se que o ativismo, ancorado pelo arsenal midiático ao seu alcance, possa promover a nobre função intrínseca aos movimentos sociais, sobretudo, missão do movimento ambiental que é incrementar seu papel indispensável na educação não-formal visando mudar comportamentos para a formação de cidadãos conscientizados de suas responsabilidades individuais, com pensamento crítico e afeitos a participação ativa na política pelo exercício da democracia (Boaventura Santos, 1999; Ferreira, L., 1999 ).

A presente pesquisa merece desdobramentos que enfoquem o processo de produção da mensagem ambientalista. Verificando como ocorre e quais os parâmetros do planejamento comunicacional em longo prazo das instituições e se há tendência à profissionalização das equipes responsáveis pela comunicação dessas organizações na web.

As instituições educacionais, a estrutura política e a própria mídia corporativa estão em fase de adequação ao paradigma proposto pela midiatização e uma sociedade democrática tão jovem quanto a nossa pode e deve lançar mão das ferramentas disponíveis para recriar as formas de protesto, enfim, buscar o engajamento para interferir, opinar, participar do diálogo e das decisões em direção a um aprofundamento do exercício democrático.

Entendemos que a democratização dos meios encontra limites inerentes à qualificação de quem o acessa, embora seja um elemento que a favoreça ao mesmo tempo representa uma face do controle e não determina o aprofundamento democrático, pois faz parte de uma equação como muitas variáveis. A abertura de canais de comunicação para vozes da resistência demanda ainda o reconhecimento desse lugar de fala e a reforma política necessária para tal parte do amadurecimento político dos indivíduos, pois será antes uma reforma social.

## Referências

ALEXANDRE, Agripa Faria. **A perda da radicalidade do Movimento Ambientalista Brasileiro**: uma nova contribuição à crítica do movimento. Florianópolis: Edifurb, 2000.

AZEVEDO, Ana Paula da Silva; TAVARES, Olga. **Mediatização e Ciberativismo na “Campanha Veta, Dilma!”** Revista Temática, 2012. Disponível em: [http://www.insite.pro.br/2012/Setembro/mediatizacao\\_ciberativismo\\_campanha.pdf](http://www.insite.pro.br/2012/Setembro/mediatizacao_ciberativismo_campanha.pdf). Acesso em: 15 de Set. de 2012

AZEVEDO, Ana Paula da Silva. **Aplicativo amazônia.vc**: entre aspectos de marketing verde e ciberativismo. Departamento de Comunicação Social. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010.

ANTOUN, H. **Jornalismo e ativismo na hipermídia**: em que se pode reconhecer a nova mídia. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, nº 16, 2000.

BENTES, Ivana. **O dever do capitalismo cognitivo**. Disponível em: [https://www.academia.edu/2492724/O\\_Devoir\\_Estetico\\_do\\_Capitalismo\\_Cognitivo](https://www.academia.edu/2492724/O_Devoir_Estetico_do_Capitalismo_Cognitivo) Acesso em: 25 de setembro de 2013.

CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade em rede**: filtros, vitrine, notícias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CARNEIRO, Beatriz Scigliano. **A construção do dispositivo meio ambiente**. Revista Ecológica, São Paulo, n. 4, set-dez, pp. 2-15. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**, Vol. I de A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_, Manuel. **O poder da identidade**, Vol. II de A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Democracia e sociedade autoritária**. Revista Comunicação & Informação, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012 Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/viewFile/24574/14151>. Acesso em: 12 de nov. de 2013.

CONVERGÊNCIA DIGITAL. **Facebook lidera e Orkut aparece à frente do Twitter no Brasil**. Disponível em: <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=33317&sid=4>, 21/03/2013>.

DIAS, Renata de Souza. **Tematização e circulação de enunciados em mídias radicais, de organização e informativas pelos movimentos de resistência global**. In: FERREIRA J.;

VIZER, E. (orgs.) **Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulos, 2007. Cap. 8.

DI FELICE, Massimo. **Redes sociais digitais, epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social**. Disponível em: [www.revistas.usp.br/revusp/article/download/34877/37613](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/34877/37613). Acesso em: 25 de nov de 2012.

DOWNING, Jonh D. H. **Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. 2ªed. São Paulo: Senac, 2004.

FAUSTO NETO, Antônio. **Fragments de uma analítica da midiatização**. Matrizes N. 2 abril 2008. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/88> Acesso em: 05 jul. de 2012.

FOUCALT, Michael. **Segurança, território, população: Curso dado no College de France (1977-1978)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martíns Fontes, 2008.

FERREIRA, Jairo. **A comunicação como questão no âmbito das hipóteses sobre a midiatização (um problema a ser revelado)**. Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia: São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Dispositivos midiáticos e processos sociais: um debate sobre a midiatização**. Entrevista. Graziela Wolfart. IHU online: Revista do Instituto Unissinos, 2009.

\_\_\_\_\_. **Da comunicação aos campos e dispositivos midiáticos**. UNIrevista - Vol. 1 n° 3: (julho 2006). Disponível em: [http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev\\_Ferreira.PDF](http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Ferreira.PDF) Acesso em: 24 de jun. de 2012.

FERREIRA J.; VIZER, E. (orgs.) **Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulos, 2007.

FERREIRA, Lúcia da Costa. **Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro**. Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 – 2º Semestre de 1999.

FONSECA, Andre Azevedo da. **A comunicação nos movimentos sociais: do panfleto de protesto à educação para a cidadania**. Revista Espaço Acadêmico. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12748>. Acesso em: 06 de dezembro de 2013.

FRAGOSO, Suely. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FURRIELLA, Rachel Biderman. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 2002.

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. (org.). **Patrimônio Ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003.

\_\_\_\_\_, Jairo e VIZER, Eduardo (orgs.), **Mídia e movimentos sociais: linguagem e coletivos em ação**. Coleção Comunicação. São Paulo: Paulus, 2007.

JUNIOR JANOTTI, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda (orgs.). **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.

H J A R V A R D, S t i g. **Mdiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural**. 54 matrizes Ano 5 – nº 2 - São Paulo, p. 53-91, 2012. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/338> Acesso em: 27 jun. 2012.

IDGNOW. **Quase 100% dos internautas no Brasil usam redes sociais; Facebook lidera**. Disponível em: <<http://idgnow.uol.com.br/internet/2013/06/20/quase-100-dos-internautas-no-brasil-usam-redes-sociais-facebook-lidera/>>, 20/6/2013.

KELLNER, Douglas. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, Denis de (org.) **Sociedade Mdiatizada**. Rio de Janeiro, 2006. Cap. I, p. 119-147.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: a arma secreta dos profissionais de marketing como o conhecimento das mídias sociais gera inovação**. 2010. Disponível em: [http://bravdesign.com.br/wp-content/uploads/2012/07/netnografia\\_portugues.pdf](http://bravdesign.com.br/wp-content/uploads/2012/07/netnografia_portugues.pdf). Acesso em 26 de out de 2013.

LEIS, Héctor Ricardo; D'AMATO, José Luis. **Contribuição para uma teoria das práticas do ambientalismo**. Disponível em: <https://journal.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/23497/21164> Acesso em: 20 de jul. de 2013.

LEMONS, André e LÈVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

\_\_\_\_\_, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

\_\_\_\_\_, André. **Ciber-Socialidade: Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/pesq/cyber/lemos/cibersoc.html>> Acesso em: 29 out.2009.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. **Mobilização social e comunicação: por uma perspectiva relacional**. Mediação, Belo Horizonte, v. 11, n. 10, jan./jun. de 2010.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: e o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas**. 4ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MELO, José Marques (org.). **Mídia, ecologia e sociedade**. São Paulo: INTERCOM, 2008.

MESSA, Eric Eroi. **A imagem sensível**. FACOM - nº 15 - 2º semestre de 2005. Disponível em: [www.faap.br/revista\\_faap/revista\\_facom/facom.../eric\\_messa.pdf](http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/facom.../eric_messa.pdf) Acesso: 21 de dez. 2012.

\_\_\_\_\_. **Hiperimagem**: a imagem em hipermídia aplicada ao conhecimento científico. São Paulo: 2007. Disponível em: [http://www.messa.com.br/eric/artigos/hiperimagem\\_2007.pdf](http://www.messa.com.br/eric/artigos/hiperimagem_2007.pdf) Acesso em: 21 de dez de 2012.

MIGUEL, Katarini. **A experiência comunicativa do movimento ambiental na esfera pública em rede**. Disponível em: [http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_20/contemporanea\\_n20\\_13\\_KATARINI.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_20/contemporanea_n20_13_KATARINI.pdf) Acesso em: 25/10/2013.

MORAES, Dênis de. (org). **Por uma outra comunicação**: mídia mundialização cultural e poder. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Abertura política, militância múltipla e protestos públicos em defesa de causas ambientais**. Cadernos CERU, série 2, v. 20, n. 1, junho de 2009.

ORLANDINI, Romulo. **Movimentos ambientais no Brasil são marcados por profissionalização e redes de cooperação**. ComCiência no.136 Campinas, Mar. 2012. Reportagem. Disponível em: [http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-76542012000200006&lng=en&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542012000200006&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 25/10/2013.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **Comunicação social e mudança tecnológica**: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis de. (org.) **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 81-98.

PADUA, José Augusto. **Herança romântica e ecologismo contemporâneo**: existe um vínculo histórico. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752005000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000100004&lng=en&nrm=iso) . Acesso em: 31 de out. de 2014.

PASSETI, Edson. Sociedade de controle e política. In: TRIVINHO, Eugênio (org.). **Flagelos e horizontes do mundo em rede**: política, estética e pensamento à sombra do pós-humano. Porto Alegre: Sulina, 2009 cap.13, p. 27-46.

RATNER, Henrique. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável**: o mundo na encruzilhada da História. Revista Espaço Acadêmico. 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/014/14crattner.htm> Aceso em: 06 de out. de 2013.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Sulina. Porto alegre, 2009.

RHEINGOLD, Howard. **Smart Mobs: the next social revolution**. USA: Basic Books. 2002.

RÜDIGER, Francisco. **Elementos para a crítica da cibercultura: sujeito objeto e interação na era das novas tecnologias de comunicação**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3229/2493>. Acesso em: 24 de agosto de 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na Pós-modernidade**. 7ª ed. Porto: Boaventura de Sousa Santos e Edições Afrontamento, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Sujeitos e movimentos conectando-se através de Redes**. 2003. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/politicaetrabalho/arquivos/artigo\\_ed\\_19/artigos/artigo\\_02.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/politicaetrabalho/arquivos/artigo_ed_19/artigos/artigo_02.pdf) Acesso em: 25 out. 2009.

SILVA, J.A.A.; NOBRE, A.D.; MANZATTO, C.V.; JOLY, C.A.; RODRIGUES, R.R.; SKORUPA, L.A.; NOBRE, C.A.; AHRENS, S.; MAY, P.H.; SÁ, T.D.A.; CUNHA, M.C.; RECH FILHO, E.L. **O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo**. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-547.pdf> Acesso em: 28 de janeiro de 2013.

SILVEIRA, S. A. **Redes de relacionamento e sociedade de controle**. VIRUS, São Carlos, n.4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=3&item=2&lang=pt>>. Acesso em: 11 01 2013.

\_\_\_\_\_, Sérgio Amadeu da. **Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo**. Rev. USP, São Paulo, n. 86, ago. 2010. Disponível em [http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-99892010000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892010000300004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 20 jun. 2012.

SINGER, André. **Mídia e democracia**. Revista USP, São Paulo, n.48, p. 58-67, dezembro/fevereiro 2000-2001. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/48/05-andresinger.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2013.

SODRÉ, Muniz. **A interação humana atravessada pela midiaticização**. Entrevista. IHU Online. Nº 289 Ano IX 2009. Rio Grande do Sul. Disponível em:[http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2476&secao=289](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2476&secao=289) Acesso em: 28 de jun. de 2012.

\_\_\_\_\_, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 7ª ed. Vozes. Rio de Janeiro, 2012.

TAVOLARO, Sergio B. F.. **Sociabilidade e construção de identidade entre antropocêntricos e ecocêntricos.** *Ambient. soc.*[online]. 2000, n.6-7, pp. 63-84. ISSN 1809-4422. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n6-7/20427.pdf> Acesso em: 02 de out. de 2013.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TORO, A.; Jose Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Recursos Hídricos e Amazônia Legal; Secretaria de Recursos Hídricos; Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior (ABES), UNICEF, 1996.

UGARTE, David de. **O poder das redes sociais:** manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo. Disponível em: <http://deugarte.com/manual-ilustrado-para-ciberactivistas> Acesso em: 16 de ago. 2009.

Vieira, Liszt. Fragmentos de um discurso ecológico: reflexões críticas de ecologia política. São Paulo em Perspectiva: 1989. Disponível em: [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n04/v03n04\\_02.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n04/v03n04_02.pdf) Acesso em: 03 de out. 2013.

VEGH, S. **Classifying forms of online activism:** the case of cyberprotests against the World Bank. In: MCCAUGHEY, M., AYERS, M.D. (ed.). *Cyberactivism: online activism in theory and practice.* London: Routledge, 2003.

VIOLA, Eduardo J. São Paulo em Perspectiva. 1992. Disponível em: [http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02\\_02.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_02.pdf) . Acesso em: 15 de dez. de 2012.

\_\_\_\_\_, Eduardo J. **O movimento ecológico no Brasil (1974-1986):** do ambientalismo à ecopolítica. *Rev. bras. Ci. Soc.* v.1 n.3 São Paulo, fev. 1987. Disponível em: [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=234:rbc-03&catid=69:rbc&Itemid=399](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=234:rbc-03&catid=69:rbc&Itemid=399) Acesso em: 15 de dez. de 2012.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. O ambientalismo multissensorial no Brasil para além da Rio-92: O desafio de uma estratégia globalista viável. 1992. Disponível em: [http://arqsustentavel.weebly.com/uploads/2/9/2/3/2923945/o\\_ambientalismo\\_multissetorial\\_no\\_brasil.pdf](http://arqsustentavel.weebly.com/uploads/2/9/2/3/2923945/o_ambientalismo_multissetorial_no_brasil.pdf) Acesso em: 06 de out. 2013.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina 2ª ed., 2007.

WOLTON, Dominique. **Entrevista.** São Paulo:2008. *MídiaComDemocracia*, n. 08, p. 5-8, jan. 2009. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/arquivos/Revista8.pdf>. Acesso em 05 de mai. de 2012.

## Anexo I

### Manifesto

#### Manifesto em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável

Junho de 2011

Por que tanta polêmica em torno da manutenção do que resta das nossas florestas? Será possível que ambientalistas, cientistas, religiosos, empresários, representantes de comunidades, movimentos sociais e tantos cidadãos e cidadãs manifestem sua indignação diante do texto do Código Florestal, aprovado pela Câmara dos Deputados, apenas por um suposto radicalismo ou desejo de conflito sem cabimento? Será justo afirmar que os defensores das florestas não levam em conta as pessoas e suas necessidades de produzir e consumir alimentos? Do que se trata, afinal? O que importa para todos os brasileiros? Importa, em primeiro lugar, esclarecer a grande confusão sob a qual se criam tantas desinformações: não está se fazendo a defesa pura e simples das florestas. Elas são parte dos sonhos de um país com mais saúde, menos injustiça, no qual a qualidade de vida de todos seja um critério levado em conta. Um Brasil no qual os mais pobres não sejam relegados a lugares destruídos, perigosos e insalubres. No qual a natureza seja respeitada para que continue sendo a nossa principal fonte de vida e não a mensageira de nossas doenças e de catástrofes. A Constituição Brasileira afirma com enorme clareza esses ideais, no seu artigo 225, quando estabelece que o meio ambiente saudável e equilibrado é um direito da coletividade e todos – Poder Público e sociedade – têm o dever de defendê-lo para seu próprio usufruto e para as futuras gerações. Esse é o princípio fundamental sob ataque agora no Congresso Nacional, com a aprovação do projeto de lei que altera o Código Florestal. 23 anos após a vigência de nossa Constituição quer-se abrir mão de suas conquistas e provocar enorme retrocesso. Há décadas se fala que o destino do Brasil é ser potência mundial. E muitos ainda não perceberam que o grande trunfo do Brasil para chegar a ser potência é a sua condição ambiental diferenciada, nesses tempos em que o aquecimento global leva a previsões sombrias e em que o acesso à água transforma-se numa necessidade mais estratégica do que a posse de petróleo. Água depende de florestas. Temos o direito de destruí-las ainda mais? A qualidade do solo, para produzir alimentos, depende das florestas. Elas também são fundamentais para o equilíbrio climático, objetivo de todas as nações do planeta. Sua retirada irresponsável está ainda no centro das causas de desastres ocorridos em áreas de risco, que tantas mortes têm causado, no Brasil e no mundo.

Tudo o que aqui foi dito pode ser resumido numa frase: vamos usar, sim, nossos recursos naturais, mas de maneira sustentável. Ou seja, com o conhecimento, os cuidados e as técnicas que evitam sua destruição pura e simples. É mais do que hora de o País atualizar sua visão de desenvolvimento para incorporar essa atitude e essa visão sustentável em todas as suas dimensões.

Tal como a Constituição reconhece a manutenção das florestas como parte do projeto nacional de desenvolvimento, cabe ao poder público e nós, cidadãos brasileiros, garantir que isso aconteça. Devemos aproveitar a discussão do Código Florestal para avançar na construção do desenvolvimento sustentável. Para isso, é de extrema importância que o Senado e o governo federal ouçam a sociedade brasileira e jamais esqueçam que seus mandatos contêm, na origem, compromisso democrático inalienável de respeitar e dialogar com a sociedade para construir nossos caminhos.

O Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável, criado pelas instituições abaixo assinadas, convoca a sociedade brasileira a se unir a esse desafio, contribuindo para a promoção do debate e a apresentação de propostas, de modo que o Senado tenha a seu alcance elementos para aprovar uma lei à altura do Brasil.

Caso sua instituição queira aderir ao Manifesto, entre em contato no e-mail [comiteflorestas@gmail.com](mailto:comiteflorestas@gmail.com)

Lista das instituições que assinam o manifesto até 25/10/2011:

1. 350.org
2. 22° BA – GRUPO ESCOTEIRO CINCO VÁRZEAS – Pirituba/BA
3. 5 Elementos
4. A PET Nosa de Cada Dia
5. A Rocha Brasil
6. ABI – Associação Brasileira de Imprensa
7. ABONG – Associação Brasileira das ONGs
8. ABRAMPA – Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente
9. ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras/RS
10. ADA – Agência de Desenvolvimento Ambiental/PR
11. ADVBAM
12. Afroreggae
13. Agência Ambiental Pick-upau
14. AGROPALMA
15. AJUFE
16. AMALUMIAR
17. AMB Pará – Articulação de Mulheres Brasileiras
18. AmbienTeia UFC
19. AMNB – Articulação de Mulheres Negras Brasileiras
20. AMPJ – Associação Movimento Paulo Jackson
21. Anis Consultorias
22. APEDeMA-RS – Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente
23. Apremavi
24. ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro
25. ASCAE – Associação Cultural Arte e Ecologia

26. Associação Alternativa Terrazul
27. Associação APAS de Agroextrativismo de Castelo dos Sonhos-PA
28. Associação Caatinga
29. Associação Cultural Cena Urbana
30. Associação Cultural da Comunidade do Morro do Querosene
31. Associação de Participação Popular de Mateus Leme (APP-ML)
32. Associação dos Geógrafos Brasileiros
33. Associação dos Moradores da Lagoinha e Adjacências – Lagoinha Viva!
34. Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil – Aprodab
35. Associação dos Proprietários de RPPN do Ceará – Associação Asa Branca
36. Associação dos Skatistas da Praça
37. Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico
38. Associação Paraibana dos Amigos da Natureza – APAN
39. Associação Wotchmaücü do Povo Tikuna
40. Beraca Sabará Químicos e Ingredientes S/A
41. Bio-Bras (Mogi das Cruzes-SP)
42. CACAI – Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente de Iguaba
43. CARE Brasil
44. CCOB – Conselho Comunitário da Orla da Baía.
45. CEA – Centro de Estudos Ambientais
46. CELS – Coletivo de Educadores Livres e Solidários
47. CENPEC
48. Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu
49. Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU -MA)
50. Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul/Ba –  
CEPEDES
51. Centro de Harmonização Interior
52. CI – Conservação Internacional do Brasil
53. CIR – Conselho Indígena de Roraima
54. CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
55. CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas
56. COAPIMA – Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do  
Maranhão
57. COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
58. Coletivo Alternativa – Biologia UERJ
59. Coletivo Curupira
60. Coletivo Socioambiental de Bragança Paulista.
61. Comissão Pró Índio do Acre
62. Comitê Intertribal da Rio+20
63. CONIC – Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil
64. Cooperativa dos Catadores da Vila Emater
65. CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia
66. CUT – Central Única dos Trabalhadores
67. Ecocanes Instituição Ambiental- Canavieiras/BA.
68. Essência Vital
69. FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

70. FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGS e Movimentos Sociais
71. FETRAF – Federação de Trabalhadores na Agricultura Familiar
72. FMAP – Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense
73. Fórum Carajás
74. Fórum das ONG's Ambientais do Estado do Tocantins
75. Forum de ex-Ministros de Meio Ambiente
76. Fórum de ONGs Ambientalistas do Distrito Federal
77. Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social (FMCJS)
78. Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU
79. Fpolis/SC
80. FSC Brasil – Conselho Brasileiro de Manejo Florestal
81. FUEP – Federação Umbandista do Estado do Paraná
82. FULANAS – Mulheres Negras da Amazônia Brasileira
83. FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
84. Fundação Ecológica Cristalino
85. Fundação Grupo Boticário
86. Fundação SOS MATA ATLÂNTICA
87. Fundação Tide Setubal
88. FURPA – Fundação Rio Parnaíba
89. FVA – Fundação Vitória Amazônica
90. GMSE – Grupo Mundo Subterrâneo de Espeleologia
91. GPA – Grupo Pró-Ambiental
92. Greenpeace Brasil
93. Grupo Excursionista Pedra Branca
94. Grupo Natural Terê
95. GTA – Grupo de Trabalho Amazônico
96. IBASE
97. ICV – Instituto Centro de Vida
98. IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
99. IDS – Instituto Democracia e Sustentabilidade
100. IEAM – Instituto Encontro das Águas da Amazônia
101. IES Brasil – Instituto de Educação Socioambiental Brasileiro
102. IGOND – Instituto Gondwana
103. Imaflores
104. IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá
105. INEGRA – Instituto Negra do Ceará
106. INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
107. INPEcs – Instituto Nacional de Planejamento Educacional e Consultoria Social
108. Instituto Carijós Pró-Conservação da Natureza
109. Instituto Curicaca
110. Instituto Ecoar para Cidadania
111. Instituto Espinhaço – Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Sócio Ambiental
112. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
113. Instituto O Direito por um País Verde
114. Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)
115. Instituto Refloresta

116. Instituto Transformance: Cultura e Educação (ITCE)
117. IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
118. ISA – Instituto Socioambiental
119. ISPN – Instituto Sociedade População e Natureza
120. ITEC – Instituto de Desenvolvimento de Tecnologias Sustentáveis e Educação Ambiental
121. ITP – Instituto Terra Brasilis
122. ITPA – Terra de Preservação Ambiental
123. Joiville Nossa Cidade
124. Jornal Oecoambiental
125. MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
126. MAMA – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
127. MEP-PA Movimento Evangélico Progressista
128. MIB – Movimento Inovação Brasil
129. MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
130. MOPSAB – Movimento Popular de Saúde Ambiental de Barueri
131. MOPSAM Movimento Popular de Saúde Ambiental de Santo Amaro
132. Movimento Amazônia para Sempre
133. Movimento Ambientalista Grande Sertão Veredas – MAISVERDE
134. Movimento Planeta Verde
135. Movimento SOS Florestas
136. MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
137. MST – Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
138. MUDH – Movimento Humanos Direitos
139. Natura
140. Nexfull
141. Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (nej/rs)
142. OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
143. OMT – Organização Sócio Ambiental Mira Terra
144. Ong Ação Verde – Associação Cultural Ambientalista
145. ONG Água é Vida
146. ONG Arara
147. ONG Ecopantanal
148. ONG MIRA SERRA
149. ONG Redecriar
150. ONG Sociedade Global
151. Organização Bio-Bras
152. PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
153. Papel Social Comunicação
154. Portal Muda de Ideia
155. Quadro Vivo – jardins verticais
156. Reciclázaro
157. Rede Brasileira de Arteducadores (ABRA)
158. Rede das Mulheres de Terreiro de Pernambuco
159. Rede Jubileu Sul – Brasil
160. REJU – Rede Ecumênica da Juventude

161. REJUMA – Rede de Juventude Pelo Meio Ambiente
  162. Reliplam-Brasil (Rede Latino-Americana de Plantas Medicinais, Aromáticas e Nutracêuticas)
  163. Reserva Particular do Patrimônio Natural TUN
  164. Revista Brasil EcoNews
  165. RMA – Rede de Ongs da Mata Atlântica
  166. RMERA – Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia
  167. SINPAF – Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário
  168. SINTTRAF – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
  169. Slowmovie – Frida Trends
  170. Sociedade Brasileira de Espeleologia
  171. SOS Clima Terra
  172. SPVS – Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
  173. STTR LRV – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lucas do Rio Verde
  174. Studio RJ
  175. Studio SP
  176. Terra Mãe
  177. Terrachamando
  178. UEB – União dos Escoteiros do Brasil
  179. Uiala Mukaji – Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco
  180. União Planetária
  181. Via Campesina
  182. VII SEMBIO-UFBA
  183. Vitae Civilis
  184. WSPA – Sociedade Mundial de Proteção Animal
  185. WWF Brasil
- See more at: <http://www.florestafazadiferenca.org.br/manifesto/#sthash.hIDGsuBf.dpuf>